

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Campus de Marília - Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

ANEXO AO PROCESSO Nº 205/99 - CM

DEFESA DE DISSERTAÇÃO/MESTRADO: 18/10/2002

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL :
EXPECTATIVAS, IMPLICAÇÕES E AVANÇOS.

Eliete Martins Cardoso de Carvalho

Marília
2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Campus de Marília - Marília

Faculdade de Filosofia e Ciências

1410001428



**Municipalização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul:
expectativas, implicações e avanços.**

Eliete Martins Cardoso de Carvalho

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração “Ensino na Educação Brasileira” da Universidade Estadual Paulista, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Celestino Alves
da Silva Júnior

Marília / 2002



A Deus

“Louvai ao senhor dos senhores, porque a sua
benignidade dura para sempre” (SALMO,
136,3).

Ao meu pai João Benevides Cardoso, por ter
me ensinado o gosto pelo estudo.

À minha mãe, irmãos e sogros pelo apoio e
carinho dedicados durante este trabalho.

Ao meu “Má” pela ajuda, carinho e
principalmente por sua paciência.

AMO VOCÊS.

Agradecimentos

Ao professor e amigo Dr. Celestino Alves da Silva Júnior, por sua confiança, dedicação, exemplo, e principalmente paciência.

Aos professores Dr. Dagoberto Buim Arena e Dra. Doralice Aparecida Parenzeni Gorni, por suas valiosas sugestões.

À Dra. Clélia Martins, por seu apoio, colaboração e principalmente por acreditar no meu potencial.

À UNIDERP na pessoa do magnífico reitor professor Pedro Chaves dos Santos Filho, por seu apoio, incentivo e por acreditar na educação.

Aos secretários de educação, coordenadores, diretores e professores, pelas entrevistas e questionários que muito auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

À professora Ceila, por seu incentivo e correção gramatical.

Ao amigo e professor Msc. Eduardo de Oliveira Elias pelo apoio, carinho e principalmente por sua paciência.

À amiga Eugênia, por seu carinho e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos do Núcleo de Projetos Especiais da UNIDERP, pelo apoio e colaboração.

Ao amigo Rodrigo, por seu incentivo e dedicação na formatação deste trabalho.

A todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação aqui representados pela secretária Maria Inês Bayer Pereira.

Meus sinceros agradecimentos.

Sumário

Lista de Figuras.....	06
Lista de Tabelas.....	07
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	09
Resumo.....	11
Abstract.....	12
1. Introdução.....	13
2. Capítulo I	24
2.1. A municipalização do ensino no Estado de Mato Grosso do Sul.....	24
2.1.1 Região de entorno do Estado de Mato Grosso do Sul.....	24
2.1.2 A Educação no Estado de Mato Grosso do Sul.....	25
2.1.3 A Secretaria Estadual de Educação sob o olhar dos professores.....	40
2.1.4 Em síntese.....	45
3. Capítulo II	52
3.1 A educação no município de Campo Grande.....	52
3.1.1 Região de entorno de Campo Grande.....	53
3.1.2 A REME sob o olhar da Secretária de Educação.....	54
3.1.3 A REME sob o olhar dos professores.....	64
3.1.4 Em síntese.....	72
4. Capítulo III.....	77
4.1 A educação no município de Sidrolândia.....	77
4.1.1 A Escola municipalizada Olinda de Brito.....	85
4.1.2 A rede municipal de educação de Sidrolândia sob o olhar dos professores.....	87
4.1.3 Entrevista com uma professora que era funcionária do Estado, cedida ao município de Sidrolândia, obrigada a retornar para uma escola estadual em 2001.....	90
4.1.4 Em síntese.....	91
5. Conclusão.....	99
5.1 Contextualizando as políticas educacionais descentralizadoras.....	99
5.2 Gestão democrática: um paradoxo entre escolas estaduais e municipais.....	109
6. Referências Bibliográficas.....	112

7. Apêndice A - Entrevista com o Secretário Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.....	118
7.1 Apêndice B - Entrevista com a Secretária Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul no período de 1991 - 1994.....	129
7.2 Apêndice C - Roteiro de Entrevista com a Secretária Municipal de Educação de Campo Grande	140
7.3 Apêndice D - Roteiro de Entrevista com a Secretária Municipal de Educação de Sidrolândia.....	142
7.4 Apêndice E - Roteiro de Questionário aplicado em docentes da Rede Estadual e Municipal de Campo Grande e Rede Municipal de Sidrolândia	144
8. Anexo A - Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 30/04/1992, encaminhamento à Assembléia Legislativa do Projeto de Lei: Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º grau.....	146
8.1 Anexo B - Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 14/12/1992, publicação da Lei nº 1.331, de 11 de dezembro de 1992, que institui o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º grau.....	149
8.2 Anexo C - Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 09/11/1998, publicação do Decreto nº 9.231, de 06 de novembro de 1998, que dispõe sobre a estrutura da rede estadual de ensino, e dá outras providências.....	151
8.3 Anexo D - Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de 23/04/1999, publicação da Resolução/SED nº 1.340, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre o processo eleitoral nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino para escolha de Diretor, Diretor Adjunto, Colegiado Escolar e dá outras providências.....	154
8.4 Anexo E - Cópia de parte do Manual: Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz.....	157
8.5 Anexo F - Cópia de parte do Manual do PDE - Questionário 2.....	171

Lista de Figuras

1. Figura 01 - Gráfico Ensino Fundamental em Mato Grosso do Sul.....	26
2. Figura 02 - Gráfico matrícula inicial do Ensino Fundamental em Mato Grosso do Sul /2000.....	28
3. Figura 03 - Vista da Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia/MS.....	94
4. Figura 04 - Vista da escola municipal indígena – Sidrolândia/MS..	94
5. Figura 05 - Alunos da pré-escola indígena.....	95
6. Figura 06 - Sala de aula da pré-escola indígena.....	95
7. Figura 07 - Professor de Língua Terena.....	96
8. Figura 08 - Alunos indígenas tendo aula de inglês.....	96
9. Figura 09 - Sala de aula do assentamento Capão Bonito II.....	97
10. Figura 10 - Vista da escola municipal do assentamento de Capão Bonito II.....	97
11. Figura 11 - Vista da escola estadual central.....	98
12. Figura 12 - Vista da escola municipal Olinda de Brito.....	98

Lista de Tabelas

1. Tabela 01 - Identificação dos Secretários de Educação.....	23
2. Tabela 02 - Número de Escolas / Mato Grosso do Sul / 2000.....	25
3. Tabela 03 - Matrícula Inicial / Mato Grosso do Sul / 2000.....	27
4. Tabela 04 - Estudo Comparativo das Matrículas Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Estadual.....	28
5. Tabela 05 - Número de Estabelecimentos de Ensino / 2001.....	30
6. Tabela 06 - Estatística - Situação das Escolas Municipalizadas.....	39
7. Tabela 07 - Identificação dos professores das escolas estaduais	40
8. Tabela 08 - Professores concursados.....	41
9. Tabela 09 - Grau de satisfação com o trabalho.....	41
10. Tabela 10 - Satisfação do professor com o salário.....	42
11. Tabela 11 - Relação professor X direção.....	43
12. Tabela 12 - Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola.....	44
13. Tabela 13 - Quantidade de alunos por turma.....	44
14. Tabela 14 - Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem).....	44
15. Tabela 15 - Qualidade do ensino.....	45
16. Tabela 16 - Professores que estudam atualmente.....	45
17. Tabela 17 - Matrícula Inicial - Alunos da REME/ 2002.....	52
18. Tabela 18 - Matrícula Inicial na REME.....	59
19. Tabela 19 - Crescimento da Matrícula Inicial na REME.....	59
20. Tabela 20 - Identificação dos professores das escolas municipais de Campo Grande.....	65
21. Tabela 21 - Professores concursados.....	65
22. Tabela 22 - Grau de satisfação com o trabalho.....	65
23. Tabela 23 - Satisfação do professor com o salário.....	66
24. Tabela 24 - Relação professor X direção.....	67
25. Tabela 25 - Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola.....	67
26. Tabela 26 - Quantidade de alunos por turma.....	67
27. Tabela 27 - Qualidade do ensino.....	68

28. Tabela 28 - Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem).....	69
29. Tabela 29 - Professores que estudam atualmente.....	71
30. Tabela 30 - Matrícula Inicial - 2002.....	86
31. Tabela 31 - Aproveitamento dos alunos de 1ª à 4ª séries - ano de 2001.....	86
32. Tabela 32 - Aproveitamento dos alunos de 5ª à 8ª séries - ano de 2001.....	86
33. Tabela 33 - Disciplinas críticas de 5ª à 8ª séries.....	87
34. Tabela 34 - Identificação dos professores da Escola Olinda de Brito/Sidrolândia.....	88
35. Tabela 35 - Vínculo empregatício.....	88
36. Tabela 36 - Grau de satisfação com o trabalho.....	88
37. Tabela 37 - Satisfação do professor com o salário.....	88
38. Tabela 38 - Relação professor X direção.....	89
39. Tabela 39 - Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola.....	89
40. Tabela 40 - Quantidade de alunos por turma.....	89
41. Tabela 41 - Qualidade do ensino.....	89
42. Tabela 42 - Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem).....	90

Lista de Abreviaturas e Siglas

1. **APM** - Associação de Pais e Mestres
2. **BM** - Banco Mundial
3. **CONSED** - Conselho Nacional de Secretários de Educação
4. **FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento
5. **FPE** - Fundo de Participação dos Estados
6. **FPM** - Fundo de Participação dos Municípios
7. **FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
8. **FUNDESCOLA** - Fundo de Fortalecimento da Escola
9. **H/a** - hora-aula
10. **ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias
11. **IPI** - Imposto sobre Produtos Industrializados
12. **LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
13. **MEC** - Ministério da Educação
14. **PDDE** - Programa Dinheiro Direto na Escola
15. **PDE** - Plano de Desenvolvimento da Escola
16. **PDT** - Partido Democrático Trabalhista
17. **PFL** - Partido da Frente Liberal
18. **PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
19. **PPB** - Partido Progressista Brasileiro
20. **PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileira
21. **PT** - Partido dos Trabalhadores
22. **PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
23. **PIB** - Produto Interno Bruto
24. **REME** - Rede Municipal de Educação
25. **SAEB** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
26. **SED** - Secretaria Estadual de Educação
27. **SEMED** - Secretaria Municipal de Educação
28. **UEMS** - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
29. **UFMS** - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

30. UNDIME - União dos Dirigentes Municipais

31. UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

RESUMO

Esta pesquisa teve como eixo temático o Programa de Descentralização do Ensino Fundamental, implantado no Estado de Mato Grosso do Sul desde 1993. Considerando que a municipalização surge como uma estratégia para reformar os sistemas escolares, nacionais, estaduais e municipais, determinou-se neste estudo investigar como vem ocorrendo a municipalização do ensino em Mato Grosso do Sul e como se caracteriza a gestão nas redes estadual, municipal de Campo Grande (município de grande porte) e na rede municipal de Sidrolândia (município pequeno porte). A pretensão básica, metodologicamente, foi utilizar uma abordagem qualitativa procurando analisar esta questão tão complexa através de estudos teóricos e pesquisa de campo. Este trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro abordou o funcionamento da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e o posicionamento do governo atual que é contra a municipalização do ensino, contrapondo com a Secretária Estadual da Educação que em 1993 propôs a Lei que deu origem ao Programa de Descentralização do Ensino Fundamental de Mato Grosso do Sul. No segundo capítulo analisamos a rede municipal de educação do município de Campo Grande, capital do estado, verificamos que apesar da Secretaria Municipal de Educação estar mais próxima da comunidade e dos docentes isso não tem facilitado o processo de autonomia e participação nas gestões. No terceiro capítulo, nos surpreendemos com a Secretaria Municipal de Sidrolândia, município de pequeno porte, que apesar das dificuldades apresentadas procura fazer o melhor por seus alunos, que são em sua grande maioria oriundos da zona rural (indígenas, assentados, sitiantes). Concluímos que a municipalização do ensino apresenta muitos vieses que podem: prejudicar os docentes, facilitar a invasão de programas que utilizam fundos internacionais (PDE, PDDE, e outros); contribuir para fortalecer as gestões antidemocráticas ampliando a influência política dentro das instituições escolares, fato que imaginávamos já estar superado. Contudo, podemos nos consolar dizendo se tratar de imaturidade do sistema que tem tudo para num breve futuro corrigir tais erros.

Palavras-chaves: descentralização; municipalização; ensino fundamental; gestão democrática.

ABSTRACT

The theme of this study is the elementary school break-up program which was introduced in Mato Grosso do Sul in 1993. Considering that a municipality is a strategy to reform the national state and municipal school systems, this study investigates the municipality process in Mato Grosso do Sul and the characteristics of the municipal teaching system in Campo Grande (large population) and the municipal teaching system in Sidrolândia (small population). The methodological aim was to use a qualitative approach in order to analyse such a complex matter by means of theoretical studies and field research. The study is divided into three chapters. The first chapter is concerned with the Secretaria Estadual de Educação in Mato Grosso do Sul and the position of the present government which is against the municipality in teaching. That position is opposed to the Secretaria Estadual de Educação which recommended the law that originated the Elementary School Break-up Program in Mato Grosso do Sul, in 1993. In chapter two the municipal teaching system in Campo Grande is analysed. It can be noticed that the Secretaria Municipal de Educação is closer to the community and teachers. Nevertheless, it has not improved the process of autonomy and participation in the administration. In chapter three, we are surprised by Secretaria Municipal de Sidrolândia, a small town. Despite the difficulties met it aims for the best for the students. Most of them come from the rural areas (indigenous people, settled agriculturists, small farmers). We conclude that the municipality in teaching presents setbacks, which may: harm the teacher, facilitate the invasion of programs using international funds (PDE, PDDE and other); contribute strengthen anti-democratic administration increasing the political influence in teaching institutions, which we thought to have been overcome. However we have some comfort by imagining that it is only a matter of immaturity in the system, which may correct the mistakes in the future.

Keywords: break-up; municipality; elementary teaching; democratic administration.

1. Introdução

A municipalização do ensino tem sido apresentada de maneira geral à população como uma estratégia para modernizar o Sistema de Ensino em busca de uma qualidade perdida.

Propostas de descentralização na administração pública vêm de longa data e, desde a época do Império, já se faziam referências à municipalização. Hoje ela volta ao cenário educacional do país, em um contexto de abertura política e de redemocratização, influenciada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF nº 9.424/96.

Na década de 80, ocorreram reformas descentralizadoras em um grande número de países. Esse movimento de descentralizar, municipalizar, desconcentrar, apesar de apresentar características e perspectivas distintas, produziu um consenso em torno da descentralização. O que vem ocorrendo no Brasil é reflexo do que está acontecendo também no resto do mundo, com características e perspectivas diferentes, mas que pode indicar caminhos e possibilidades.

Essa política educacional tem sido alvo de opiniões divergentes, havendo quem a defende e quem é contra. A defesa da municipalização encontra adeptos diferentes de acordo com o contexto histórico e podemos citar o exemplo dos preceitos da municipalização adotada pelo governo Franco Montoro do Estado de São Paulo, cuja determinação dizia: *"(...) as ditaduras preferem a posição estatista. Nada sem o Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado, sentenciava Mussolini. (...) Bem outra é a filosofia democrática: Não faça o governo o que pode ser feito pela comunidade"* (SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO, 1996, p.12).

O texto acima pode nos indicar que existe uma divisão clara de quem é democrático e quem é ditador. A favor da municipalização é quem é democrático e quem é ditador é contra, entretanto, vale lembrar que encontramos tanto defensores como opositores em todas as correntes ideológicas.

Segundo Romão (1992, p.52-53) a tese da descentralização era do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, mas foi usada pelos ministros da educação do Partido da Frente Liberal - PFL.

Empossados os novos governadores, com esmagadora maioria do PMDB (apenas Sergipe elegera um pefelista), o discurso municipalista começou a mudar de tom e passou a revelar, nesse particular, na maioria dos casos, o

engodo da proposta eleitoral. É que simultaneamente, a Nova República continuava equilibrando-se sobre os pilares de precária Aliança Democrática, mantendo ministérios do PMDB e do PFL. (...) E os ministros deste último, sucedendo-se no Ministério da Educação, perceberam como viabilidade de fortalecimento de sua sustentação política a construção de pontes sobre os estados, agindo diretamente com os municípios (ROMÃO, 1992, p. 52-53).

O fato citado por Romão (1992) ocorreu a partir de 1986, quando saíram das urnas 22 governadores do PMDB, que se beneficiaram do “surto da inflação zero” (Plano Cruzado) que envolvia o país.

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que se encontra no poder desde 1995 – 2002, (reeleito em 1998 pela Aliança: Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; Partido da Frente Liberal – PFL; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido Progressista Brasileiro - PPB) apresentou durante todo seu governo indícios favoráveis à municipalização do ensino, fato que se evidencia pela legislação aprovada durante seu mandato.

Em Mato Grosso do Sul, a municipalização do ensino na modalidade “transferência administrativa entre níveis de governo” que havia se iniciado em 1993 foi interrompida, tendo em vista que em Mato Grosso do Sul o Estado é governado pelo Partido dos Trabalhadores – PT. O Secretário Estadual de Educação mostrou-se contrário a essa estratégia política, quando entrevistado para este trabalho.

Para além do âmbito político-partidário, podemos citar a comunidade escolar: professores, pais e alunos que ora se posicionam contra a municipalização, ora a favor, assim como estudiosos do tema. Concordamos com Azanha (1991, p.110) quando afirma: *“O passo inicial é municipalizar a preocupação com o problema educacional. Sem isso, tudo o mais é tempo perdido. Não há nem haverá providência legal que substitua o sentimento coletivo de que é urgente melhorar o nível educativo de nossas escolas. Este é o ponto central do problema.”*

A análise conceitual da palavra descentralização do ensino merece uma certa atenção, e de acordo com Lobo (1990, p.7) podemos classificá-la em:

1. “*da administração direta para indireta*”, trata-se da ampliação de empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista, que compõem o poder à margem do controle central;
2. “*entre níveis de governo*”, são as relações intergovernamentais, que se desdobram em duas dimensões: financeira - via redistribuição das receitas públicas – e a político-institucional – pelo reordenamento das competências governamentais;
3. “*do Estado para a sociedade civil*”, refere-se à transferência de funções, executadas pelo setor público, que poderiam ser melhor executadas exclusivamente ou em cooperação com o setor privado.

Para a realização desta pesquisa interessa-nos, particularmente, a descentralização no âmbito “*entre níveis de governo*”. No entendimento de Casassus (1990, p.16), na América Latina podemos distinguir dois processos: desconcentração e descentralização; e três modalidades que esses processos podem adotar: a regionalização, a municipalização e a nuclearização.

Nos termos em que a política pública se expressa, as experiências dos processos de descentralização apresentam-se com tendência unidirecional e seqüencial. Isto é, processos que implicariam na transferência de poderes do nível local. Tal transferência dar-se-ia em dois momentos: primeiro passaria pela desconcentração para, num segundo momento, passar à descentralização (CASASSUS, 1990, p.16).

Ampliando esses conceitos, o autor afirma:

(...) a desconcentração, reflete processos cujo objetivo é assegurar a eficiência do poder central, enquanto que o outro, a descentralização, é um processo que procura assegurar a eficiência do poder local. Assim a desconcentração, refletiria um movimento “de cima para baixo” e a descentralização, é um processo “de baixo para cima”. (CASASSUS, 1990, p.17).

Para melhor compreensão usaremos as explicações de Oliveira (1999, p.16-17) sobre as modalidades indicadas por Casassus (1990):

(...) regionalização pode compreender um ou mais Estados ou um grupo de Municípios. A nuclearização é concebida como forma organizativa, constituída de escolas rurais dispersas e com problemas semelhantes, utilizando-se do microplanejamento e observando estreita vinculação com o meio no qual estão inseridas. A modalidade municipalizadora, no caso brasileiro, compreende três possibilidades: o Município se encarrega de todo o ensino, em um ou mais níveis, no âmbito de sua jurisdição; o Município se encarrega de parte das matrículas, convivendo no mesmo território com a rede estadual; o Município se encarrega de determinados programas (merenda escolar, transporte de alunos, construções escolares, funcionários postos à disposição das escolas estaduais, por exemplo), os quais são desenvolvidos junto à Rede Estadual (OLIVEIRA 1999, p.16-17).

Ainda, segundo Oliveira (1999, p.16-17), essas possibilidades podem ocorrer por meio de convênios, os quais se tornaram comuns a partir dos anos 80, ou, no caso das redes próprias, por iniciativa do município, conforme a legislação atual.

É notório que alguns Estados que se dizem “sobrecarregados” estão se esforçando para que os municípios assumam o Ensino Fundamental, e é público também que a União colaborou bastante nesse sentido com a Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996. Preocupa a comunidade acadêmica, professores e a sociedade o que a municipalização pode acarretar ao Ensino Fundamental e também a capacidade de os municípios assumirem ou não esse nível de ensino, visto que a educação tem

particularidades diferentes de outras políticas sociais, como saúde, moradia. Nessas, observamos os resultados rapidamente e podemos concluir se houve melhorias, entretanto, na educação, os sucessos e os fracassos dessa estratégia só serão avaliados daqui a algumas décadas, considerando que estamos em 2002 e que os alunos do Ensino Fundamental estarão participando efetivamente da sociedade a partir de 2012.

A educação no nosso entendimento tem de estar a serviço da construção de uma sociedade melhor. As pessoas devem então utilizar o conhecimento adquirido no processo educacional para estruturarem melhores condições de vida não apenas para si, mas para a sociedade como um todo. Se a estratégia municipalizadora promover tais resultados poderá ser considerada um avanço.

Para além desse objetivo maior, a municipalização do ensino deverá ainda facilitar o desentrelaçamento burocrático, auxiliando a gestão a tornar-se mais autônoma e participativa. Raciocinando dessa forma, essa estratégia pode tanto favorecer como prejudicar esse processo de desburocratização, principalmente porque herdamos uma nação autoritária que começa a engatinhar no processo de democratização e ainda é comum observarmos atitudes de “coronelismo” entre nossos políticos de vários Estados.

A sociedade brasileira carrega um estigma autoritário por ter sido uma sociedade escravocrata, além de possuir uma grande tradição de relações paternalistas e clientelísticas, com grandes períodos de governos antidemocráticos. Não precisamos de muito esforço para afirmar tratar-se de uma sociedade marcada pelas relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social, bastando nos atermos aos resultados do Censo/2000, que destaca o aumento da desigualdade, apesar de progresso social¹. Nesse panorama, podemos situar o Estado de Mato Grosso do Sul.

O Estado foi criado com o objetivo de modernizar o setor da economia primária (agricultura) da região Sul do então Mato Grosso. O país passava por um período de crise do milagre econômico (1968-1973) e pleiteava com essa divisão aumentar a produção agrícola na região, fortalecendo a estratégia nacional de desenvolvimento.

Com propostas tão amplas a cumprir, o novo Estado priorizou outras áreas em detrimento da educação. A história deste Estado permeia todo seu processo educativo e ainda hoje podemos observar sinais de um esquema político-partidário-clientelístico de bases tradicionais.

O Programa Descentralização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul teve início oficialmente a partir de 1º de fevereiro de 1993, com a Lei nº 1.331, de 11 de dezembro de 1992, assinada pelo então governador Pedro Pedrossian. Vale asseverar que

¹ Fonte: http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/imprescindivel/id090502.htm (Gazeta Mercantil 09/05/2002)



a terminologia do programa: “descentralização do ensino” indica a “municipalização do ensino” dadas as características do programa.

Os estudos de Casassus (1990, p.17) auxiliam-nos a desenvolver melhor esse conceito. Confrontando a nomenclatura do programa aos tipos de experiências que acontecem na América Latina: desconcentração e descentralização, ela se encaixaria melhor no “*processo desconcentração*”, pois reflete um movimento de “*cima para baixo*”, ou seja, do governo estadual para os municípios. Quanto à modalidade identifica-se com a “*municipalizadora*” em que os municípios se encarregam de parte das matrículas, convivendo no mesmo território com a rede estadual.

Nesse programa descentralização/municipalização (utilizaremos ambas as terminologias, visto a ambigüidade esclarecida anteriormente) o governo estadual oferecia convênios às prefeituras para que atuassem no Ensino Fundamental, cedia o prédio escolar, assim como os docentes. Às prefeituras cabiam as autonomias administrativa e pedagógica.

Em Mato Grosso do Sul, o processo de municipalização do ensino merece atenção, por ser ainda pouco investigado, tendo em vista que há um pequeno número de escolas municipalizadas além de a maioria dos municípios ser carente de recursos para implantar a municipalização.

Analisando inicialmente o tema, observamos que, no Estado, o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau não foi totalmente implantado por falta de adesão das prefeituras.

A Prefeitura da cidade de Campo Grande – MS não se interessou pelo convênio, considerando que tem rede própria. A prefeitura de Sidrolândia que possui aproximadamente 21.000 mil habitantes interessou-se e manteve um convênio com o Estado, em relação a uma escola de Ensino Fundamental.

Partindo dessa análise preliminar, surgiram questões como:

- O que gerou e quais são as características do processo de descentralização/municipalização no Estado de Mato Grosso do Sul?
- Por que a Prefeitura de Campo Grande não se interessou por convênios com o Estado?
- O que levou um município tão pequeno como Sidrolândia a assumir a responsabilidade de uma escola estadual?
- Como a Secretaria Municipal, lideranças de bairros e associações estão se instrumentalizando para viabilizar esse conceito organizacional de municipalização?
- Como acontecem a autonomia, a gestão participativa e as relações entre “Direção Escolar” e Secretaria Municipal numa organização municipalizada?

Essas perguntas nos encaminharam ao objetivo desta pesquisa que é investigar a modalidade municipalizadora² no Estado de Mato Grosso do Sul. *A priori* acreditamos que a modernização do ensino passa pela sua municipalização, entretanto, não podemos deixar de verificar os entraves que vêm ocorrendo e as dificuldades de algumas prefeituras em assumir esses novos encargos.

Conforme afirma Barroso (1996, p. 31) a questão da municipalização envolve muitas variáveis, que precisam ser investigadas para se saber quais são seus efeitos na gestão administrativa e seus resultados sobre o combate à exclusão escolar. Segundo ele: *"A territorialização é um fenômeno essencialmente político e implica um conjunto de opções que tem por pano de fundo um conflito de legitimidades entre o Estado e a Sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local"* (BARROSO, 1996, p. 31).

Concordamos com Barroso, quando aponta a necessidade de se investigar como as políticas educacionais descentralizadoras estão sendo realizadas na prática.

Esse mesmo autor explica que o reforço da autonomia das escolas faz parte de um conjunto de medidas de política educativa que, em vários países, procuram resolver a crise de governabilidade do sistema de ensino, a qual se enquadra na teoria do *"Governo Sobrecarregado"*³ (BARROSO, 1997, p. 9).

Casassus (1998, p.17) diz que, na prática, as estratégias de descentralização são mais complexas do que pode parecer e necessita-se de elaboração cuidadosa para obter resultados positivos. Afirmar ainda, que não existe base empírica suficiente para estabelecer uma relação entre a melhoria da qualidade da educação e a estratégia de descentralização da gestão do sistema escolar, ou entre a melhoria das escolas e o conjunto do sistema.

O autor relata-nos que existem experiências internacionais em curso que podem ajudar a fundamentar a relação entre descentralização e qualidade da educação. Para demonstrar isso, cita o exemplo de uma experiência internacional *"Terceiro Estudo de Matemática e Ciência"* (TIMSS), centrada no rendimento de matemática e ciências:

Sem dúvida, é interessante notar que os países que tiveram os melhores resultados tanto em ciências como em matemática (Cingapura, Coréia, Japão e Hong Kong) são países com estruturas centralizadas que não têm posto em prática a estratégia que aqui se considera. Isto poderia induzir a pensar que não só não existe relação direta entre a estratégia e a

² Entendida aqui como o município se encarregando de parte das matrículas e convivendo no mesmo território com a rede estadual.

³ Entre os fatores que determinam a teoria do Governo Sobrecarregado podemos destacar: o crescimento do sistema educativo; a complexidade gerada pela heterogeneidade dos alunos; a quebra de confiança na transição entre educação e emprego; as restrições orçamentais decorrentes da crise econômica e a burocracia do aparelho administrativo do Estado (HELD, Modelos de Democracia, 1992. In: BARROSO, 1997, p. 9).

qualidade, sendo que poderíamos até pensar numa relação negativa (CASASSUS, 1998, p.17).

Acreditamos que essa relação entre descentralização e qualidade do ensino, precisa ser investigada em âmbito nacional, principalmente num país como o nosso, onde há uma certa distância entre os valores proclamados e os valores reais. Para ilustrar tal afirmação podemos nos reportar à Constituição brasileira datada de 1988, que diz em seu art. 3º que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (entre outros): *"construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"*. Entretanto, já passados catorze anos, não percebemos por parte do poder público medidas efetivas para atender tais questões. A distribuição de renda no Brasil permanece inalterada nos últimos cinquenta anos, ou seja, os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres ficam com 1%.⁴

Entendemos que descentralizar a administração escolar é o primeiro passo para a consagração da autonomia da escola, pois, reconhecendo-a como um lugar central de gestão e a comunidade local como parceiro essencial na tomada de decisão, garantiremos maiores oportunidades de acesso e sucesso dos cidadãos à educação.

Ao analisarmos a *"autonomia escolar"*, não podemos deixar de ressaltar a importância das regras de organização e funcionamento das escolas (NÓVOA, 1992), entre elas os Conselhos Escolares que, sendo atuantes e representativos, necessitam de espaços para desenvolver sua tarefa.

Ezpeleta (s/d, p.2) defende a idéia de que os Conselhos Escolares deveriam ter como proposta fortalecer a atenção que se presta à atividade pedagógica e ao conjunto de ações e relações que acontecem no movimento diário de uma escola: *"A revitalização dos Conselhos Técnicos se propõem a fortalecer a atenção que se presta à atividade pedagógica e ao conjunto de ações e relações que se formam no movimento diário da escola"*.

Refletindo sobre as premissas colocadas por esses autores, é possível compreender a importância dessa investigação que visa verificar o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º grau. A análise inicia-se a partir da lei elaborada pela Secretaria de Educação do Estado de MS - Lei n. 1.331, de 11 de dezembro de 1992, nos níveis micro e macro das políticas educacionais, ou seja, que representam a visão local da escola, sem se esquecer das variáveis do sistema e da comunidade que, sabemos, reflete-se diretamente na unidade escolar.

⁴ Fonte: Revista Veja – Edição Especial: O Brasil. Nº 19, Ano 35/2002.



Fonseca (1997, p.179) amplia essas colocações ao mostrar a necessidade de se contextualizar a questão da municipalização de ensino. Partindo do princípio de que acima de tudo deve estar a preocupação com a qualidade de vida dos munícipes, o respeito à sua dignidade de cidadãos portadores de direitos e deveres: *"(...) não considero a municipalização do ensino nem panacéia, nem ameaça em si, mas um instrumento, que pode ser usado para o bem ou para o mal"*.

Reconhecemos essa afirmação como sábia e que ela, acompanhada das demais, vem endossar a relevância da pesquisa, que pode fornecer dados para uma análise mais aprofundada da prioridade atribuída ao conceito de municipalizar, indicando suas contribuições e seus entraves, para que os obstáculos possam ser superados e os pontos positivos disseminados.

Tendo em vista que o princípio gerador da municipalização, em nosso entendimento, é a ampliação da autonomia e da gestão centrada na participação dos atores, ela deve favorecer essa realidade, caso contrário não teríamos por que investir nesse novo tipo de organização descentralizada.

Dessa forma, a municipalização pode facilitar o processo de autonomia das escolas, desde que se criem condições de um modelo administrativo mais participativo e democrático. Porém, se autoritária, o inverso pode acontecer e um processo democratizador e moderno pode se transformar em antidemocrático e retrógrado.

Nessa perspectiva, elaboramos um plano de exposição desta pesquisa que foi dividido em Introdução, Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III e Conclusão. A seguir anunciaremos o que cada parte revela.

O Capítulo I deste trabalho contém os resultados dos levantamentos de documentos da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, análise da entrevista com o Secretário Estadual de Educação e o posicionamento do governo atual que é contra a municipalização do ensino, contrapondo com a Secretária Estadual de Educação que em 1993 propôs a Lei nº 1.331/ 93, que deu origem ao Programa de Descentralização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul. Abordamos também as análises dos resultados dos questionários aplicados junto aos professores, revelando o funcionamento da educação oferecida pelo Estado e a razão de as prefeituras não terem consumado convênios de parcerias.

O Capítulo II foi embasado em levantamentos de documentos da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande-MS, análise da entrevista com a Secretária de Educação, assim como análise dos resultados dos questionários aplicados junto aos professores, o que permitiu verificar que o fato de a gestão estar mais próxima da comunidade não facilitou o processo de autonomia e participação das unidades escolares.

Foram identificados também os motivos que levaram à não-realização de convênios municipais com o governo estadual.

O Capítulo III foi estruturado com base no município de Sidrolândia, na análise da entrevista com a Secretária de Educação e nos resultados dos questionários aplicados junto aos professores, pais e alunos da Escola Olinda de Brito (escola municipalizada). Analisamos também se a mudança de gestão estadual para municipal trouxe melhorias, e o impacto das escolas rurais (fazendas, sítios, aldeia indígena e assentamentos) na administração municipalizada.

A Conclusão deste trabalho está embasada na análise do processo de descentralização/municipalização que teve como objeto o Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande e o município de Sidrolândia, contextualizando o neoliberalismo e sua influência nas políticas descentralizadoras, finalizando com um estudo comparativo da gestão democrática em escolas estaduais e municipais.

A pretensão básica, metodologicamente, foi utilizar uma abordagem qualitativa procurando analisar essa questão tão complexa por meio de estudos teóricos e pesquisa de campo.

A finalidade desta investigação científica foi analisar os fenômenos da municipalização, pela análise das percepções e interpretações dos sujeitos que entrevistaram ou entrevistaram nessa ação municipalizadora em Mato Grosso do Sul. Vale asseverar que o conhecimento nunca é um produto de um agente "puro", pelo contrário, se constrói sempre por interesses que partem das necessidades naturais da espécie humana e que se configuram pelas condições históricas e sociais.

A escolha do objeto desta pesquisa, ou seja, a municipalização do ensino, se deu pela relevância social e acadêmica. Social por se tratar de um tema que pode transformar as administrações escolares, trazendo benefícios ou problemas para os cidadãos que necessitam da escola pública, ou trabalham nelas. Acadêmica tendo em vista a carência de pesquisas relativas a esse tema em Mato Grosso do Sul.

A opção por uma pesquisa que envolvesse o Estado, um município de grande porte (Campo Grande) e um município de pequeno porte (Sidrolândia), surgiu da própria estrutura de descentralização/municipalização que encontramos em Mato Grosso do Sul. A princípio sabíamos que, em 1993, o governo estadual havia iniciado seu Programa de Descentralização do Ensino de 1º grau, que se efetivava por meio de convênios com as prefeituras, entretanto em Campo Grande, capital do Estado, não havia sido realizado o convênio, que se difundiu pelo interior do Estado. Após análise decidimos que seria interessante investigar esse processo nos três âmbitos: estadual: idealizador do programa; município de Campo Grande: pela opção em não participar do programa; e a pequena Sidrolândia: que representaria neste estudo os demais municípios que participaram do

programa. Sidrolândia foi escolhida por se tratar do município mais próximo de Campo Grande que havia participado do Programa de Descentralização e que permanecia com uma escola municipalizada conveniada no início desta pesquisa, ou seja, janeiro de 2000.

À primeira vista, pode-se pensar que faltou um recorte e que enfocaremos muitos aspectos ao mesmo tempo. Entretanto, vale ressaltar que a idéia de trabalhar dessa forma surgiu da relevância de cada capítulo para a pesquisa e, se deixássemos de abordar alguns deles, o trabalho perderia a qualidade e a riqueza de detalhes.

Por isso partiremos do todo, governo estadual, passando pelo governo municipal de uma capital que, temos consciência, diverge do governo de um município pequeno, devido aos recursos disponíveis e amplitude dos problemas, até chegar à pequena escola envolvida em todo esse processo.

O critério de seleção dos participantes teve origem nos conflitos e necessidades da própria pesquisa, ficando previamente estabelecido:

- a) Secretários de Educação: devido ao papel de destaque que exercem nesse processo; durante a realização da pesquisa, decidimos que seria importante entrevistar além dos atuais Secretários de Educação, a Secretária Estadual de Educação do período em que foi assinada a lei que deu origem ao Programa de Descentralização do 1º grau em Mato Grosso do Sul.
- b) Professores: por estarem diretamente envolvidos no processo e pelo vínculo empregatício;
- c) Escolas: com exceção da Escola Municipalizada Olinda de Brito que foi escolhida por se tratar de um convênio Estado/município de Sidrolândia, as demais foram escolhidas aleatoriamente, respeitando apenas os critérios: central e periférico.

Os Secretários de Educação foram ouvidos individualmente e o agendamento das entrevistas ocorreu por contato telefônico. No início de cada entrevista foi entregue um roteiro semi-estruturado (anexo); e as entrevistas foram registradas com um gravador da marca Sony, modelo TCM-323. As respostas obtidas em uma entrevista muitas vezes foram utilizadas em outras, com o objetivo de confrontar idéias.



TABELA 1 – Identificação dos Secretários de Educação

Secretaria	Nome	Sexo	Escolaridade	Partido Político do Período	Prefeito/Governador
1 – Estadual	Pedro Kemp	M	Pós-graduação: mestrado	Partido dos Trabalhadores - PT	José Orcírio Miranda dos Santos
2 -Estadual (período de 1991 a 1994)	Leocádia Aglaé Petry Leme	F	Pós-graduação: <i>latu senso</i>	Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	Pedro Pedrossian
3- Municipal de Campo Grande	Maria Nilene Badeca da Costa	F	Curso Superior	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	André Puccinelli
4 – Municipal de Sidrolândia	Mariana Toome	F	Curso Superior	Partido Democrático Trabalhista - PDT	Enelvo Iradi Felini

Os docentes foram escolhidos durante o intervalo de aulas em escolas públicas estaduais/municipais. Após uma breve explicação sobre a pesquisa, solicitávamos quem poderia participar respondendo o questionário que seria recolhido em outra oportunidade; poucos professores se animavam a responder o questionário, alegando falta de tempo. Muitos questionários deixaram de ser devolvidos, sendo substituídos por outros.

Foram entregues vinte questionários em escolas da rede estadual de Mato Grosso do Sul, sendo dez em escolas centrais e dez em escolas da periferia.

Nas escolas da rede municipal de Campo Grande também foram entregues vinte questionários, sendo dez em escolas centrais e dez em escolas da periferia.

Na Escola municipalizada Olinda de Brito, Sidrolândia/MS, foram entregues dez questionários, entretanto, somente cinco professores responderam. Vale lembrar que por se tratar de uma escola pequena com apenas 28 docentes, esse número representa 17,86%.

A identificação dos docentes que participaram da pesquisa encontram-se em seus respectivos capítulos.

Este trabalho propõe-se a contribuir com o debate da “municipalização do ensino”, analisando velhas questões e acrescentando fatos novos, ressaltando a necessidade de encarmos que a mudança exige critérios e que não podemos correr o risco de desmantelarmos o Ensino Fundamental, sem oferecer condições para que o município o assuma eficientemente, não apenas em relação a condições financeiras, mas também a pedagógicas.

2. Capítulo I

2.1 A municipalização do ensino no Estado de Mato Grosso do Sul

2.1.1 Região de entorno do Estado de Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº 31 de 11/10/1977, desmembrado do então Estado de Mato Grosso, e instalado em, 01/01/1979, com a posse do primeiro governador – Harry Amorim Costa e da Assembléia Constituinte.

Localizado no sul da região Centro-Oeste possui uma área de 357.471 km² e faz limite com Mato Grosso (N); Goiás, Minas Gerais (NE); São Paulo (L); Paraná (SE); e a fronteira com o Paraguai (S e SO) e a Bolívia (O). Apresenta características geográficas específicas como o pantanal (extremo oeste); as planícies (NO); os planaltos, com escarpas nas serras da Bodoquena (L); sendo seus principais rios o Paraguai, o Paraná, o Paranaíba, o Miranda, o Aquidauana, o Taquari, o Negro, o Apa e o Correntes.

As principais cidades do Estado são a capital Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas. Com aproximadamente 2.026.600 habitantes, o Estado tem um PIB de US\$ 11, 72 bilhões e uma renda per capita da ordem de US\$ 6.128,5 – 30% superior à média nacional. Nos últimos 15 anos, o PIB de MS aumentou 211% contra uma média do Brasil de 134%.⁵

Sua economia é baseada principalmente na agricultura, na pecuária, na extração mineral e na agroindústria. Na agricultura destacam-se o cultivo de algodão herbáceo, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo e na pecuária a criação de bovinos, suínos, eqüinos, ovinos e galináceos. Da extração mineral obtemos ferro, manganês e calcário e a indústria, escassa no Estado, trabalha apenas nos setores alimentícios, de cimento e de mineração.

O Estado de Mato Grosso do Sul hoje investe também no setor turístico, aproveitando-se de sua localização privilegiada, pois acolhe em seu território o Pantanal Sul com sua grande bacia hidrográfica, a do rio Paraguai.

O pantanal sul-mato-grossense, uma das maiores planícies de sedimentação do mundo, ocupa grande parte do Estado - aproximadamente 140 mil km² - estendendo-se,

⁵ Fonte: Governo de Mato Grosso do Sul, 2000.



também, por países vizinhos como a Bolívia, o Paraguai e a Argentina. Esse verdadeiro patrimônio ecológico, habitado por incontáveis espécies de mamíferos e répteis, de aves e peixes, tem uma vegetação exuberante e é traduzido em movimento de formas, cores e sons, sendo um dos mais belos espetáculos da Terra.

Ao Estado pertence ainda a cidade turística de Bonito que tem como principal atrativo suas grutas pré-históricas, cachoeiras de águas cristalinas, aquários naturais, nascentes, sítios arqueológicos, com destaque para as grutas Nossa Senhora Aparecida e a do Lago Azul, com um profundo lago de água azulada em seu interior, ambas tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional.

2.1.2 A Educação no Estado de Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul atende por meio da Secretaria Estadual de Educação - SED, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Sendo que da Educação Infantil ao Ensino Médio atende aproximadamente 325.434 alunos, destes 225.026 são do Ensino Fundamental e possui 395 unidades escolares.

A SED atende praticamente todas as modalidades de ensino, inclusive um curso de Formação de Professores, nível médio, voltado basicamente para formação de professores de etnia indígena e para docentes que atuam em assentamentos. Oferece também Educação de Jovens e Adultos em praticamente 40 municípios.

A tabela a seguir apresenta o número de escolas de Mato Grosso do Sul e a supremacia do Estado no atendimento ao Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

TABELA – 2 Número de Escolas / Mato Grosso do Sul / 2000

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	"COM" CRECHE		"COM" PRÉ ESCOLA		"COM" ENSINO FUNDAMENTAL		"COM" ENSINO MÉDIO		"COM" EDUC. JOVENS E ADULTOS		"COM" EDUCAÇÃO ESPECIAL	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
TOTAL	340	3	747	75	959	162	360	9	363	23	161	3
FEDERAL	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
ESTADUAL	32	-	32	-	348	11	242	6	183	5	89	1
MUNICIPAL	168	2	402	74	331	149	3	2	138	17	14	2
PARTICULAR	140	1	313	1	279	2	114	1	42	1	58	-

Obs.: Os números acima, não poderão ser somados para se obter o total de estabelecimentos de ensino, considerando que uma mesma escola pode oferecer mais de uma modalidade de ensino.

Legenda: U= urbana; R= rural

Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Censo Escolar/2000.

Na figura 1, podemos examinar melhor os dados específicos das escolas que oferecem o Ensino Fundamental em Mato Grosso do Sul nas zonas urbana e rural.

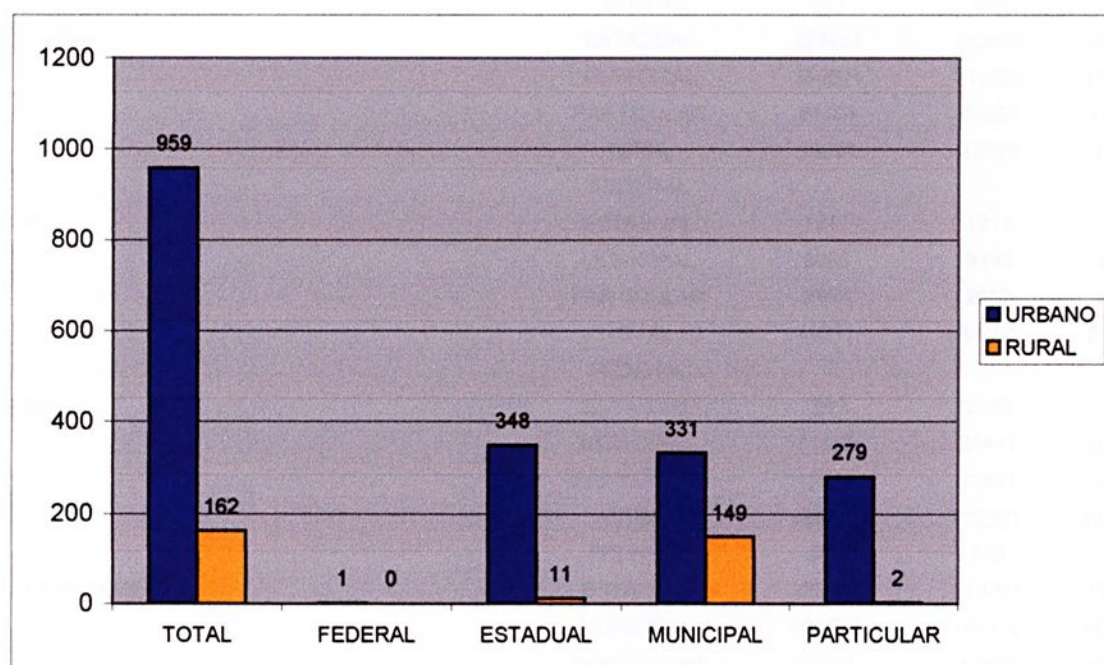


Fig. 1 Gráfico Ensino Fundamental em Mato Grosso do Sul
Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Censo Escolar/2000.

Como observamos, a participação da esfera federal na educação do Estado é praticamente insignificante com apenas uma unidade escolar. Em relação ao atendimento da área urbana, a SED só perde para as redes municipais em se tratando de creches e pré-escolas. Vale lembrar que a rede particular, em algumas modalidades, é bem ampla e mesmo não ocorrendo a municipalização no atual governo (2002), a rede municipal do Estado tem quase o mesmo número de escolas que a rede estadual oferecendo o Ensino Fundamental.

Quanto à Educação Rural, as redes municipais são superiores no atendimento em todos os níveis, ou seja, creche e pré-escola (a rede estadual não atende), no Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, conforme especificado anteriormente na Tabela 2.

Na tabela 3 e na figura 2, podemos observar que, apesar de a SED ter o maior número de matrículas, a rede municipal é superior no atendimento às creches e pré-escola, e, em relação ao Ensino Fundamental, apesar de não ter ocorrido a municipalização, a diferença entre a esfera estadual e a municipal é bem pequena.

TABELA – 3 Matrícula Inicial / Mato Grosso do Sul/2000

		TOTAL GERAL	URBANA	RURAL
TOTAL GERAL	TOTAL	661525	620281	41244
	FEDERAL	993	993	-
	ESTADUAL	325434	322636	2798
	MUNICIPAL	250694	213423	37271
	PARTICULAR	84404	83229	1175
CRECHE	TOTAL	13694	13590	104
	FEDERAL	-	-	-
	ESTADUAL	1211	1211	-
	MUNICIPAL	9585	9493	92
	PARTICULAR	2898	2886	12
PRÉ-ESCOLA	TOTAL	46217	44105	2112
	FEDERAL	-	-	-
	ESTADUAL	2023	2023	-
	MUNICIPAL	31530	29441	2089
	PARTICULAR	12664	12641	23
ENSINO FUNDAMENTAL	TOTAL	459475	422281	37194
	FEDERAL	550	550	-
	ESTADUAL	220951	218961	1990
	MUNICIPAL	198676	164116	34560
	PARTICULAR	39298	38654	644
ENSINO MÉDIO	TOTAL	88795	87580	1215
	FEDERAL	443	443	-
	ESTADUAL	72802	72127	675
	MUNICIPAL	311	235	76
	PARTICULAR	15239	14775	464
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	TOTAL	47893	47286	607
	FEDERAL	-	-	-
	ESTADUAL	27581	27451	130
	MUNICIPAL	10445	10000	445
	PARTICULAR	9867	9835	32
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CLASSE ESPECIAL	TOTAL	868	856	12
	FEDERAL	-	-	-
	ESTADUAL	721	718	3
	MUNICIPAL	147	138	9
	PARTICULAR	-	-	-
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLA EXCLUSIVAMENTE ESPECIALIZADA	TOTAL	4583	4583	-
	FEDERAL	-	-	-
	ESTADUAL	145	145	-
	MUNICIPAL	-	-	-
	PARTICULAR	4438	4438	-

Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Censo Escolar/2000.

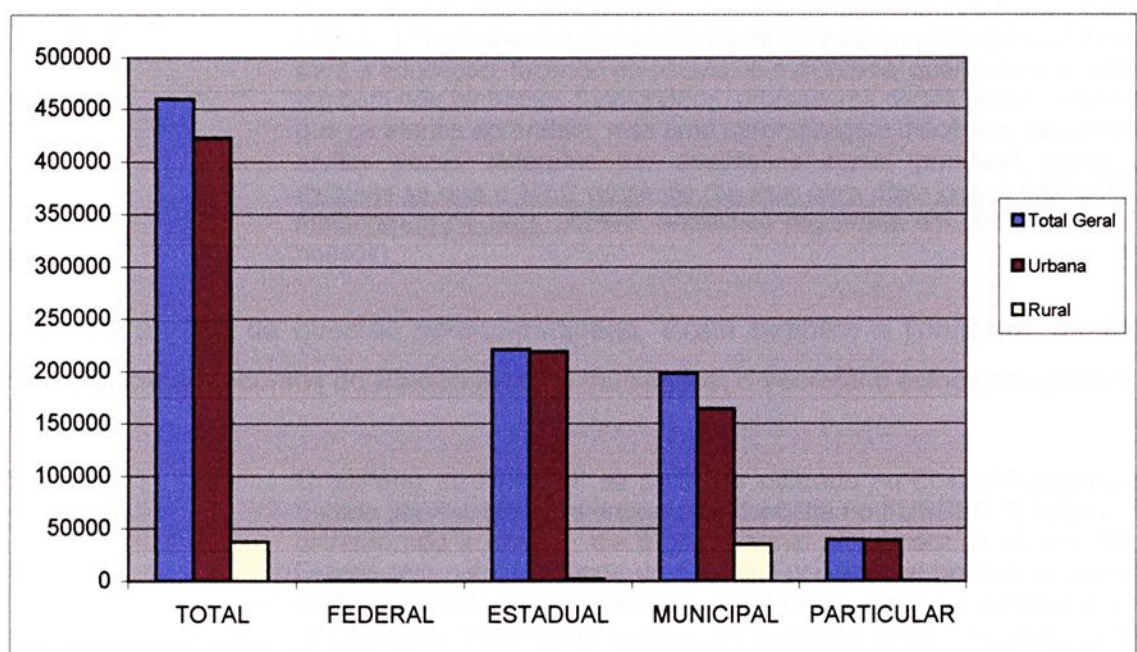


Fig. 2 Matrícula Inicial do Ensino Fundamental em Mato Grosso do Sul
Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Censo Escolar/2000.

Esses dados foram comparados aos do Censo 2001 e o que foi constatado pode ser observado na tabela 4.

TABELA – 4 Estudo Comparativo das Matrículas Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Estadual

Ano	Total Urbano	Total Rural	Total Geral
2000	218.961	1990	220.951
2001	223.142	1884	225.026

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/ Censo Escolar – 2001.

Nessas tabelas e figuras, podemos observar que, apesar do esforço do governo federal para que ocorra a municipalização do Ensino Fundamental, Mato Grosso do Sul continua ampliando seu número de matrículas iniciais. Os dados mostram que de um ano para o outro aumentaram 4.075 matrículas, e reforçam a tese de que o atual governador prefere manter o ensino fundamental sob seu comando a realizar convênios com os municípios.

Percebemos nesse contexto que questões político-partidárias permeiam as políticas educacionais em Mato Grosso do Sul. O atual governo (2002) do Partido dos Trabalhadores, mesmo mantendo boas relações com o Presidente da República - PSDB, deve resguardar os princípios básicos de seu partido; o Secretário de Educação, também do PT, afirma ser contra as políticas neoliberais, quando em trechos de sua entrevista demonstra seu posicionamento em relação às políticas do governo federal.

Estamos falando da qualidade social na educação em contraposição ao discurso neoliberal, ao discurso colocado pela direita que é o da qualidade total. (...) Procura-se muitas vezes transferir este conceito de qualidade total para a educação, fazendo da escola uma empresa, querendo que na escola também nós tenhamos funcionários, professores certos para produzir mais, que os alunos aprendam, mas uma aprendizagem mecânica, aprendizagem muitas vezes auferidas por avaliações como "provões", como estas estatísticas que o MEC gosta de divulgar para dizer que a educação está melhorando no país. (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001 – grifos nossos).

Para além da questão político-partidária, existe também a financeira, ou seja, a transferência de recursos do Estado para os municípios; o secretário coloca seu parecer:

O dinheiro do FUNDEF só pode ser utilizado no Ensino Fundamental, o Estado separa 15% dos impostos e deposita no FUNDEF. O retorno deste dinheiro não é integral, ele é proporcional ao número de alunos. Como o Estado tem perdido alunos do Ensino Fundamental porque as prefeituras estão investindo mais neste nível, construindo escolas e ampliando a rede, nós estamos perdendo o aluno e conseqüentemente o recurso. Cada ano nós perdemos mais recursos; no ano passado perdemos R\$24 milhões e este ano a estimativa é de perdermos R\$ 35 milhões (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

As afirmações do secretário nos induzem a pensar que o problema financeiro é o cerne da questão da municipalização. Em outros segmentos da entrevista o secretário afirmou que ofereceu à Secretária Municipal de Educação de Campo Grande as poucas escolas de Educação Infantil que possui (municipalização), mas a secretária municipal não aceitou. De ambas as secretarias fica latente o interesse pelo recurso do FUNDEF.

No Estado, a questão política também se mostra fortemente presente. Existe uma "disputa de poder" entre o governo do Estado e o Prefeito de Campo Grande; talvez soe estranho tal afirmação, mas, trata-se de uma antiga discussão, conforme se comprova pelo que diz Leme sobre isso. *"Em Campo Grande é muito presente a questão política entre governo do Estado e a prefeitura; e isso é muito sério, até hoje, a gente vê que são dois pólos"* (LEME, Entrevista registrada em 18/09/2001).

Atualmente (2002), temos em Campo Grande, um prefeito eleito pelo PMDB, que se contrapõe sempre ao governo do Estado – PT, e essa discussão, ou troca de acusações que ocorrem podem ser constatadas pela população em discursos de inauguração, entrevistas, assim como até em *outdoors*.

Como colocamos anteriormente, a rede estadual é superior no atendimento do Ensino Fundamental, mas não sabemos até quando esses dados vão permanecer, haja vista que, como demonstra a tabela abaixo, em 2001 já existiam mais estabelecimentos de ensino na rede municipal que na rede estadual, entretanto, esses estabelecimentos possuem menos alunos que os da rede estadual.

TABELA – 5 Número de Estabelecimentos de Ensino*/2001

Dependência Administrativa	Urbano	Rural	Total Geral
Federal	01	0	01
Estadual	384	11	395
Municipal	521	140	661
Privada	429	03	432
Total	1335	154	1489

Fonte: Secretaria Estadual de Educação/ Censo Escolar – 2001

* Número total de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa independente do nível oferecido.

Vale lembrar que estamos em 2002, ano de eleições gerais e, a partir do próximo ano, as políticas educacionais em Mato Grosso do Sul podem se alterar ou permanecer iguais, visto que o atual governador é candidato à reeleição.

Em 1999, ao assumir o governo estadual, o “Zeca do PT”, juntamente com Pedro Kemp - Secretário Estadual de Educação, anunciou a Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul 1999-2002. Esse projeto político-educacional foi denominado Escola Guaicuru⁶.

De acordo com documentos oficiais, esse projeto *“inaugura um momento histórico de mudanças na política e quer significar uma ruptura na tradição educacional do Estado”* (CADERNOS DA ESCOLA GUAICURU, 1999, p.9)

O Projeto Escola Guaicuru foi implantado em toda a rede estadual para o quadriênio 1999-2002 e tem como eixo principal *“o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública”* (CADERNOS DA ESCOLA GUAICURU, 1999, p.9).

O Projeto da Escola Guaicuru, vivendo uma nova lição, é composto por três programas: Democratização do Acesso Escolar; Democratização da Gestão Escolar e Qualidade Social da Educação, que se desdobram em outros projetos abaixo especificados.

O 1º Programa: Democratização do Acesso Escolar é composto de quinze projetos: Bolsa-Escola; Reorganização da Formação e do Tempo Escolar – ciclos; Transporte Escolar – áreas de difícil acesso; Manutenção e Recuperação da Rede Física; Telematrícula; Ensino Noturno na Escola Guaicuru; Inclusão do Portador de Necessidades Especiais no Sistema Regular de Ensino; Redimensionando e Fortalecendo o Ensino Médio; Jovens e Adultos na Escola; Educação Escolar Indígena: uma questão de cidadania; Efetivando a Municipalização da Educação Infantil; Educação Profissional - uma política a ser construída;

⁶ O termo “guaicuru” significa a síntese referencial da identidade cultural, do homem do povo, dos cidadãos do Estado de Mato Grosso do Sul.

Tecnologia no Contexto da Escola Guaicuru; Fortalecimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Educação Escolar e as Diferentes Etnias.

O 2º Programa: Democratização da Gestão Escolar reuniu sete projetos: Autonomia Escolar; Planejamento Participativo; Eleição de Diretores; Fortalecendo os Colegiados Escolares; Constituinte Escolar; Dinamizando a Coordenação Pedagógica; Redimensionando a Inspeção Escolar.

O 3º Programa: Qualidade Social da Educação é composto por três projetos: Desenvolvimento Profissional; Apoio e Incentivo à Formação Profissional; Estatuto Social para os Trabalhadores da Educação.

A Secretaria de Educação incentiva a gestão democrática e a participação da comunidade na administração da escola. As escolas possuem direção colegiada na qual o diretor, em verdade, é o secretário executivo de um colegiado em que o presidente pode ser o pai de um aluno, um professor, um coordenador. Esse colegiado tem então representantes de todos os segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários administrativos e o diretor.

Desde 1991, as escolas estaduais são administradas por um colegiado, Associação de Pais e Mestres e grêmios estudantis, estimulando a participação dos pais e alunos na vida da escola.

Nesse ponto, valemo-nos da asserção de Leme que, em sua entrevista, indicou: "(...) coisas que até hoje ainda funcionam nas escolas, os colegiados estão lá, a coordenação de curso, a participação da comunidade, isto tudo" (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Ségundo a secretária do período de 1991-1994, essas inovações iniciaram-se no seu mandato e permaneceram, indicando que houve uma continuidade de orientação em determinados pontos.

A SED entende que a escola é pública, ou seja, ela é do povo e tem de ser cuidada, administrada, organizada, estruturada com a participação da comunidade. Mas segundo Kemp, não devemos confundir os objetivos da secretaria.

(...) É diferente de algumas coisas que a gente escuta, por exemplo, na televisão quando se fala em "Amigos da Escola", a mídia passa uma idéia de voluntariado, você vai para a escola para ajudar, presta um serviço de carpinteiro, de eletricista, ou seja, vai trabalhar de graça. O Estado deve realizar este tipo de trabalho; o poder público, a prefeitura e isto é uma forma de até camuflar a dificuldade que muitas vezes o poder público tem para atender as necessidades da comunidade. Nós não reforçamos, você pode procurar que não vai ver em nenhum momento o Estado falando de "Amigo da Escola" ou incentivando isto nas nossas escolas (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

No discurso do Secretário identificamos dois pontos importantes: a mídia e suas relações com as políticas neoliberais. Esse programa, lançado em agosto de 1999, tem a Rede Globo como organizadora e o “Comunidade Solidária” como parceiro, além de contar com o apoio do Ministério da Educação – MEC; do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e da União dos Dirigentes Municipais – UNDIME. Trata-se de um programa que tem tido ampla divulgação e a aceitação de grande parte da comunidade escolar.

Na rede estadual de Mato Grosso do Sul existem “Amigos da Escola” em algumas escolas estaduais, porque se respeita a organização da comunidade. Se a comunidade entender que é importante não se proíbe. Mas é bom informar que a Secretaria de Educação de acordo com Kemp não reforça essa prática: *“(...) não reforçamos essa prática, o que queremos reforçar é a participação na escola de pais, alunos e professores discutindo o projeto político - pedagógico da escola, dando opiniões, criticando, avaliando e participando efetivamente da proposta educacional”*. (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

Concordamos com Kemp, quando questiona esse tipo de voluntariado e não se trata de uma aversão ao uso da televisão em educação, mas de uma preocupação em relação às ideologias que podem ser transmitidas por ela. Adorno (1995), em seus estudos sobre “Televisão e Formação” define bem essa questão:

(...) gostaria de acrescentar que não sou contra a televisão em si, tal como repetidamente querem fazer crer. (...) Entretanto, suspeito muito do uso que se faz em grande escala da televisão, na medida que creio que em grande parte das formas em que se apresenta, ela, seguramente, contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos expectadores (ADORNO, p.77,1995).

Em conformidade com políticas educacionais progressistas, os diretores das escolas estaduais e os membros do colegiado são eleitos pelos pares e pela comunidade escolar (pais, funcionários e alunos). A eleição, antes regulamentada por um decreto (assinado no período em que Leme era Secretária de Educação – 1991-1994), agora se tornou lei e está regulamentada no Estatuto dos Profissionais da Educação Básica.⁷

Segundo o Secretário Estadual de Educação, trabalhar com a democracia é muito mais difícil. O diretor eleito deve, em primeira instância, prestar contas e dar satisfação à comunidade do trabalho que executa, e, portanto, torna-se mais incisivo nas reivindicações, o que podemos considerar um avanço, uma conquista.

Kemp afirma que para além dos motivos financeiros já apontados anteriormente, não é política do governo estadual municipalizar, em função da política educacional que se

⁷ A última eleição ocorreu no final de 2001/ Lei complementar 087, Artigo 74.



propõe, ou seja, existe uma proposta pedagógica de organizar o Ensino Fundamental em ciclos. As séries de 1ª à 4ª de toda a rede estadual já foram transformadas em ciclos de dois anos.

O Secretário de Educação afirma não possuir professores leigos em seu quadro de docentes:

Nós temos professores contratados como leigos porque ainda não tem habilitação específica numa área, por exemplo, um bacharel em Química, mas que ainda não tem licenciatura. Em alguns municípios temos dificuldades para encontrar professores de Física, Matemática e, às vezes, a Secretaria tem de contratar estagiários do último ano de faculdade, logo, ainda não formados; em relação à 1ª a 4ª séries todos os professores têm o Magistério (Ensino Médio) (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

Vale asseverar que o Estado de Mato Grosso do Sul lidera o *ranking*, com 64% dos docentes graduados, seguidos por São Paulo 62%, Rio de Janeiro 39%, e no último lugar da escala encontra-se o Maranhão com apenas 7%.⁸

O Secretário de Educação aponta, no desenvolvimento do seu trabalho, dois entraves:

(...) primeiro a escassez de recursos, o Estado hoje está sendo lesado por causa da política de financiamento da educação do governo federal, que privilegia o Ensino Fundamental (FUNDEF) em detrimento de outras modalidades que também precisam ser atendidas como Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Formação de Professores. Mesmo a Secretaria possuindo muitos alunos do Ensino Fundamental, essa política do FUNDEF tem prejudicado. A política de financiamento é prejudicial aos Estados. Aqui em Mato Grosso do Sul, isso fica muito caracterizado. A outra questão é o endividamento do Estado, que paga aproximadamente 15 milhões de reais do serviço da dívida para com a União, esse recurso faz muita falta, poder-se-ia investir muito mais na Educação. O segundo entrave é a burocracia do Estado quanto ao uso das tecnologias, o mesmo ainda está bastante atrasado. Apesar do esforço e do investimento do governo para a modernização do sistema de informatização, os resultados só serão colhidos mais para frente (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

O programa Descentralização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul teve início oficialmente a partir de 1º de fevereiro de 1993, pela Lei nº 1.331, de 11 de dezembro de 1992, assinada pelo então governador Pedro Pedrossian.

Em entrevista com a professora Leocádia Aglaé Petry Leme, então Secretária de Educação, responsável pelo projeto, entendemos um pouco os objetivos dela.

⁸ Fonte: www.uol.com.br/odia/educ

Na verdade, eu esperava e tinha certeza que o que viria depois seria o que veio. O Programa de Descentralização foi inédito no país no sentido de que a gente deveria discutir uma proposta com os municípios para que o município se sentisse o responsável pelo Ensino Fundamental. A LDB estava em discussão neste período, isso aconteceu em 1993, e a LDB foi aprovada em 1996, mas ela estava há dez anos sendo discutida pelo Congresso, então quer dizer que as linhas, a filosofia de como ela seria implantada a gente já vinha trabalhando há muito tempo (...) (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Nota-se que a professora Leme estava realmente impressionada com as discussões que estavam sendo estudadas durante aquele período pré – LDB e se sentia privilegiada ao antecipar essas decisões no Estado de Mato Grosso do Sul.

(...) eu tive a oportunidade, enquanto Secretária, de ser representante dos Secretários de Estado na Comissão que trabalhou no plano decenal em 1994. Ele trazia essa linha de descentralização e nós resolvemos então fazer a experiência com algumas escolas de Campo Grande e algumas de Dourados, e alguns outros municípios que se dispuseram a fazer (...) (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Assinala-se aqui um aspecto desse processo que poderíamos chamar até de precipitação, a experiência antecedendo um estudo mais aprofundado. Prática comum entre educadores que, segundo Zuin (1998), em nome de uma legítima, mas perigosa intenção, proclamam a urgência de soluções dos problemas educacionais, subordinando a teoria à prática imediata. Essa problemática está presente na questão da municipalização, pois sem estar acompanhada de bases teóricas consistentes, a municipalização do ensino público sul-mato-grossense tornou-se um problema para os docentes envolvidos nesse processo.

(...) a gente esperava que o município entendesse a importância da aplicação dos 25%, porque o que vinha ocorrendo com a lei, o ensino basicamente estava na mão do Estado e os 25% do Estado acabava sendo muito pouco, e os prefeitos tinham dificuldade para saber onde aplicar os 25% deles. A rede municipal era muito pequena, tinha então prestação de contas que envolvia até a estradinha que vai até a escola, o funcionário que trabalha na secretaria para cuidar do contrato dos professores também entrava nos 25% da educação, e entrava tudo na despesa. E a nossa grande luta era mostrar o que era o ensino, porque educação é uma coisa, é responsabilidade de todas as secretarias do governo, a Educação Ambiental, Cultural, agora o ensino é de responsabilidade da Secretaria de Educação, e é o ensino que tem de ser financiado pelos 25%, por isso a gente brigava muito, tanto que essa idéia de educação ampla acabou ficando dentro dos 25% e o FUNDEF que trabalha apenas com Ensino Fundamental ficou com 15%, então nos 25% pode entrar todo o resto, pode entrar ensino médio, ensino superior, educação infantil, ou seja, educação como um todo (...) (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Nesse ponto, consideramos que a professora Leme tinha razão. Sabemos que as prefeituras gastavam o dinheiro da educação em várias outras atividades, entretanto, não acreditamos que esse motivo seria suficiente para a implantação do programa de

descentralização, pois, acreditamos, que haveria outras formas para a conscientização das prefeituras, assim como outras formas de parceria.⁹

(...) Esta foi a nossa grande luta e alguns prefeitos com cabeças bastante arejadas para a época aceitaram. Foi tão interessante, que eu já estava fora da Secretaria, trabalhando na Universidade, a época que saiu o FUNDEF e os prefeitos estavam loucos para abrir escolas. Antes eu tive que fazer uma linha de convencimento terrível, que seria importante que eles assumissem o ensino fundamental, que aí o estado teria mais força para fazer o ensino médio e até Universidade, e foi o que fizemos e era difícil. Na medida que saiu o FUNDEF todo mundo quer o aluno, porque como o aluno conta dinheiro, mas eu concordo com isso (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Aqui vale ressaltar que os prefeitos que procuraram pelo convênio do programa de Descentralização após o FUNDEF, já tinham uma lei que amparava, ou seja, já não existiam as parcerias como as realizadas no mandato da professora Leme e que hoje são descumpridas pelo governo atual.¹⁰ Em relação ao programa de descentralização, houve um rompimento por parte do governo (2002) que, em alguns aspectos, acompanhava e até ampliava as políticas implantadas no governo Pedrossian (1991-1994), a exemplo das "Eleições para Diretor".

Como observamos, a Secretária Estadual da época do projeto acreditava que estava apenas antecipando um futuro certo e próximo, nunca imaginava que, em breve, seu projeto traria problemas aos docentes da rede. É interessante observar como Leme fala com entusiasmo sobre as garantias da lei. Durante a entrevista nos reportamos ao argumento que Kemp (2001) havia elencado como motivo do retorno dos docentes para a rede estadual, ou seja, o Plano de Carreira, contudo Leme respondeu: *"quanto ao plano eles não precisavam ter preocupação porque no programa original teriam todas as garantias do Plano Estadual"*. (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

A professora defende a municipalização em todas as suas instâncias, mesmo quando confrontada com perigos iminentes, garante a necessidade da perseverança nesse modelo de gestão.

Eu sou municipalista por convicção, não só do processo de educação, como de tudo, inclusive, de saúde, de assistência social. Acho que as coisas acontecem no município, quanto mais próximo do cidadão estiver o responsável pelo seu direito, com certeza, a cidadania será vivenciada com uma força maior. Eu lembro a bem pouco tempo, há uns quinze anos atrás tudo era centralizado em Brasília, era uma loucura, e sempre a centralização provoca, no meu entender, um monte de coisas, desde a criação de corrupção, até os que querem fazer, mas fica muito complicado

⁹ Parceria aqui entendida como a Secretaria Estadual e a Secretaria Municipal trabalhando em regime de cooperação, município e Estado auxiliando-se reciprocamente.

¹⁰ Retornaremos a esse ponto no Capítulo III.

porque não consegue tomar conta de tudo, os que são honestos, mas que as forças políticas acabam escapando do seu controle. A centralização no meu entender é maléfica em todos os sentidos, e em educação muito mais. Quando você espera que pensando lá em Brasília, ou aqui mesmo em Campo Grande e imagina que o que está passando em sua cabeça pode estar passando pela cabeça do cidadão lá de Itapuru é muita pretensão, não acha? (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

O argumento acima nos faz acreditar na necessária ponderação, quando tratamos da municipalização. Convincente, a secretária anterior se contrapõe às idéias do atual secretário que se mostrou contrário à municipalização.

No período antes do FUNDEF, 40 escolas estaduais foram municipalizadas. O Estado, por meio de um convênio, passou para os municípios as escolas, o prédio e os alunos, cabia ainda ao governo estadual manter o pagamento dos docentes cedidos até a aposentadoria deles. Contudo, após o FUNDEF, o Estado se sentiu lesado, visto que os recursos desse fundo são repassados para quem possui o aluno, nesse caso, ficando com o município que se recusa a pagar o salário dos docentes ou mesmo repassar a quantia para que o Estado o faça.

De acordo com o atual Secretário de Educação, o Estado perde duas vezes, uma porque não fica com os recursos referentes aos alunos e outra porque ainda paga o salário dos professores.

(...) O Estado chegou a municipalizar 40 escolas no governo Pedrossian, a Secretária de Educação era Leme, e as escolas foram com o prédio, os alunos, e os professores ficaram cedidos e quem paga os salários deles até hoje é o Estado. Além de perder os alunos e os recursos do FUNDEF, nós ainda estamos pagando a folha salarial desses professores, só que na época não tinha FUNDEF e o Estado achava que era um bom negócio (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

Dessas 40 escolas, 13 foram devolvidas, estavam localizadas em Ponta Porã, Paranaíba, Maracaju, Juti, Mundo Novo e, a última, no dia 16/01/2002, em Rio Brilhante. Segundo o Secretário Estadual de Educação:

O motivo da devolução foi exatamente porque os professores eram todos do Estado e por conta da implantação do Plano de Carreira, do novo piso salarial e da política educacional do Estado, muito mais democrática, esses professores quiseram retornar para a rede estadual, pois queriam sair da escola municipal. Como não tínhamos mais vagas para receber esses professores em outras escolas estaduais fizemos um acordo com as prefeituras e elas devolveram as escolas. (KEMP, entrevista registrada em 09/05/2001).

Alguns docentes alegaram que estavam tendo prejuízo, porque tinham de servir a “dois patrões”. Enquadravam-se na política educacional do município, obedeciam a todas as orientações e às diretrizes na área pedagógica, mas na questão da vida funcional, salário,

aposentadoria, licenças passavam a ter de prestar contas ao Estado, e reclamavam muito dessa situação.

Quando da entrevista com Leme, colocamos a atual conjuntura do programa de Descentralização e ela assim se posicionou:

Veja quando as escolas foram devolvidas foi por culpa dos prefeitos. Precisamos também deixar muito claro que os professores sempre foram contra a municipalização e eu posso até entender o movimento dos docentes que estavam na rede estadual e passaram para a rede municipal, porque você mexe na vida do professor, o professor fez concurso para uma escola estadual e não percebe na escola municipal segurança, embora nosso programa garantisse todos os benefícios até aposentar (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Atualmente, dos 1000 professores cedidos pela Secretaria Estadual aos municípios, restam apenas 43 nessas escolas municipalizadas, os demais já voltaram a trabalhar em escolas estaduais. Os professores estaduais que permanecem emprestados recebem pelo Estado e trabalham para a prefeitura, seguem todas as orientações e as diretrizes da prefeitura, mas têm vínculo empregatício com o Estado.

O Estado, depois da implantação do FUNDEF, discutiu com as prefeituras que não seria justo continuar pagando o salário desses professores, porque os alunos estão sendo contabilizados no censo das prefeituras.

Nesse ponto, a inserção de Leme afirma:

É difícil ter consenso, em relação à descentralização, a questão de sair dinheiro da sua mão e ir para a mão de outro é uma questão de conceito de administração. O FUNDEF continua pagando os R\$315,00; o que o Estado de Mato Grosso do Sul investe está em torno de R\$600,00, mas, quando o Estado passa para os municípios, o valor é o do MEC (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Segundo a professora, ela não vê o prejuízo que o atual Secretário justifica como entrave, ou seja, se o governo estadual iria gastar aproximadamente R\$300,00 de seus recursos próprios para completar o dinheiro arrecadado, na verdade ele estaria economizando.

Para solucionar esse impasse, foram realizados alguns convênios com as prefeituras para que elas fizessem a devolução do salário desses docentes, um ressarcimento, mas só algumas prefeituras o fizeram, enquanto a maioria não o fez. O Estado não pode obrigar, porque, na época, houve uma lei que regulamentou a municipalização e essa lei determinava que os professores teriam direito de permanecer nas escolas municipalizadas até a aposentadoria, não se falando nada em ressarcimento.

A SED já anunciou até que deixaria de pagar a esses professores, entretanto, segundo o Secretário de Educação, foi apenas uma pressão no início do ano de 2001 para forçar a negociação. Todas as prefeituras foram convocadas para celebrarem convênio para que os salários dos professores fossem ressarcidos ao Estado. Algumas prefeituras entenderam, acataram e estão assinando convênios, devolvendo o dinheiro, aliás, há prefeitura que faz isso desde 2000. Algumas alegaram que não vão fazer porque, na época, a lei não previa esse tipo de coisa e propuseram devolver os professores. Alguns professores reagiram, não querendo voltar, porque não há mais vagas onde eles querem. Está ficando cada vez mais difícil o retorno desses professores.

A SED diz não querer prejudicar os professores e nem suspender os salários, mas admite continuar negociando junto às prefeituras o ressarcimento, e também pensa na possibilidade de aos poucos receber esses professores de volta para a rede estadual, porque, abrindo uma vaga, em vez de contratar um novo professor, podem trazer de volta aquele que já é do Estado.

A tabela a seguir demonstra como está, atualmente, a situação das 27 escolas municipalizadas.



TABELA – 6 Estatística - Situação das Escolas Municipalizadas

Nº	NOME DA ESCOLA	MUNICÍPIO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA. EM 2002	PROF. DO ESTADO ATUANDO NA ESCOLA MUNICIPALIZADA	ADM. DO EST. ATUANDO NA ESCOLA MUNICIPALIZADA	DATA DE DEVOLUÇÃO PARA O ESTADO.
1	EM Bento Macedo de Jesus	Paranaíba	Municipal	-	-	-
2	EMEF Professora Maria de Lourdes A . Sotana	Naviraí	Municipal	4	3	-
3	EM João Pedro Fernandes	Maracaju	Municipal	-	-	-
4	EM Franklin Luiz Azambuja	Dourados	Municipal	3	1	-
5	EM Rui Barbosa	Caarapó	Municipal	1	1	-
6	EM Maria da Rosa A. da S. Câmara	Dourados	Municipal	5	-	-
7	EM Ramiro Noronha	Ponta Porã	Municipal	-	-	-
8	EMEIEF São Jerônimo	Aparecida do Taboado	Municipal	-	1	-
9	EMEIEF Cel . João Alves Lara	Aparecida do Taboado	Municipal	11	3	-
10	EM Marcos Freire	Dois Irmãos do Buriti	Municipal	-	-	-
11	EMEIEF João Luiz Pereira	Aparecida do Taboado	Municipal	-	-	-
12	EM Prof . Sideney Carlos Costa	Ivinhema	Municipal	-	-	-
13	EM 17 de Março	Ladário	Municipal	-	-	-
14	EM Profa. Cecília Mutsumi H . Percin	Tacuru	Municipal	3	-	-
15	EMU 15 de Outubro	Miranda	Municipal	-	-	-
16	EM Joaquim Murtinho	Dourados	Municipal	3	1	-
17	EMPEPG Archângela Mourão Fontoura	Pedro Gomes	Municipal	-	-	-
18	EM Olinda Brito de Souza	Sidrolândia	Municipal	-	-	-
19	EM Rural PEPG Osvaldo Cruz	Sete Quedas	Municipal	7	3	-
20	EM Cláudio de Oliveira	Porto Murtinho	Municipal	6	1	-
21	EM Pólo Farol do Norte	Ladário	Municipal	-	-	-
22	EM Prof . João Lima Paes	Nova Andradina	Municipal	-	-	-
23	EE Cambaráí	Maracaju	Estadual	-	-	09/02/1996
24	EE Gustavo Rodrigues da Silva	Paranaíba	Estadual	-	-	28/02/2000
25	EE 31 de Março	Juti	Estadual	-	-	-
26	EE Pe . José de Anchieta	Mundo Novo	Estadual	-	-	30/01/2001
27	EE Profa. Ligia Terezinha Martins	Rio Brilhante	Estadual	-	-	16/01/2002
Total				43	14	

Observação: A EE Pe . José de Anchieta do município de Japorã foi incorporada à EE Castelo Branco do município de Mundo Novo. Existe uma extensão na EM Doracy de Freitas Fernandes que pertencia à EE 31 de Março com 6 (seis) professores cedidos do Estado.

Fonte: Secretaria Estadual de Educação – Censo Escolar/2001.



Analisando essa tabela, fica clara a tendência de que também esses poucos professores municipalizados voltem a prestar serviço ao Estado. Percebe-se que, em relação aos 1000 professores do início do Programa de Descentralização, sobraram apenas 4,3%, que é uma porcentagem bem pequena.

2.1.3. A Secretaria Estadual de Educação sob o olhar dos professores

A entrevista concedida pelo secretário deu-nos um panorama da Educação no Estado, entretanto, questionamos também alguns professores da rede estadual que trabalham com o Ensino Fundamental, que nos falaram do cotidiano das escolas estaduais.

Nas escolas estaduais entregamos vinte questionários, sendo dez em escolas centrais e dez em escolas periféricas.

TABELA 7 – Identificação dos professores das escolas estaduais

Professores	Sexo	Escolaridade	Experiência Profissional	Escola Central	Escola Periférica
01	F	Curso Médio	10 anos	–	X
02	M	Pós - graduação: lato sensu	10 anos	–	X
03	F	Ensino Superior	04 anos	–	X
04	F	Ensino Superior	21 anos	–	X
05	F	Ensino Médio	11 anos	–	X
06	F	Ensino Médio	05 anos	–	X
07	F	Ensino Médio	03 anos	–	X
08	M	Ensino Superior	12 anos	–	X
09	F	Ensino Superior	04 anos	–	X
10	F	Ensino Superior	19 anos	–	X
11	F	Ensino Superior	14 anos	X	–
12	F	Ensino Superior	08 anos	X	–
13	F	Ensino Médio	02 anos	X	–
14	F	Ensino Superior	02 anos	X	–
15	F	Ensino Médio	15 anos	X	–
16	F	Ensino Superior	06 anos	X	–
17	F	Ensino Superior	04 anos	X	–
18	F	Ensino Superior	21 anos	X	–
19	F	Ensino Superior	10 anos	X	–
20	F	Ensino Médio	12 anos	X	–

Fonte: Professores das escolas estaduais

A tabela 7 demonstra que maioria dos professores que responderam aos questionários trabalham para o governo estadual há mais de dez anos e lecionam em

escolas estaduais centrais e periféricas. Realizamos um estudo comparativo, no qual pudemos observar as semelhanças e diferenças entre esses professores.

TABELA – 8 Professores concursados

Escolas Estaduais Centrais	80%
Escolas Estaduais Periféricas	60%

Perguntamos aos professores se estão satisfeitos com o trabalho, e percebemos que a maioria está, independente das escolas em que trabalham.

TABELA – 9 Grau de satisfação com o trabalho

Escolas Estaduais Centrais			Escolas Estaduais Periféricas		
Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
80%	20%	-	80%	10%	10%

Segundo esses docentes, os maiores entraves na realização do trabalho deles são a escassez e a qualidade de cursos de capacitação, recursos materiais, integração escola e família, pouco tempo remunerado para o preparo das aulas, desinteresse dos alunos, descompromisso dos pais, desvio de função, falta de coleguismo entre os professores, coordenação pedagógica ausente, direção desinteressada, salários defasados.

O retrato dos problemas que afligem os professores da rede estadual de educação de Mato Grosso do Sul assemelha-se ao de tantas outras redes de ensino do nosso país. É interessante observar as informações colhidas nos questionários:

“O pedagógico da escola deixa muito a desejar, o que faz com que a prática de sala de aula fique prejudicada, por falta de apoio”. (P 11)

“Falta ajuda dos pais, porque vejo que a família também tem que cada vez mais conscientizar que ela tem uma parcela de responsabilidade sobre a aprendizagem do seu filho”. (P 08)

“Falta material (sulfite), conscientização dos pais, desajuste familiar”. (P 18)

“Ficaria mais satisfeita se o salário fosse melhor”. (P 14)

“Os maiores entraves: a burocracia, a má remuneração que me força a trabalhar dobrado para suprir minhas necessidades básicas; falta de formação continuada e apoio diante de situações cotidianas”. (P 20)

Com essas afirmações e outras relacionadas nos questionários, percebemos que os cursos de capacitação, tão anunciados como a “fórmula mágica” para a melhoria da qualidade de ensino, não alcançaram suas metas; isso porque, quando de fato aconteceram, não atenderam às expectativas dos docentes. A falta de recursos materiais permanece em nossas escolas, considerando que os recursos para a educação ainda são insuficientes e a nossa população muito carente. A não participação da família na vida escolar dos seus filhos foi citada em vários questionários, é consenso a importância dessa relação pais X escola na aprendizagem dos alunos. Entretanto, nossa opinião referente a esse problema é que melhorar a escola não é só fazer campanhas do tipo “Amigos da Escola”, pois a aversão dos pais à escola trata-se de fato histórico. O mesmo pai que se recusa a participar da vida escolar de seu filho, hoje, um dia já passou por essa escola que, num passado não muito distante, o “expulsou”, ou seja, esse pai não valoriza a escola, porque ela segrega, discrimina. Mudar essa visão não é tarefa fácil, é preciso acima de tudo respeitar a família desse aluno que, um dia, já foi humilhada pela escola.

O regime de trabalho do professor estadual divide-se em 40 h/a integral ou 20 h/a parcial. A faixa salarial de um professor (início de carreira) do Ensino Fundamental com curso superior é de R\$822,50 e R\$411,25 respectivamente. Os professores gostariam de ter mais horas remuneradas para preparar suas aulas, assim como um novo reajuste, pois o último ocorreu em março de 2000. Vale lembrar que 50% dos professores que responderam aos questionários disseram trabalhar também para a rede privada e/ou rede municipal para completar seus salários.

TABELA – 10 Satisfação do professor com o salário

Escolas Estaduais Centrais		Escolas Estaduais Periféricas	
Satisfeitos	Insatisfeitos	Satisfeitos	Insatisfeitos
20%	80%	10%	90%

Na entrevista com o Secretário de Educação, ele nos explicou sobre as eleições para diretor e a forma democrática de administrar as instituições escolares, fato que se confirma por meio dos questionários aplicados aos docentes. Todavia, sem desmerecer esse progresso da rede, alguns professores (fatos isolados) reclamam da falta de apoio de alguns dirigentes e também da coordenação pedagógica na realização do seu trabalho.

Os professores foram questionados sobre a municipalização do ensino: 40% aprovam com restrições, afirmando que seria necessária uma reestruturação administrativa e pedagógica, melhoria dos salários, oferecimento de cursos de capacitação, e medidas políticas que garantissem os direitos dos docentes; 12% concordam plenamente, pois disseram que as escolas municipais estão melhores que as estaduais; 25% discordam, pois

acreditam que as duas redes (estadual e municipal) funcionam melhor, oferecendo o Ensino Fundamental concomitante. Podemos confirmar essa análise pela fala dos docentes:

"Muito bom, pois é através da municipalização que vamos ter um ensino melhor" (P2)

"Não acredito que mudar só por mudar resolva o problema. Precisamos conhecer o que vem depois disto". (P 8)

"Não concordo, pois não devemos mexer no que está dando certo". (p 7)

"O importante não é a "quem pertence o ensino" mas sim a valorização profissional dos educadores para que os mesmos possam refletir, repensar sobre seus reais valores e os verdadeiros objetivos". (P 17)

"Não concordo, o município não tem infra-estrutura para assumir toda a clientela do ensino fundamental". (P 15)

"Concordo desde que tenha incentivo salarial e qualificação profissional". (P 4)

A gestão democrática citada pelo Secretário de Educação foi corroborada pelos docentes que afirmam que têm liberdade de trabalho, que a direção respeita os professores, que a relação entre todos da escola é democrática, apesar de haver algumas divergências que são consideradas normais.

TABELA – 11 Relação professor X direção

Escolas Estaduais Centrais			Escolas Estaduais Periféricas		
Autoritária	Intermediária	Democrática	Autoritária	Intermediária	Democrática
-	20%	80%	10%	-	90%

Abaixo trechos, retirados dos questionários dos docentes a respeito da gestão democrática:

"Boa, democrática, a direção sempre está aberta ao diálogo". (P 18)

"Eu considero a direção da minha escola democrática". (P 11)

"Boa, democrática. As resoluções e soluções são buscadas com a participação de todos". (P16)

"Não é das melhores. Quando a relação de poder não é bem elaborada, por mais que o regime seja democrático as pessoas tornam-se autoritárias".

(P 19)

"Democrática demais". (P 20)

"A direção é muito autoritária. Nunca ouve, só manda". (P 3)

"Democrática, temos direito de aplicar o que melhor convém a nossa sala de aula, participamos de tudo o que envolve a escola". (P 4)

Em relação à percepção dos professores quanto ao gerenciamento das verbas pelas escolas, foram obtidos os seguintes resultados:

TABELA – 12 Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola

Escolas Estaduais Centrais			Escolas Estaduais Periféricas		
Bom	Ruim	Não sei	Bom	Ruim	Não sei
70%	10%	20%	80%	-	20%

Os professores afirmaram que as verbas são insuficientes e que muitas vezes os projetos educacionais que pretendem desenvolver acabam prejudicados pelos atrasos na liberação dessas verbas.

A quantidade de alunos por sala de aula é entre 30 a 40 alunos. Os professores consideram seus alunos entre bons e razoáveis e justificam que são desinteressados, que poderiam ser melhores. Pela tabela, podemos observar que existe uma maior concentração de alunos nas escolas centrais e que os professores delas estão mais satisfeitos com o grau de aprendizagem dos seus alunos.

TABELA – 13 Quantidade de alunos por turma

Escolas Estaduais Centrais			Escolas Estaduais Periféricas		
Até 30	Até 35	Até 40	Até 30	Até 35	Até 40
10%	50%	40%	50%	30%	20%

TABELA – 14 Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem)

Escolas Estaduais Centrais				Escolas Estaduais Periféricas			
Ótimos	Bons	Razoáveis	Péssimos	Ótimos	Bons	Razoáveis	Péssimos
-	60%	40%	-	-	30%	70%	-

A participação da comunidade na vida escolar é realizada por meio do colegiado, entretanto, os professores reclamam que seus membros não se envolvem, têm pouca participação nas decisões, só atuam quando solicitados, enfim, que existe, mas não funciona na prática.

A qualidade do ensino na opinião dos professores da rede estadual de Mato Grosso do Sul diverge bastante, inclusive em relação aos professores que lecionam em escolas centrais e periféricas. Alguns professores acreditam que está melhorando; outros, dizem que caiu nos últimos dez anos; e há ainda quem diz que o governo tem se esforçado, mas que a escola não acredita e arquiva as propostas; disseram também que existe pouca vontade para melhorar; acreditam que, somente quando for estabelecida uma política de integração

entre todas as esferas do poder público, haverá melhoria da qualidade da educação. Houve também quem preferiu não responder.

TABELA – 15 Qualidade do Ensino

Escolas Estaduais Centrais			Escolas Estaduais Periféricas		
Melhorou	Piorou	Não respondeu	Melhorou	Piorou	Não respondeu
60%	40%	-	40%	50%	10%

Finalizando nosso questionário com os docentes perguntamos se estavam estudando atualmente.

TABELA - 16 Professores que estudam atualmente

Escolas Estaduais Centrais		Escolas Estaduais Periféricas	
Sim	Não	Sim	Não
20%	80%	40%	60%

Os dados nos revelam que em relação aos professores das escolas centrais que estudam o número é menor que os das escolas periféricas, e retornando à tabela 8 são eles também o maior número de concursados. Esses dados nos fazem supor que os professores das escolas periféricas ainda estudam para que possam prestar concursos. Pela tabela 7, verificamos que nas escolas centrais três professores possuem apenas o Ensino Médio, enquanto que nas escolas periféricas esse número sobe de três para quatro.

2.1.4 Em síntese

Analisando o Programa de Descentralização do Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, observamos que a Secretaria de Educação tem opinião própria a respeito da municipalização, posicionando-se contra essa estratégia política, com argumentos que analisaremos a seguir. *"(...) Nós temos uma proposta de trabalho político-educacional e em função também da política de financiamento a decisão do Estado é de não municipalizar o Ensino Fundamental"* (KEMP, entrevista registrada em 09/05/01).

A SED apresenta dois argumentos para não incentivar a municipalização: o primeiro é o fator financeiro, diz que isso acarretaria problemas econômicos ao Estado, considerando que teria de pagar os salários dos professores apesar de estarem trabalhando para a rede

municipal; o outro, seria mesmo pedagógico - acreditam que a educação oferecida pelo Estado é melhor por possuir condições mais adequadas para atender o Ensino Fundamental.

O contexto político-partidário, no entanto, indica-nos que existe também uma determinação política para o que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul. O atual governo do Estado – PT (2002) se contrapõe às políticas educacionais do governo federal – PSDB. Essas questões, apesar de não estarem explícitas na entrevista do Secretário de Educação, apresentam-se de forma velada em alguns trechos:

(...) o Estado hoje (2001) está sendo prejudicado por causa da política de financiamento da educação do governo federal, temos uma lei federal que é a lei do FUNDEF que destina recursos para o Ensino Fundamental e o Estado é o responsável pelo Ensino Médio que não tem uma fonte de recursos específica e também temos que atender a Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Formação de Professores e essas modalidades não contam com uma fonte específica de recursos como o Ensino Fundamental. Embora nós tenhamos ainda muitos alunos no Ensino Fundamental esta política do FUNDEF tem nos prejudicado, temos perdido recursos para as prefeituras em função disso (KEMP, entrevista registrada em 09/05/01 – grifos nossos).

Os números demonstram que a cada ano a rede estadual de Mato Grosso do Sul vem ficando menor em número de estabelecimentos de ensino, mas este ano de 2002 conseguiu ampliar seu número de matrículas iniciais em relação ao Ensino Fundamental, portanto, tem encontrado resistência por parte da rede municipal que hoje já possui no Estado um número maior de estabelecimentos de ensino.

O que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul é que apesar de não haver por parte da secretaria estadual incentivos para que ocorra a municipalização do Ensino Fundamental, a municipalização vem ocorrendo com a criação por parte das prefeituras do seu próprio sistema de ensino, com isso ocorre uma grande disputa por alunos desse nível de ensino. Não se trata de as prefeituras terem compreendido que precisam participar do processo educacional, visto que como ocorreu em Campo Grande a Educação Infantil da rede estadual foi oferecida para a municipalização e a secretaria municipal não aceitou. Os prefeitos não têm interesse em ficar com as escolas estaduais, seus professores e problemas, querem uma rede novinha, sem “vícios” e com a prerrogativa de poder pagar aos docentes o salário que quiserem.

Vale lembrar que o Estado, apesar de apresentar uma renda *per capita* muito boa, tem sua economia concentrada em poucos municípios, ou seja, a desigualdade social no Estado é muito grande e a maioria dos municípios muito pobres, fato que poderia realmente dificultar a municipalização do ensino no Estado.

São muitos os argumentos em defesa da municipalização do ensino; entre eles o que associa a municipalização à democracia e à centralização aos Estados e sistemas políticos menos democráticos. Mato Grosso do Sul vem mostrar que nem sempre essa relação é verdadeira. Comparando a gestão municipal de educação de Campo Grande e a gestão estadual, a segunda apresenta muito mais características democráticas que a primeira.¹¹ A começar pela escolha dos diretores das escolas, que são eleitos e ainda assim são acompanhados em suas decisões por um colegiado. Citaremos alguns trechos extraídos dos questionários aplicados aos docentes que corroboram tal afirmação:

“Numa rede a direção é mais democrática (Estado), na rede municipal é mais autoritária” (P14)

“Sim muito democrática, no Estado a diretora é escolhida através do voto, ou seja, ela não tem cargo de confiança como é no município”. (P 2)

Ao colocarmos essa constatação à professora Leme, ela falou:

Verdade, eu concordo com você, eu acho que essa discussão da gestão democrática está muito mais avançada na rede estadual do que nas redes municipais; ainda é muito mais fácil fazer política, não no sentido macrobenéfico, mas no sentido de política partidária, de ganhar votos no município e manipular a escola, do que na rede estadual. Eu concordo que ainda nas escolas municipais o autoritarismo esteja mais presente, mas acho que essa luta será na medida em que essas escolas se fortalecerem, que elas perceberem que podem, tendo a garantia das estabilidades, plano de carreira indicado pelos seus municípios, o que a LDB hoje está obrigando, não dá pra ser contrário por que esse fato tem que ser favorável para que essa luta que hoje nas escolas estaduais esteja praticamente ganha que ela entre também nas escolas municipais (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Como podemos analisar pela citação da professora Leme, ela acredita que os entraves que ocorrem hoje na municipalização são apenas imaturidade do sistema, ou seja, a partir do momento em que houver um amadurecimento desse processo, haverá também a superação deles.

Ezpeleta (s/d, p.5), ao falar da importância dos colegiados, explica os desafios que devem ser enfrentados para que deixem de ser apenas normativos, transformando-se em atuantes.

Em síntese, a redefinição dos Conselhos Técnicos enfrenta um completo desafio: a) trata-se de transformar em uma instância real o que, na maioria dos casos, ostenta uma existência predominantemente formal; b) para a minoria de escolas onde efetivamente funcionam, seus conteúdos atuais são difusos e dispersos (que em geral mostram alguma funcionalidade) e não permitem prever um sensível refazer de conteúdos (supostamente)

¹¹ Retornaremos a esse ponto no Capítulo II, que trata especificamente do município de Campo Grande.

uniforme por outro igualmente uniforme (como é que se tentaria implantar) (EZPELETA, s/d,p.5).

Os colegiados das escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, apesar de se identificarem com a definição citada pela autora, estão prontos para vencer esses desafios, ou seja, eles existem e são normatizados. O desafio passa a ser então o compromisso da comunidade para que funcionem efetivamente não apenas como reguladores e fiscais financeiros, mas como parceiros de todo o processo pedagógico.

Podemos dizer que a municipalização do ensino em Mato Grosso do Sul não ocorre na forma tradicional em que os municípios assumem as escolas estaduais, porém, podemos afirmar que o poder nas escolas estaduais está distribuído entre todos os segmentos escolares. Houve o que podemos chamar de descentralização do poder, ou de acordo com o pensamento de Casassus (1990, p. 17) uma desconcentração, visto que essa redistribuição do poder ocorre “de cima para baixo”. É claro que esse fato só pode acontecer por ter o Secretário de Educação uma boa formação que lhe garante o respaldo dos professores.

Isso posto, gostaríamos de colocar que em nossa opinião, em Mato Grosso do Sul, ocorreram processos distintos de descentralização e reforço de gestões democráticas. A princípio, temos a gestão de Leme que ocorreu no governo Pedrossian (1991-1994), que foi marcada por inovações, muitas que foram seguidas pelos seus sucessores, como as eleições para diretor e colegiado. Em sua entrevista, Leme revela que até ela se surpreendeu com a liberdade que teve para trabalhar em seu mandato:

(...) o grande fator do avanço foi o governador dar autonomia ao grupo, talvez porque a gente não tinha envolvimento político-partidário, e pra mim foi inédito um governo de direita assumir uma proposta absolutamente progressista, bem avançada e mais com liberdade total (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).

Apesar de a gestão de Leme ter trazido benefícios à educação sul-mato-grossense, ocorreu o açodamento do Programa de Descentralização que só se justifica pela ingenuidade ou pelo panorama político desse período que encaminhava os governos estaduais a esse processo de descentralização. Esse programa de Descentralização encaixa-se no que Casassus (1990, p.17) identifica como desconcentração e também na modalidade municipalizadora explicada anteriormente por Oliveira (1999 p.16-17).

Já na gestão de Kemp, governo “Zeca do PT” (1999 – 2002) houve pela primeira vez em Mato Grosso do Sul uma proposta de unificação da educação, um projeto político-educacional - Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição. Esse projeto apresenta uma concepção correta, convergente com o que vem sendo desenvolvido pela reflexão coletiva

no campo educacional, ou seja, ultrapassa as idéias populistas e elitistas e trabalha com a transformação social, colocando-se como alternativa na disputa com os projetos neoliberais no campo educacional. Não fosse por outros feitos positivos dessa gestão, esse mesmo bastaria, mas integrado a esse projeto, houve a transformação do Decreto de eleição para diretor que se transformou em Lei, a Constituinte Escolar, entre outros.

Mas novamente ao se tratar da municipalização do ensino, percebemos “equivocos” se é que assim podemos classificar. A postura política do Estado foi a de não municipalizar, até aqui consideramos uma opção clara e justificada, entretanto, fatos que serão expostos no Capítulo III revelam que houve no mínimo “descompromisso” em relação aos docentes estaduais que participaram desse processo no período anterior.

Barroso (1997, p.29), estudioso da descentralização e da autonomia escolar, esclarece que existem várias dimensões que envolvem a autonomia escolar:

O reforço da autonomia da escola não pode ser definido de um modo isolado, ignorando outras dimensões complementares do mesmo processo, entre as quais são de destacar: a reorganização e a redefinição funcional do aparelho de Estado, a nível central e regional; o processo de transferência de competências para as autarquias; a co-responsabilização da sociedade local na prestação do serviço público de educação nacional, através de múltiplas parcerias de natureza sócio-educativa (BARROSO, 1997, p.29).

Diante dessa definição e das informações colhidas dos questionários aplicados aos docentes estaduais, podemos dizer que o Estado de Mato Grosso do Sul atende parcialmente esses quesitos, demonstra boa vontade e entende que a autonomia é importante para a educação, tanto que dentre seus programas destaca-se a Democratização da Gestão Escolar que reuniu os seguintes projetos: Autonomia Escolar¹²; Planejamento Participativo; Eleição de Diretores; Fortalecendo os Colegiados Escolares; Constituinte Escolar; Dinamizando a Coordenação Pedagógica; Redimensionando a Inspeção Escolar.

O Secretário Estadual de Educação considerou a burocracia do Estado um dos entraves na realização do seu trabalho. Barroso (1996, p.30) também se posiciona a esse respeito: *“Embora este movimento decorra sob o signo da descentralização e da desburocratização, as medidas tomadas fogem a dicotomia tradicional (centralizado/descentralizado) e configuram soluções mistas e diversificadas, muitas vezes de sentido político oposto”*.

¹² Autonomia aqui entendida como meio para viabilizar a descentralização administrativa, pedagógica e financeira da escola.



O autor refere-se à territorialização das políticas e da administração da educação, com a transferência de poderes e funções dos níveis nacional, estadual, regional para o nível local, reconhecendo a escola como lugar central de gestão, assim como a comunidade local parceira nesse processo. Esse movimento diminui, com certeza, a burocracia.

Neste Capítulo, analisamos a municipalização de ensino e a situação do professor efetivo. Tivemos o exemplo de professores estaduais que, com a municipalização ocorrida em um governo anterior, foram transferidos para o município, entretanto, seus salários continuaram vinculados ao Estado, alguns se sentiram lesados e preferiram voltar, e ainda existem outros no meio da discussão entre prefeitos e governo, esperando que se defina quem se responsabilizará por seus salários ou até quando terão seus salários pagos.

Talvez essa situação inusitada que vem ocorrendo no Estado, desperte-nos para uma discussão mais aprofundada, sobre a municipalização do ensino. Por que professores estaduais desistiram de trabalhar para as escolas municipalizadas? Por que uma secretaria estadual apresenta características mais democráticas que as secretarias municipais? O que vai acontecer com esses professores que estão trabalhando para os municípios, nos próximos governos?

De acordo com a LDB nº 9394/96, a Organização da Educação Nacional ficou assim dividida: à União cabe a coordenação da política nacional de educação, sem assumir compromissos com nenhum nível de ensino; ao Estado *"(...) definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental (...) assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio"*; e ao município ficou a incumbência de *"(...) oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental"*, essa divisão de responsabilidades entre níveis de governo, acompanhada da Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996, trouxe à tona a temática da municipalização e também fragilidades intrínsecas: governos autoritários, desejando ter maior controle político e social; falta de continuidade nas ações; não-reconhecimento da representatividade das lideranças.

Outros dados relevantes são os problemas apresentados pelos docentes que, como já foi dito, angustiam não apenas o sul-mato-grossense, mas todos os profissionais da educação: a falta de cursos de capacitação, de recursos materiais, da integração escola e família, do pouco tempo remunerado para o preparo das aulas, do desinteresse dos alunos, do descompromisso dos pais, do desvio de função, da falta de coleguismo entre os professores, da coordenação pedagógica ausente, da direção desinteressada, dos salários defasados. Problemas que merecem um estudo pormenorizado, que não dizem respeito a qual esfera a escola está vinculada, se nacional, estadual, municipal, pois estão presentes em todas.

Constatamos que existem por parte da secretaria estadual argumentos para não municipalizar suas escolas. Vários aspectos da municipalização foram abordados, inclusive o *mercantilismo* em que se transformou a Educação Fundamental em nosso país a partir do FUNDEF. Prefeituras interessadas na arrecadação, sem, no entanto, se preocupar com docentes e alunos.

Contrapondo o discurso do Secretário de Educação, analisamos a fala da professora Leme, municipalista e autora do Programa de Descentralização, que ainda hoje vem trazendo complicações na vida dos docentes.

No discurso dos docentes, novamente as surpresas. Apesar das insatisfações, reconhecem o esforço da atual gestão, uma Secretaria de Educação bem representada, mostrando para todos que ainda é possível sonhar com dias melhores.



3. Capítulo II

3.1 A educação no município de Campo Grande

“Passou-se a supor que, por definição, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disso, fortaleceriam e consolidariam a democracia”.

(ARRETCHE, 1996, p.44)

A rede municipal de educação de Campo Grande atende 62.977 alunos nas modalidades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. É interessante notar que, no ano de 2001, foram atendidos 63.582 (vide tabela 18), somente no Ensino Fundamental. Segundo a própria REME, o número do atual quadro de 59.915 alunos é provisório, porque muitos acabam se transferindo após o início das aulas, e essa diferença de 3.667 alunos ainda pode ser superada. Contudo, observamos no Capítulo anterior que a rede estadual tem ampliado suas matrículas do Ensino Fundamental, podendo estar aí a explicação para a queda de matrículas na rede municipal.

TABELA – 17 Matrícula Inicial – Alunos da REME / 2002

(06/02/2002) – Total da REME													
ZONA		ENSINO FUNDAMENTAL											
		E. Infantil		1ª a 8ª Série				Projeto				Total Geral	
		Pré-Escola		1ª a 4ª		5ª a 8ª		AC1 e AC2		ACI e ACC			
		T	A	T	A	T	A	T	A	T	A	T	A
Total Zona Urbana – 76 Escolas	M	62	1.512	845	25.521	23	776	7	44	8	284	945	28.137
	V	61	1.550	163	5.406	625	20.464			2	68	851	27.488
	N					1	24	33	801	168	5.155	202	5.980
	D					1	15					1	15
Total Geral Zona Urbana: Série/Turma/Aluno		123	3.062	1.008	30.927	650	21.279	40	845	178	5.507	1.999	61.620
Total Zona Rural – 4 Escolas- Pólo – 15 Extensões (Salas Multisseriadas)	M			10	582		26					10	608
	V			2	153	12	352					14	505
	N											0	0
	D					7	244					7	244
Total Geral Zona Rural: Série/Turma/Aluno		0	0	12	735	19	622	0	0	0	0	31	1.357
Total Geral da REME	M	62	1.512	855	26.103	23	802	7	44	8	284	955	28.745
	V	61	1.550	165	5.559	637	20.816	0	0	2	68	865	27.993
	N	0	0	0	0	1	24	33	801	168	5.155	202	5.980
	D	0	0	0	0	8	259	0	0	0	0	8	259
Total Geral REME: Série/Turma/Aluno		123	3.062	1.020	31.662	669	21.901	40	845	178	5.507	2.030	62.977

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Março/2002

Legenda: M = matutino; V = vespertino; N = noturno; D = integral; T= quantidade de turmas; A= quantidade de alunos;; AC1= Aceleração 1 (1ª e 2ª séries); AC2= Aceleração 2 (3ª e 4ª séries); ACI = Aceleração Inicial (5ª e 6ª séries); ACC = Aceleração Continuada (7ª e 8ª séries)

A tabela 17 mostra que a vocação maior da rede municipal de educação está em oferecer o Ensino Fundamental: 59.915 dos alunos atendidos estão nesse nível. A Educação Infantil fica com a menor parcela, 3.062 (pré-escola), não incluído o atendimento às creches. Podemos também verificar na tabela 18 que o Ensino Médio, que em 1996 atendia 2.979 alunos foi decrescendo em número de atendimento até deixar de ser oferecido em 2002.

Não se trata de uma rede pequena, são 76 escolas urbanas, 04 escolas -pólo rurais de grande porte e 15 extensões.¹³

A dimensão dessa rede de ensino traz consigo a complexidade de organizar as instituições escolares, com o agravante da distância, em se tratando de escolas rurais. Estudos de Nóvoa (1992) revelam-nos a importância da influência das variáveis escolares e dos processos internos aos estabelecimentos de ensino:

A modernização do sistema educativo passa pela sua descentralização e por um investimento das escolas como lugares de formação, na acepção forte do termo. As escolas têm de adquirir uma grande mobilidade e flexibilidade, incompatível com a inércia burocrática e administrativa que as tem caracterizado (NÓVOA, 1992, p.17).

Na asserção de Nóvoa, sentimos que, para a descentralização refletir em melhorias da qualidade do ensino, se faz necessária uma escola diferenciada, em que os atores sintam-se responsabilizados pelo processo educativo.

Neste Capítulo aprofundaremos nossos estudos em relação à Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, analisando se os pressupostos de Nóvoa, assim como de outros estudiosos da educação, estão sendo utilizados na organização dessa gestão.

3.1.1 Região de entorno de Campo Grande

Para facilitar a contextualização e até mesmo compreender a estrutura e funcionamento da educação, faremos um breve histórico da região de entorno do município de Campo Grande – MS.

Localizada na porção central do Estado, a capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, possui uma população de 700.000 habitantes. A cidade gera 53% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS arrecadado pelo Estado, sendo o comércio seu mais importante segmento econômico. É sede do Centro de Pesquisa de Gado de Corte

¹³ Salas de aula em chácaras, fazendas e sítios.

(Embrapa), e centro de comercialização de um rebanho bovino de 23 milhões de cabeças, o maior do país.

Portal de entrada do Pantanal sul-mato-grossense e de santuários ecológicos mundialmente conhecidos como Bonito, Campo Grande revela-se uma cidade moderna, de vias largas e arborizadas. Encontra-se em franco desenvolvimento pela sua posição estratégica em relação ao Mercosul e aos grandes centros consumidores do país; pela fatura de matérias-primas ainda exportadas *"in natura"* (escassez de indústrias); pela expansão acelerada do ecoturismo e por ser rota do gasoduto Bolívia-Brasil.

Sua posição econômica fortalece a informação de que se trata de uma cidade com uma boa arrecadação, e não apresentaria problemas financeiros para oferecer uma educação de qualidade.

3.1.2 A REME sob o olhar da Secretária de Educação

A entrevista com a Secretária de Educação, professora Maria Nilene Badeca da Costa, que está exercendo a função desde janeiro de 1997, início da administração do prefeito reeleito André Puccinelli, confirma que o município não apresenta dificuldades financeiras para atender o Ensino Fundamental.

A secretária afirmou que *"(...) é obrigação do município, segundo a LDB, atender o Ensino Fundamental. Mesmo em cidades menores, tendo em vista que teriam uma demanda menor de alunos"* (COSTA, entrevista registrada em 23/08/2000) referindo-se à LDB nº 9394/96 e justificando que em municípios menores a rede seria menor, assim como os problemas.

Entretanto, dando continuidade ao seu discurso, logo fez referência às despesas da Secretaria de Educação e para arcar com elas utilizava recursos próprios da prefeitura que mantém uma arrecadação acima da média da maioria das cidades sul-mato-grossenses, por isso esse problema pode ser resolvido.

O que nós recebemos do Ministério de Educação são repasses de recursos para projetos, para desenvolver projetos de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Aceleração da Aprendizagem, Capacitação Continuada, Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE. Os recursos que vêm dão somente para cobrir a folha de pagamento, a maioria das outras atividades, manutenção e construção de escolas se fazem com recursos próprios da prefeitura (COSTA, entrevista registrada em 23/08/2000).

Essa afirmação reporta-nos ao início dessa entrevista, quando Costa afirma que todas as prefeituras devem assumir o oferecimento do Ensino Fundamental por força da Lei 9394/96. Conforme foi colocado anteriormente, Campo Grande é um município privilegiado de Mato Grosso do Sul, responsável por 53% do ICMS do Estado e, tendo em vista tal condição, fica clara a possibilidade de atender as despesas com manutenção e construção de escolas com recursos próprios, o que provavelmente não acontece com outros municípios.

A rede municipal de educação de Campo Grande apresenta um entrave no processo de autonomia tão bem referendado por Barroso (1997). Os cargos de Diretor, Diretor-Adjunto e Secretário Escolar são de confiança, com indicações políticas. Só existe concurso para os técnicos pedagógicos (Supervisores e Orientadores).

Os cargos de confiança são indicados pelo Prefeito e pela Secretária de Educação; para a manutenção no cargo, exige-se do proponente apenas o quesito obediência. As decisões tomadas pela Secretaria de Educação devem ser seguidas à risca em todas as instituições escolares, sob pena de demissão do cargo.

Segundo docentes entrevistados, em um passado pouco distante, para os cargos de professores também não havia concurso. O primeiro veio a realizar-se no município no último momento, quando a lei obrigou em 1991. Até então, os professores também eram indicados pelos políticos no poder; quem, nesse período anterior ao concurso trabalhava, conseguiu, de acordo com a legislação vigente, ser efetivado no cargo (concursos internos).

Nessas circunstâncias, verificamos o engodo que pode ocultar a municipalização do ensino em nosso país. Coraggio (1994, p. 94) coloca que:

(...) os poderes locais que resultam da descentralização do Estado pelo poder global não são, por si mesmos, poderes populares. Podem até implicar uma outra regressão: a volta aos "caciquismos" e às influências dos "grandes" do lugar. Assim, a fuga da despersonalização e da burocratização do poder pode desembocar na dependência direta de pessoas específicas (CORAGGIO, 1994, p.94).

Isso nos leva a refletir sobre a dialética do poder local e popular, embutida nas políticas educacionais como a municipalização do ensino que se agrega ao pensamento neoliberal difundido em nível mundial.

Barroso (1997) defende, em seus estudos, um novo modelo de organização, no qual não haja apenas uma transferência e reprodução do poder central para o local. Trata-se de modelo em que o poder político-administrativo apenas define as finalidades e os objetivos, deixando a critério das instituições escolares, pais, professores e alunos a melhor maneira de alcançá-los.

Ao analisarmos o que ocorre no município de Campo Grande, percebemos a semelhança com o “perigo iminente” da municipalização que, em vez de auxiliar em um processo democrático, busca um controle acirrado das instituições escolares, utilizando-se da proximidade para uma maior fiscalização, comprometendo a estrutura democrática.

As políticas públicas no Brasil, assim como em outros países, baseiam-se na crença da articulação e dependência de uma gestão democrática da educação, que se viabiliza por meio da descentralização das decisões, na autonomia da escola, no estímulo à participação da comunidade, na criação e ação dos conselhos, entre outras, entretanto, a Secretaria de Educação de Campo Grande anda na contramão dessas políticas.

Nas escolas municipais de Campo Grande não existem Conselhos Escolares/Colegiados de Curso. O que existe são as APMs, Associação de Pais e Mestres, que têm como função gerenciar os recursos do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDE advindos do MEC/Banco Mundial. Nas escolas pólos-rurais também há APMs. O Conselho Municipal de Educação ainda se encontra em fase de implantação, sem previsão de quando poderá começar a funcionar.

Associar gestão democrática a essa realidade fica cada vez mais difícil, pois a criação da Associação de Pais e Mestres é mesmo uma exigência legal do próprio PDE, para liberação das verbas, não se tratando de uma abertura administrativa.

As escolas municipais de Campo Grande participam do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O projeto Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola foi implantado em toda a rede. Para participar do PDE, a escola faz um diagnóstico juntamente com a comunidade externa: pais, alunos, para conhecer os problemas e em seguida desenvolver ações. Os recursos que recebe são para desenvolver os projetos, para capacitação dos docentes e aquisição do material pedagógico. Existe um grupo de educadores da secretaria que acompanha esse projeto; nas escolas participam a equipe técnica e os professores.

O Programa Fundescola é um acordo de empréstimo entre o BIRD (Banco Mundial) e o MEC para melhorar a qualidade da educação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Atua de forma complementar à legislação e às políticas nacionais vigentes para o Ensino Fundamental. O financiamento pelo Fundescola se dá por meio de celebração de convênios com Estados, municípios e órgãos federais executores do programa que recebem recursos financeiros e assistência técnica para execução e implementação dessas ações nos âmbitos municipal, estadual ou federal. Esse programa trabalha com projetos: Escola Ativa; Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE; Pró-formação; Programa de Adequação de Prédios Escolares; Equipamento/Mobiliário para Escolas.

Atualmente, (2002) o programa encontra-se na 2ª fase; o Fundescola I teve início em abril de 1998 e finalizou em junho de 2001, com um financiamento total de US\$62,5 milhões atendendo 125 projetos, tendo como mutuário o governo federal. O programa Fundescola II que se encontra em vigência iniciou-se em junho de 1999 e termina em dezembro de 2004, o financiamento total do projeto é de US\$ 402 milhões; até agora foram utilizados US\$ 202 milhões, tendo novamente como mutuário o governo federal.

O processo embrionário da autonomia da escola parece estar associado apenas a recursos financeiros. A fala da Secretária de Educação comprova.

Na autonomia da escola nós temos também o repasse dos recursos, a escola é que os gerencia para sua manutenção, então por bimestre nós repassamos os recursos conforme número de alunos, estrutura da escola, turnos, tipo de prédio, ela recebe o recurso para sua manutenção e desenvolvimento de projetos (COSTA, entrevista registrada em 23/08/2000).

Durante a entrevista insistimos em questioná-la a respeito da autonomia das escolas e, em todos os momentos, as respostas indicavam os recursos que são repassados para as instituições escolares.

Observamos nesse processo dois problemas: primeiro, com a descentralização desse recurso. Se a verba atrasar, passa a ser problema para a escola que fica prejudicada em seus projetos; segundo, a escola não tem força política para reivindicar a pontualidade nesses pagamentos.

Dessa forma, encontramos aqui um exemplo da transferência de problemas centrais para o local e nos deparamos com o paradoxo da descentralização dos recursos financeiros que pode ser muito positiva, considerando que será gasto onde realmente precisa; e, por outro lado, um problema sério para a comunidade escolar por conta do descaso dos nossos governantes com a educação.

Em nenhum momento a secretária referiu-se a problemas como atrasos em verbas destinadas à educação pelo MEC. Isso talvez se deva ao fato de que antes de assumir esse cargo, era delegada do Ministério da Educação em Mato Grosso do Sul, e ao fato de que, segundo ela, os recursos que vêm do MEC cobrem apenas a folha de pagamento. A maioria das outras atividades, manutenção e construção de escolas são feitas com recursos próprios da prefeitura.

Imaginamos que uma prefeitura que atende 62.977 alunos teria muitos entraves que dificultassem o trabalho da Secretaria de Educação. Mas, segundo a própria secretária, o maior entrave são os *professores* que não desenvolvem o que aprenderam por meio da educação continuada. Citou como exemplo um projeto de Informática Educacional, implantado em 49 escolas da rede, e a relutância dos professores em participar da capacitação.

A declaração da secretária impressionou, considerando que os professores, em sua grande maioria, gostam de participar de cursos e treinamentos. Perguntamos a respeito dessa capacitação, se era realizada durante o horário de trabalho do professor e a secretária afirmou:

A capacitação continuada é feita fora do horário, o professor não recebe. Mas tem a melhoria no seu trabalho e currículo, o curso de informática mesmo tem mais de 40 horas, 60, 100 h. Então, na hora que ele for fazer um concurso, esses pontos servirão para seu currículo. Esses cursos têm uma Progressão na Avaliação do Desempenho, temos ainda a Capacitação dos Parâmetros em Ação, que primeiro nós recebemos toda uma capacitação do Ministério da Educação e os professores que se destacaram estão sendo os multiplicadores dessa capacitação dos parâmetros em ação. O maior entrave está na dificuldade para capacitar os docentes, falta de horário e aplicação do conhecimento recebido na sala de aula, enfim efetivação da capacitação (COSTA, entrevista registrada em 23/08/2000).

Esse depoimento remete-nos a outro questionamento: qual a carga horária desses professores? A grande maioria trabalha 20 horas/aula na rede municipal de educação e no outro período trabalha para a rede estadual, ou mesmo para a rede privada, conclusão óbvia de que se o professor não pode fazer a capacitação durante seu horário de trabalho, não tem outro horário para fazer. Quanto à não aplicação dos conhecimentos adquiridos, teríamos de analisar vários aspectos para elaborarmos algum parecer.

Segundo a secretária, o prefeito considera a educação prioridade; esclarece que no seu primeiro mandato foram construídas 16 novas escolas, houve um crescimento de 40% na rede, 21.000 novos alunos. A explicação para esse alto índice de crescimento é que era para atender a demanda de bairros que cresceram rapidamente e não tinham escolas.

Nas tabelas 18 e 19 podemos observar o crescimento da rede municipal de 1996 até 2001.

TABELA – 18 Matrícula Inicial na REME

Grau de Ensino	1.996			1.997			1.998			1.999			2.000			2.001		
	Z. Urbana	Z. Rural	Total	Z. Urbana	Z. Rural	Total	Z. Urbana	Z. Rural	Total	Z. Urbana	Z. Rural	Total	Z. Urbana	Z. Rural	Total	Z. Urbana	Z. Rural	Total
Pré-Escolar	2.176		2.176	2.986	16	3.002	3.226	39	3.265	4.230	17	4.247	4.962	21	4.983	5.786	29	5.815
Ensino Fundamental	42.847	1.125	43.972	46.671	1.134	47.805	51.071	1.570	52.641	55.068	1.341	56.409	60.566	1.415	61.981	62.009	1.573	63.582
Ensino Supletivo	1.142		1.142	2.130		2.130	2.603	79	2.682	3.074	24	3.098	3.669	58	3.727	150		180
Ensino Médio	2.979		2.979	2.981		2.981	1.584		1.584	762		762	84		84	137		137
Total	49.144	1.125	50.269	54.768	1.150	55.918	58.484	1.688	60.172	63.134	1.382	64.516	69.281	1.494	70.775	68.082	1.602	69.684

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Março/2002.

TABELA – 19 Crescimento da Matrícula Inicial na REME

Grau de Ensino	96/97		97/98		98/99		99/2000		2000/2001		96/98		96/99		96/2000		96/2001	
	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%	≠	%
Pré-Escolar	826	37,96%	263	8,76%	982	30,08%	736	17,33%	832	16,70%	1.089	50,05%	2.071	95,17%	2.807	129,00%	3.639	167,23%
Ensino Fundamental	3.833	8,72%	4.836	10,12%	3.768	7,16%	5.572	9,88%	1.601	2,58%	8.669	19,71%	12.437	28,28%	18.009	40,96%	19.610	44,60%
Ensino Supletivo	988	86,51%	552	25,92%	416	15,51%	629	20,30%	-3.577	95,98%	1.540	134,85%	1.956	171,28%	2.585	226,36%	-992	-86,87%
Ensino Médio	2	0,07%	1.397	46,86%	-822	51,89%	-678	88,98%	53	63,10%	1.395	-46,83%	-2.217	-74,42%	-2.895	-97,18%	-2.842	-98,40%
Total	5.649	11,24%	4.254	7,61%	4.344	7,22%	6.259	9,70%	1.091	-1,54%	9.903	19,70%	14.247	28,34%	20.506	40,79%	19.415	38,62%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Março/2002.

Apesar desse crescimento, que chega a 19.415 matrículas a mais em 2001 em relação ao ano de 1996, ou seja, um aumento de 38,62%, não houve uma parceria com o governo estadual. O município de Campo Grande optou por ampliar a sua rede de ensino, em vez de efetuar convênios e assumir as escolas estaduais.

De acordo com a secretária, a política do Estado não é a de municipalizar, e afirma que não houve por parte do Estado ampliação de vagas¹⁴, nem construção de escolas, pois entende que a obrigação é do município, ou seja, no entendimento dela o Estado está desobrigando-se do Ensino Fundamental e a prefeitura tem assumido.

A Emenda Constitucional 14/96 e a Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que respectivamente cria e regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF caracteriza-se pela inovação no financiamento do Ensino Fundamental. Além de obrigar Estados, Distrito Federal e Município a destinar 15% da receita de impostos ao Ensino Fundamental até 2006, redistribui os recursos arrecadados por meio do FUNDEF entre cada Estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental. Nessa lei afirma-se que compete aos municípios oferecer com prioridade o Ensino Fundamental, seguido da Educação Infantil. E aos Estados compartilhar com os municípios a responsabilidade de oferta do Ensino Fundamental e, sozinhos, do Ensino Médio. A União tem a responsabilidade de manter o Ensino Superior, e agir de forma regulatória e complementar nos demais níveis de ensino.

Em nosso entendimento, a rede municipal de educação de Campo Grande passou, a partir de 1996, a priorizar o Ensino Fundamental conforme se pode comprovar nas tabelas 18 e 19, visto que o governo federal associa o repasse do FUNDEF ao número de alunos matriculados nesse nível de ensino.

Em Mato Grosso do Sul, a Secretaria Estadual de Educação não adotou a municipalização do Ensino Fundamental, continua ampliando e oferecendo vagas, quando a obrigatoriedade para esse nível de ensino é das secretarias municipais de educação, esse paradoxo ocorre pelo interesse dessa secretaria também em receber o recurso do FUNDEF.

Sobre o FUNDEF, algumas considerações se fazem necessárias. Davies (1999, p. 3-4) aponta algumas prováveis implicações:

(...) (1) a participação ínfima do governo federal no financiamento do FUNDEF e a diminuição da sua responsabilidade financeira constitucional com o ensino fundamental; (2) o não cumprimento da Lei do FUNDEF pelo governo federal, ao estipular R\$315 como valor anual mínimo por matrícula em 1998 e 1999, quando o legal seria bem superior a R\$400, 00; (3) o não

¹⁴ Essa afirmação da Secretária Municipal não se confirma, visto que como foi colocado no Capítulo anterior o Estado tem ampliado o atendimento ao Ensino Fundamental.

aumento de recursos para a educação básica como um todo, não contribuindo para o seu desenvolvimento; (4) o incentivo à superlotação das salas de aula pelos governos, por causa do critério de redistribuição de recursos do FUNDEF com base em número de matrículas no ensino fundamental regular; (5) o enfraquecimento e desarticulação do sistema de ensino público ao não incluir as matrículas da educação de jovens e adultos e do ensino médio para a redistribuição dos recursos do FUNDEF; (6) a não-valorização do magistério como um todo; (7) a fiscalização débil da aplicação dos recursos do FUNDEF, pelo fato de os Conselhos Federal, Estaduais e Municipais responsáveis por esta tarefa, embora chamados de Acompanhamentos e Controle Social, serem dominados por representantes estatais (DAVIES, 1999, p. 3-4).

O governo federal contribui com poucos recursos para o financiamento do Ensino Fundamental, especialmente para o FUNDEF; para melhor entender esse fundo é importante saber que é constituído por 15% do ICMS, do Fundo de Participação dos Estados e Municípios – FPE/ FPM e do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. À União cabe completar, quando for o caso, sempre que os recursos do fundo não alcançarem o mínimo definido nacionalmente.

Aqui começa o entrave desse fundo. Considerando a vontade de nossos governantes em priorizar a educação, esse mínimo fixado em R\$300,00 (trezentos reais) em 1997, já era insuficiente; em 1998 e 1999 foi de R\$315,00 (trezentos e quinze reais), pois, ao aumentá-lo, a União teria de ampliar suas despesas com a educação. Em 2000, esses valores foram diferenciados, ficando em R\$333,00 (trezentos e trinta e três reais) para alunos de 1ª à 4ª séries, em R\$349,65 (trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para os de 5ª à 8ª séries e da Educação Especial. Os valores mínimos para 2001 ficaram em R\$363,00 (trezentos e sessenta e três reais) e R\$381,15 (trezentos e oitenta e um reais e quinze centavos). Para 2002, esses valores foram fixados em R\$418,00 (quatrocentos e dezoito reais) e R\$438,90 (quatrocentos e trinta e oito reais e noventa centavos), representando um reajuste de quase 33%, em relação ao ano de 1998.

Como podemos observar, não existe um critério para os aumentos do mínimo nacional, fixado por ato do Presidente da República, mas vale a ressalva de que, em ano eleitoral, o índice de reajuste foi recorde. Em relação ao aluno de 1ª à 4ª série, os índices aplicados do ano de 1997 para 1999 ficaram em torno de 5,0%; de 1999 a 2000 em 6,0%; de 2000 a 2001 em 9,0% e de 2001 a 2002 em torno de 15,5%.

Na verdade, apesar do *marketing*, a Emenda 14 fez com que o investimento do governo federal, antes de 50% do percentual da sua receita vinculada à educação, caísse para 30%. Contudo, apesar de os números indicarem um descaso com o Ensino Fundamental, no discurso, a União continua anunciando a primazia de suas políticas educacionais voltadas para esse nível de ensino.



Ao basear-se no número de alunos matriculados para os repasses das verbas, “abriu-se a caça aos alunos”. As escolas municipais e estaduais disputam cada possível aluno, pois, quanto mais, melhor o repasse.

Estranho como muitos administradores não conseguem imaginar a relação que existe entre o aluno e a despesa que terão de arcar. Mas para solucionar esse problema podem optar por salas de aula com superlotação, afinal, para quem não está dentro, lecionando, tanto faz 30 ou 60 alunos, e o custo-benefício fica, dessa forma, garantido.

Ao ouvir o discurso do Ministro da Educação, todos os professores animaram-se com o fundo para valorização do professor, imaginaram: *“enfim, alguém se lembrou da existência desta categoria de trabalhadores que, apesar de tudo, continua firme com um salário mísero, tentando educar”*. Em seguida, veio a frustração, os 60% gastos com pagamentos de professores, na prática, significava continuar ganhando o mesmo.

No período de 1996 a 1997, um professor da rede pública estadual de SP, teve um aumento salarial de 14%. De 1997 a 1998, com a reestruturação, o aumento foi da ordem de 13% e, até o ano 2000, o salário permaneceu igual, ou seja, de 1998 a 2000 (holerites próprios) não houve aumento salarial nenhum. Esse exemplo foi utilizado apenas para elucidar como essa questão da valorização do docente por meio do FUNDEF é ilusória. As prefeituras estão pagando um salário ainda menor que o que a rede estadual costumava pagar, com raríssimas exceções. No interior de Mato Grosso do Sul, há professor recebendo o equivalente ao salário mínimo para lecionar 22 h/a.¹⁵ Portanto, em nossa análise, o FUNDEF não valorizou o professorado do Ensino Fundamental, e, por outro lado, pode até ter prejudicado, derrubando alicerces já consagrados na rede estadual quando da não permanência dos salários na permutação.

A criação de Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, com a responsabilidade de fiscalizar a aplicação dos fundos, ficou também no plano das *intenções*, considerando que nos municípios até hoje não foram criados e os existentes, muitas vezes, não são representativos do interesse da população.

Enfim, temos um FUNDEF que se parece com um tambor. Apesar do barulho, é oco por dentro e, efetivamente, trouxe poucas melhorias para o Ensino Fundamental, e com grandes possibilidades de trazer muitos problemas, tendo em vista que tem prazo limite, e não se sabe como vai ficar a situação das prefeituras, que estão assumindo esse nível de ensino, quando findar esses recursos que têm validade de dez anos, a partir de 1º de janeiro de 1997, como fixa a Emenda Constitucional 14.

¹⁵ Essa informação foi obtida na da Secretária de Educação de Sidrolândia/MS. Vide entrevista Capítulo III.

O art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, legisla sobre a formação de docentes para atuar na educação básica (...) *“far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”*, e vai mais além no Título IX – Das Disposições Transitórias – Art. 87 parágrafo 4º impõe (...) *“até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”*. Se a educação depender apenas de leis, estamos realizados, contudo, quais as condições que estão sendo oferecidas para que esses valores proclamados se tornem reais?

Vale lembrar que um país como o nosso, de tamanha extensão, apresenta realidades diferentes. Em se tratando de alguns Estados o desafio é razoável, haja vista que a maioria, se não a totalidade de seus professores de Educação Básica possuem o Ensino Médio, faltando um curso de formação superior para alcançar a meta.

Mas, e os outros Estados? E um país que no século XXI ainda apresenta uma parte de professores leigos, a proposta soa como uma provocação que pode transformar-se em engodo.

No município de Campo Grande, em 1997, havia professores leigos, mas foi elaborado um projeto, oferecendo a esses professores um curso de Magistério de nível médio, concluído em junho de 1999. À primeira vista, todo o problema estava sanado, a legislação forçou esse treinamento em serviço. Mas algumas perguntas são necessárias: Quais as condições em que foi realizado esse curso? Durante as férias e com encontros uma vez por mês? Resolveu-se um problema legal, todavia o problema de formação de professores qualificados e habilitados para trabalhar na Educação Básica, não se sabe. A mesma lei que criou o impasse, em nenhum momento diz que vai fiscalizar a forma como se promoverão esses cursos.

Continuando a análise do município de Campo Grande, percebe-se que o problema permanece. O governo federal exige Ensino Superior, nesse caso a solução torna-se mais complicada. A Secretaria de Educação fez um convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS que oferece um curso de Pedagogia, Licenciatura Plena, para 136 professores, mas é exclusivo para os professores concursados. Trata-se de um curso de Pedagogia especial, quem paga os professores da UFMS é a prefeitura, não o governo federal. Quem não é concursado não pode, a questão não é bem formar o professor, mas regularizar a situação dos funcionários que *a priori* não poderiam ser demitidos.

Não existe uma preocupação por parte da rede municipal de investir em capacitação em relação aos outros docentes, quem não quiser perder o emprego deve, por conta própria, *“investir”* em sua carreira e procurar um curso superior.

De acordo com Brunet (1992) a eficácia da escola e o sucesso dos alunos são afetados pelo clima organizacional da escola.

O ambiente de trabalho constitui um elemento de primordial importância na definição dos estímulos e das coações à atividade dos professores. Nesta perspectiva, o clima desempenha um papel fundamental no êxito das ações de aperfeiçoamento ou de formação (reciclagem) do pessoal de uma escola. O aperfeiçoamento ou a formação só se torna eficazes se o participante tiver a noção de que vai poder utilizar os novos conhecimentos e de que o clima lhe proporcionará os complementos e os apoios necessários (BRUNET, 1992, p.132).

Partindo dessa citação, retomamos a observação da Secretária de Educação de Campo Grande, quando diz que o maior entrave que encontra em sua gestão “são os professores que não utilizam os conhecimentos adquiridos em capacitação”. Brunet (1992) em seus estudos analisa os efeitos do clima organizacional, e nos indica que investir em aperfeiçoamento não significa apenas oferecer um curso, vai muito além: um ambiente de trabalho autoritário inibe a iniciativa dos professores, tornando-os apáticos e passivos com medo de repreensões; já um ambiente em que existem relações amistosas, abertas a mudanças, estimula as iniciativas inovadoras e a própria participação em programas de capacitação.

A eficácia da escola está intimamente ligada ao clima escolar, vários estudiosos afirmam a importância de uma atmosfera de cordialidade e participação como forma de melhor aproveitamento dos alunos e produtividade dos professores.

3.1.3 A REME sob o olhar dos professores

Desvelamos a rede municipal de ensino - REME - sob a óptica da Secretaria de Educação, seus pontos de vista, com base em alguns teóricos. Os docentes da REME apontam outros aspectos dignos de serem analisados.

Nas escolas municipais de Campo Grande entregamos 20 questionários, sendo 10 em escolas centrais e 10 em escolas periféricas.



TABELA 20 – Identificação dos professores das escolas municipais de Campo Grande

Professores	Sexo	Escolaridade	Experiência Profissional	Escola Central	Escola Periférica
01	F	Ensino Superior	08 anos	X	–
02	F	Ensino Superior	09 anos	X	–
03	F	Ensino Superior	24 anos	X	–
04	F	Ensino Superior	01 anos	X	–
05	F	Ensino Superior	15 anos	X	–
06	F	Pós-graduação: latu sensu	12 anos	X	–
07	F	Ensino Superior	4 anos	X	–
08	F	Ensino Médio	07 anos	X	–
09	F	Ensino Superior	08 anos	X	–
10	F	Ensino Médio	06 anos	X	–
11	M	Ensino Medio	10 anos	–	X
12	M	Ensino Superior	03 anos	–	X
13	F	Ensino Medio	07 anos	–	X
14	F	Ensino Superior	04 anos	–	X
15	F	Ensino Superior	07 anos	–	X
16	F	Ensino Superior	11 anos	–	X
17	F	Ensino Superior	15 anos	–	X
18	M	Ensino Medio	15 anos	–	X
19	F	Ensino Superior	08 anos	–	X
20	F	Ensino Médio	10 anos	–	X

Organizamos um estudo comparativo entre os docentes da rede municipal que lecionam em escolas centrais e periféricas, e os resultados estão a seguir especificados.

Como já era de se esperar, o maior número de professores concursados encontra - se nas escolas centrais, confirmando que o professor que pode escolher prefere trabalhar nas escolas centrais, onde acreditam encontrar uma melhor clientela.

TABELA – 21 Professores Concursados

Escolas Municipais Centrais	60%
Escolas Municipais Periféricas	50%

Dentro dessa mesma linha de raciocínio, ouvimos os professores sobre o grau de satisfação com o seu trabalho.

TABELA – 22 Grau de satisfação com o trabalho

Escolas Municipais Centrais			Escolas Municipais Periféricas		
Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
80%	20%	-	60%		40%

Os dados revelam-nos que os professores das escolas centrais estão mais satisfeitos do que os das escolas periféricas.

Conscientes de que a satisfação em relação ao salário costuma caminhar junto à satisfação geral, indagamos os docentes também sobre isso.

TABELA – 23 Satisfação do professor com o salário

Escolas Municipais Centrais		Escolas Municipais Periféricas	
Satisfeitos	Insatisfeitos	Satisfeitos	Insatisfeitos
40%	60%	20%	80%

Observamos aqui que nem sempre essa relação é verdadeira. Nas escolas centrais encontramos 80% dos professores satisfeitos com seu trabalho, mas dentre esses 40% estão insatisfeitos com seus salários. Já em relação às escolas periféricas, apesar de não existir ninguém muito satisfeito com seu trabalho, existem 20% satisfeitos com seus salários.

Quando temos a escolha do diretor escolar vinculada a um cargo de confiança, fica muito complicado falar em Gestão Democrática e mesmo Participativa. Perguntamos aos professores sobre o critério que a REME utiliza para compor esses cargos nas unidades escolares. Todos foram unânimes em afirmar que se trata de um “cargo de confiança”, só houve divergência em esclarecer de quem, ou seja, alguns disseram que era o prefeito quem indicava, outros disseram que era a Secretária de Educação.

Os dados mostram que muitos professores das escolas periféricas consideram democrática a relação entre eles e a diretora, contudo, os professores das escolas centrais discordam, classificando seus diretores como medianos. Difícil conseguir entender esses resultados, talvez pelo fato de não existir na REME uma postura democrática para ser seguida, ficam então os professores à mercê do próprio caráter do gestor, e, por coincidência, nas escolas centrais, encontram-se os menos democráticos.

Vale assinalar que ao responderem o questionário os professores responsabilizaram a Secretaria Municipal pelas atitudes antidemocráticas, e os diretores apenas pela execução, ou seja, reconhecem a fragilidade da própria direção escolar, a qual consideram impotente em relação às atitudes da Secretaria de Educação, “(...) A diretora da minha escola é boa, mas não pode deixar de seguir as ordens da Secretaria que muitas vezes não consideramos correta, porque se ela desobedecer está fora. É assim, sempre foi assim” (P 14).

Na fala dessa professora, sentimos o respeito pela sua diretora que ela considera boa, dentro de suas possibilidades, mas reconhecendo a Secretaria de Educação como

detentora do poder, que prejudica o relacionamento da direção, pois boicota a sua autonomia.

TABELA – 24 Relação professor X direção

Escolas Municipais Centrais			Escolas Municipais Periféricas		
Autoritária	Intermediária	Democrática	Autoritária	Intermediária	Democrática
-	80%	20%	10%	30%	60%

Reconhecemos como ponto positivo o fato de os recursos financeiros estarem sendo administrados pelas instituições escolares, e nos reportamos aos professores para verificar *in locu* se estava dando certo a descentralização de recursos. Os professores reclamaram que os atrasos das verbas prejudicavam o andamento dos projetos, “(...) O dinheiro que era para chegar em março do PDE chegou com quatro meses de atraso, conclusão todos os projetos ficaram prejudicados, quando a verba chega precisamos gastar rápido, se não temos que devolver” (P 17).

Os resultados revelam que apesar dos atrasos das verbas, muitos acreditam que estão sendo bem empregadas, mas revelam também que nas escolas periféricas existem professores muito desinformados.

TABELA – 25 Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola

Escolas Municipais Centrais			Escolas Municipais Periféricas		
Bom	Ruim	Não sei	Bom	Ruim	Não sei
100%	-	-	70%	10%	20%

Na REME existem poucas escolas centrais, a maioria das escolas encontra-se na periferia. Acreditávamos, por isso, que haveria uma superlotação de alunos nas escolas centrais, o que, de acordo com os resultados, não se confirmou.

TABELA – 26 Quantidade de alunos por turma

Escolas Municipais Centrais			Escolas Municipais Periféricas		
Até 30	Até 35	Até 40	Até 30	Até 35	Até 40
10%	90%	-	-	50%	50%

Segundo os docentes, a rede municipal vem sofrendo problemas de ordem pedagógica, frutos de uma tentativa frustrada de implantar um modelo construtivista nas escolas. Crianças chegam à 4ª série com muitas dificuldades, sendo uma média de 10%

semi-analfabetos. Outro aspecto levantado foi que existe uma pressão muito forte por parte da Secretaria de Educação, representada nas escolas pelos Diretores e Adjuntos¹⁶ para que não haja reprovação, apesar da manutenção do regime seriado.

Acreditamos que existe, em todo o sistema educacional vigente no Brasil, uma política educacional que coloca grande ênfase na redução dos índices de reprovação. Essa política embasada nos preceitos ditados pelo Banco Mundial, que compara a educação às indústrias e a retenção escolar como um problema de não-produtividade, tem trazido dificuldades inigualáveis para as crianças que freqüentam nossas escolas. Caberia ainda dizer que a Proposta de Alfabetização baseada no Construtivismo, preconizada pela educadora Emilia Ferreiro, assim como outras de outros educadores, como a correção de fluxo e a divisão do regime seriado em ciclos, estão sendo manipuladas para atender as exigências do Banco Mundial. Por isso, encontramos na fala dos professores a indignação, porque não está dando certo, mas fica a incógnita, será que era para dar certo? Os alunos estão passando sem aprender, e os índices de reprovação caíram, talvez seja isso que importa.

O sistema de recuperação mostra-se frágil. No ano de 1999 e no primeiro semestre de 2000, os professores de 1ª à 4ª séries eram obrigados a dar quatro h/a de reforço aos sábados, quinzenalmente.

A seguir, os resultados em relação à qualidade do ensino, cujo parâmetro comparativo utilizado nessa questão foram os últimos dez anos.

TABELA – 27 Qualidade do ensino

Escolas Municipais Centrais			Escolas Municipais Periféricas		
Melhorou	Piorou	Não respondeu	Melhorou	Piorou	Não respondeu
60%	40%	-	40%	50%	10%

Os resultados demonstram a insatisfação por parte de alguns docentes com o ensino oferecido pela REME. Na concepção desses professores, muitos são os motivos para a queda na qualidade, entre eles, vale citar o depoimento de uma professora. “(...) os projetos que o governo elabora de nada adiantam na qualidade do ensino, visto que a melhora dos índices de reprovação e evasão não é sinônimo de qualidade de ensino” (P15). A professora demonstra sua preocupação, ou seja, segundo ela os índices de reprovação e evasão podem estar camuflando os problemas educacionais.

De acordo com a tabela 28, os professores consideram os alunos das escolas centrais melhores que os das escolas periféricas.

¹⁶ Nomenclatura utilizada pela Reme para designar auxiliar de direção (Diretor Adjunto).



TABELA – 28 Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem)

Escolas Municipais Centrais				Escolas Municipais Periféricas			
Ótimos	Bons	Razoáveis	Péssimos	Ótimos	Bons	Razoáveis	Péssimos
-	90%	10%	-	-	40%	50%	10%

O que chama a atenção nesses resultados é que, além de 90% dos alunos das escolas centrais serem considerados bons, nenhum professor classificou seus alunos como péssimos. Já nas escolas periféricas, 10% dos alunos foram considerados péssimos e apenas 40%, ou seja, menos da metade, foram classificados como bons.

Os professores justificaram a classificação dada aos seus alunos, como se pode confirmar pelas falas deles: *“falta incentivo da família; ausência de pré-requisitos; excesso de alunos; falta de estudo, atenção, educação; não gostam de ler; não decoram a tabuada; desestruturação familiar”* (professores municipais /escolas periféricas). Já os professores das escolas centrais foram mais breves nas suas justificativas: *“faltam interesse no estudo, com algumas exceções; faltam pré-requisitos; As salas deveriam contemplar alunos diferenciados - melhores/razoáveis”*. (professores municipais/ escolas centrais).

Em ambas as justificativas, observamos a atitude do professor colocando-se como vítima de um contexto, em que os responsáveis pelo fracasso escolar ou por *alunos péssimos*, ou são os próprios alunos ou os professores anteriores (pré-requisitos), ou ainda a família.

Segundo Patto (1999, p.246) que, em seus estudos analisou justificativas de outros docentes em relação ao fracasso escolar, muitas vezes encontramos explicações contraditórias:

Uma análise longitudinal da estrutura do discurso de cada uma das educadoras entrevistadas revela, em síntese, que sua principal característica é uma superposição de explicações contraditórias para o fracasso escolar, na qual a falta de condições do professor para ensinar convive com a convicção de que os que não aprendem o fazem por falta de condições individuais para aprender. Em maior ou menor grau, seus depoimentos constituem-se de uma sucessão de pensamentos estanques, carregados de preconceitos e estereótipos que momentos de uma visão mais crítica não conseguem abalar (PATTO, 1999, p.246, grifos nossos).

As “educadoras entrevistadas” a que a autora se refere são as da sua pesquisa, contudo ao transpormos tal análise para os resultados alcançados em nossos estudos, percebemos a semelhança do discurso dessas educadoras.

Silva Júnior (1996, p.74) esclarece esse ponto em um outro contexto, mas que podemos também transferir para essa realidade.

Por definição do Consenso de Washington - e não apenas dele -, incompetente é sempre o outro. O outro é aquele que por sua incompetência limita ou inviabiliza o exercício de nossa competência. Para que nossa competência possa ser exercida torna-se necessário mudar o outro, ou, se necessário, suprimi-lo (SILVA JÚNIOR, 1996, p. 74).

Sábia a afirmação do autor nesse caso específico. É possível imaginar como esses professores poderiam resolver seus problemas com seus *alunos razoáveis ou péssimos*. Eles precisam mudar ou suprimir esses alunos, mas como suprimir é tarefa inviável, nos dias de hoje, resta mudá-los, mas temos de convir que, se trata de uma tarefa árdua, como *“fazer o danado do aluno decorar a tabuada! Ou ainda, solucionar os problemas dos casamentos que não deram certo!”*.

Infelizmente, a definição *“incompetente é sempre o outro”* que partiu do Consenso de Washington, como Silva Júnior (1996) explicou, faz parte da concepção ainda de muitos educadores, que se colocam no processo ensino e aprendizagem não como um dos principais atores, mas como um coadjuvante, sem nenhuma expressão. Vale lembrar que essa concepção do docente em julgar responsável sempre *“um outro”* pelo fracasso escolar deve-se a diversos fatores, entre eles aos cursos de formação de professores e aos de educação continuada, *“(…) que se propõem a mudar a lógica do sistema educacional valendo-se de recursos administrativos e pedagógicos que reforçam esta lógica”* (PATTO, 1999, p.418.).

Em relação aos professores que estudam, interessante notar que vários ressaltaram que a REME tem oferecido diversos cursos de capacitação e que eles os têm freqüentado. Um dado interessante é que o mesmo professor que se diz agraciado com os cursos de capacitação justifica a não aprendizagem dos seus alunos dizendo que *“não decoram a tabuada e que não gostam de ler”*, fato que deixa uma incógnita em relação à qualidade, visto que esses cursos deveriam capacitá-lo a trabalhar com as dificuldades dos seus alunos.

Os dados a seguir revelam os docentes que estão cursando atualmente graduação ou pós-graduação *latu senso*. Essa informação complementa a tabela 20, onde está indicado o grau de escolaridade de cada participante da pesquisa, e nela observamos que apesar de se encontrar na periferia um maior número de professores com Ensino Médio, também encontramos uma maior porcentagem de professores estudando o que indica que estão buscando o Ensino Superior, para melhor se qualificarem.

TABELA – 29 Professores que estudam atualmente

Escolas Municipais Centrais		Escolas Municipais Periféricas	
Sim	Não	Sim	Não
20%	80%	30%	70%

Os professores foram questionados a respeito dos entraves que ocorrem na sua profissão. Apesar dos diversos programas e do *marketing* do FUNDEF, a reclamação geral continua sendo *falta de infra-estrutura*. Os docentes dizem que falta desde o livro didático até um espaço físico adequado, ou seja, salas de aula com pelo menos ventiladores, considerando o calor típico da região, uma solicitação no mínimo justa. Reclamaram também da remuneração que gira em torno de R\$400.00 por um regime de 20h/a e que alguns disseram estar atrasada. Além desses problemas citaram: as cobranças e as fofocas; a burocracia - muitos relatórios para serem preenchidos; excesso de alunos por turma; ainda entraram também no campo dos problemas mais específicos em relação aos alunos, por exemplo, *“baixo nível social dos alunos”, ou “família ausente”*.

A respeito da municipalização do ensino, os docentes das escolas centrais posicionaram-se uns contra, outros a favor. Os trechos retirados dos questionários mostram claramente isso: *“acredito ser um instrumento de modernização” (P 4); “se for para o bem do aluno não tenho nada contra” (P 3); “vai ser ótimo desde que dêem condição de trabalho para todos os professores” (P 7); “penso que o ensino fundamental deve ficar no município e o ensino médio com o estado e este nível deve ser profissionalizante” (P 9)*.

Em relação aos docentes das escolas periféricas, 30% declararam que desconhecem o tema, observe o que os resultados dos questionários revelam: *“se não for feita de forma estruturada e bem administrada, ao invés de modernização acarretará maiores complicadores (p 17); “não seria uma forma de piorar a situação” (P 12); “acho que se bem organizada dará certo, desde que os dois poderes se unam para o benefício da sociedade” (P 13); “não concordo, é necessário ter opções município e estado” (P 19); “melhora a qualidade do ensino, pois o município cuida mais de perto” (P 20); “se houver apoio, subsídios para manter esta educação com qualidade” (P 18); “não acho viável, pois o município não está dando conta do que tem para cuidar e fora as injustiças e a falta de competência”. (p 16)*.

Como podemos constatar, existem professores a favor da municipalização e outros contra, entretanto nos preocupam algumas considerações fortes como: injustiça /falta de competência, características de uma gestão autoritária que por enquanto prevalece na rede municipal de ensino de Campo Grande.

3.1.4 Em síntese

Abertura política, processo de redemocratização, autonomia, descentralização são palavras-chaves no discurso político pós-queda do regime militar aqui no Brasil. Vincular-se a essas palavras tornou-se sinônimo de ser moderno. A utopia de um governo democrático parece sempre distante; alguns dirigentes acreditam que suas atitudes são democráticas, mas ao colocá-las à prova, junto àqueles que vivenciam esse processo, descobrimos que estamos a anos luz de conseguir gestões escolares totalmente democráticas.

Um governo democrático, voltado para os interesses da maioria, estará certamente empenhado na participação efetiva da população na formulação e execução de políticas públicas. Porém, nada conseguirá – a não ser por pouco tempo – se nela buscar um biombo para a incompetência ou apenas uma legitimização para a tecnoburocracia (ROMÃO, 1992, p.17-18 grifos do autor).

Segundo Romão (1992), no processo de descentralização é comum observar três posturas adotadas: reprodução do autoritarismo central, atitudes populistas e, e um número pequeno, gestões abertas, dispostas a construir um governo democrático. Portanto, não é pela legislação e muito menos pela alteração da nomenclatura de “*centralizar para descentralizar*” que vamos conseguir determinar a forma de gestão que será adotada. A vontade política, e até mesmo o caráter do gestor, são implicações fundamentais nesse processo. A formação do gestor, aspectos pessoais, aliados à liberdade para agir (autonomia individual) é que determinarão seu comportamento em situação de trabalho. Essas características produzem espaços sociais diferentes dentro de um mesmo contexto.

Barroso (1995, p.187) afirma:

(...) para que a autonomia individual seja colocada ao serviço de determinados objetivos organizacionais e se transforme num processo coletivo de mudança, torna-se necessário desenvolver três tipos de intervenção: promover uma cultura de colaboração e participação; desenvolver nas escolas formas diversificadas (individuais e coletivas) de liderança e aumentar o conhecimento dos membros da organização (escola), dos seus modos de funcionamento e das regras e estruturas que a governam (BARROSO, 1995, p.187).

Diante desse contexto, ao analisarmos os resultados desta pesquisa sobre a educação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, sentimos um

certo receio do que pode acontecer com o Ensino Fundamental, caso fique apenas sob a responsabilidade do município.

Percebemos que a rede municipal se sente mais atraída em implantar os projetos do Fundescola/MEC/Banco Mundial que a rede estadual. Preocupa-nos a forma como ocorre essa implantação nas escolas municipais, ou seja, ela é obrigatória. Não podemos afirmar tratar-se de programas que tenham trazido resultados positivos para a qualidade da educação, considerando que os resultados dos questionários respondidos pelos docentes afirmam o contrário.

Os docentes em suas falas reclamam da maneira como são implantadas as propostas inovadoras na REME e vão além, denunciando que existe, por parte da Secretaria Municipal de Educação, uma ameaça velada para que se aprovelem os alunos, apesar de não ter sido instituída nenhuma estratégia de progressão continuada.

Para analisarmos tal situação, valer-nos-emos desta asserção:

O Brasil tem sido, há décadas, um país campeão em desperdício de recursos materiais e humanos na área de educação. Como nação, perdemos a capacidade de indignação perante um sistema educacional onde os professores não ensinam e as crianças não aprendem. Nossas redes de ensino provocam grandes custos sociais e imensos danos à auto-estima de crianças e jovens que, por várias vezes consecutivas, não logram alcançar promoção para níveis mais avançados de ensino (SILVA & DAVIS, s/d, p. 01).

Que a prática da repetência não é uma estratégia adequada concordamos, entretanto, não é por meio de soluções simplistas que vamos acabar com esse espectro que assola a educação no país.

Não se trata apenas de reduzir índices de fracasso escolar; as crianças que passam pelas nossas escolas precisam aprender e, para que elas aprendam, além de professores capacitados para ensinar, são necessários recursos didáticos, participação da comunidade (pais, alunos), na tentativa de superar as deficiências. É necessária também a descentralização das ações da Secretaria de Educação, aumentando a autonomia das escolas, a valorização social e profissional do magistério e um programa adequado de correção de fluxos, em que os alunos possam realmente ser recuperados.

Não é com decretos, ou mesmo autoritarismo, que as escolas vão melhorar seus níveis de aprendizagem. Podemos até conseguir diminuir os "índices", mas com um preço muito alto. Daqui a alguns anos teremos um grande número de pessoas graduadas, mas semi-analfabetas, sem condições de trabalho. As pessoas que passam pelas nossas escolas não desaparecem, elas permanecem em nossa sociedade, e se não temos condições de dar-lhe formação, continuamos a ser responsáveis pela vida delas.

No Brasil, um país já tão marcado pela discriminação, não podemos correr o risco de continuarmos errando com nossos alunos. A expectativa dessas crianças em relação à educação é grande, é mesmo uma questão de sobrevivência. Como educadores, não podemos aceitar o fato de “expulsar” da escola esses pequenos, sem que tenham aprendido. É preciso haver coerência. Se reprovar na escola é um problema, imagine-se a reprovação na vida, no trabalho e na sociedade.

Os números indicam também uma queda no número de matrículas iniciais no Ensino Fundamental/REME de 2002 em relação ao ano de 2001. Apesar de a REME reagir dizendo que esse número pode ser alterado até o final do ano, acreditamos ser muito difícil superar a meta do ano anterior. Como é estratégia dessa secretaria a ampliação de vagas, sentimos que algo pode estar acontecendo de errado em seus planos, e que tem causado uma migração de alunos das escolas municipais para as estaduais, que, como vimos no Capítulo anterior, tem ampliado suas matrículas.

O nível de insatisfação na REME parece geral, a secretária reclama dos docentes, os docentes reclamam da secretária. Na opinião dela os docentes não querem se capacitar, não aplicam seus conhecimentos em sala. Na opinião dos docentes a secretária é autoritária, centralizadora e a responsável por tanta inoperância do sistema municipal.

Enfim, nesse jogo de culpados sobram os alunos da REME que também não escaparam, foram também julgados culpados. Entre as suas culpas: possuir uma família desestruturada, e, a mais chocante das culpas, ter um nível social baixo.

Nossas investigações levam-nos a apontar problemas de toda ordem nessa secretaria, desde os problemas de infra-estrutura até os pedagógicos. Os primeiros, com certeza, os mais fáceis de se resolver, mas que também merecem ser elencados, haja vista a Secretaria Municipal de Educação não ter ainda atentado para isto: no ano de 2001, em uma entrevista para a Revista Isto É¹⁷ colocou-se na vanguarda da tecnologia educacional, mostrando seu investimento forte nos laboratórios de informática em escolas municipais. Vale lembrar que de nada adiantam laboratórios de informática, se não vierem acompanhados de *software's* educativos, professores capacitados e de um ambiente de maneira geral propício à aprendizagem.

A remuneração docente parece realmente um problema sem chances de se resolver. Como verificamos, a Secretaria Municipal de Educação adotou a “Cartilha do Banco Mundial” e nesse aspecto os projetos implementados com financiamentos do banco não asseguram a necessidade de uma política de planos de carreira e salários¹⁸.

¹⁷ Revista Isto É, nº 1662, 08/08/2001.

¹⁸ Nas escolas estaduais não existe uma exigência por parte da Secretaria para que todas as escolas participem dos Programas do Fundescola/Banco Mundial.

Nesta citação do Banco, verificamos seu posicionamento em relação à remuneração docente.

(...) em vista das dificuldades macrofiscais que prevalecem na América Latina e os salários geralmente baixos dos professores da região, deve-se pensar em montar, na estrutura salarial, incentivos baseados em desempenho e/ou providenciar aumentos salariais gradativos de acordo com o desempenho acadêmico de seus alunos. Isso poderia ser muito importante na medida em que minimiza a tentação de professores treinados pelo projeto aceitarem empregos mais bem remunerados (BANCO MUNDIAL, 1995, p.60, grifo nosso).

E ainda vale asseverar que, apesar de esse texto sempre aparecer nos projetos financiados pelo banco, nunca são estabelecidas políticas concretas de reajuste salarial. Para o banco não existe uma relação de melhoria da qualidade de ensino e a melhoria da remuneração docente, entretanto, o professor que não tem acesso às novas tecnologias, não pode adquirir um bom livro ou freqüentar um curso, tem muito pouco a oferecer aos seus alunos.

A entrevista da professora Costa, que saiu na revista Isto É, dizia que vários alunos já estavam superando seus professores no manuseio dos computadores. Mas, omitiu que a maioria dos professores não ganha o suficiente para adquirir seu próprio computador.

A capacitação docente foi um ponto analisado tanto pela secretária, como pelos professores. Os docentes parecem satisfeitos (os que conseguem fazer a capacitação), a secretária decepcionada (os professores não aplicam o que aprendem!). Os problemas são fáceis de ser detectados, esses cursos precisam ser oferecidos durante a jornada de trabalho, ou seja, a capacitação em serviço é a solução. A qualidade desses cursos também é outro agravante. Se o professor não aplica o que aprendeu é provável que não aprendeu. Novamente vemos aqui o receituário do Banco Mundial *"melhoria do ensino em sala de aula, através da capacitação dos professores em serviço, da instrução à distância e de materiais didáticos programados"* (BANCO MUNDIAL, 1992).

Enquanto todas as políticas educacionais revelam a importância de se ter a escola como objeto de estudo, para que se encontrem nela as respostas a tantas questões que não conseguimos resolver, a REME coloca-se distante dessas políticas, centralizando as tomadas de decisões na Secretaria de Educação.

Segundo Romão (1992), muitos governos municipais reproduziram, em âmbito local, o autoritarismo do governo central; outros adotaram posturas claramente populistas e alguns poucos tentaram abrir espaço e colaborar para a mobilização e organização política da sociedade civil. Podemos verificar que, no município de Campo Grande, se fôssemos encaixar a Secretaria de Educação em um desses eixos, ela ficaria mais adequada ao

primeiro, mas está ainda mais centralizadora que a Secretaria Estadual de Educação. Um exemplo prático dessa afirmação é a forma como as secretarias escolhem os dirigentes escolares. Enquanto na Secretaria Estadual eles são eleitos pelos pares, pais e alunos, na Secretaria Municipal eles são indicados pelo Prefeito, Secretário de Educação, ou ainda por algum vereador.

A emancipação da escola e o seu reconhecimento como um lugar central de gestão, assim como da comunidade escolar como parceira na tomada de decisões, é o começo necessário para a transformação da REME. Dessa forma, poderemos começar a pensar na Autonomia Escolar e em Colegiados Escolares mais atuantes. Finalizamos este Capítulo almejando que os dirigentes da Secretaria Municipal de Educação percebam que uma boa gestão não se faz com autoritarismo e, sim, com competência.



4. Capítulo III

4.1 A educação no município de Sidrolândia

"É esta força misteriosa, às vezes chamada vocação, que explica a quase devoção com que a grande maioria do magistério nele permanece, apesar da imoralidade dos salários" (FREIRE, 1996, p.161).

A escolha do município de Sidrolândia deveu-se à participação no Programa de Descentralização do governo estadual, a permanência de uma escola municipalizada conveniada quando do início desta pesquisa, em janeiro de 2000, e por sua proximidade com a Capital de Mato Grosso do Sul.

A cidade de Sidrolândia tem sua história ligada à evolução das atividades agro-pastoris na região. O município possui 24.111 habitantes¹⁹, sendo que um terço dessa população vive na zona rural, localiza-se a 64 quilômetros de distância de Campo Grande, capital do Estado, e posiciona-se em um ponto elevado, com ventos constantes, brisa agradável, inverno seco e chuvas de verão. Sua altitude é de 484 metros. A área do município é de 5.300,9 Km², limitando-se com Campo Grande, Terenos, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Maracaju, Dois Irmãos do Buriti. O município tem um distrito: Quebra-Coco.

A terra fértil atraiu os pioneiros e ainda hoje o município segue sua vocação de produtor de alimentos, determinada pela conjunção de fatores naturais (solo, clima e localização) e pela posição privilegiada no Estado, ao lado da Capital e junto ao entroncamento de transportes e comunicações que o ligam ao país e ao Mercosul.

Sidrolândia, assim como a maioria dos municípios brasileiros, vem tentando adequar-se à LDB nº 9394/96, ou seja, procura atender o Ensino Fundamental. Todavia essa não é realmente uma tarefa fácil. Para tanto, foi criada a Secretaria de Educação, um espaço físico pequeno, que ainda não tem acesso à internet por falta do fax modem; a máquina de reprografia está parada por falta de *toner*, e os recursos humanos resumem-se à Secretária de Educação e alguns coordenadores pedagógicos, nem sempre pedagogos. (Vide fig.3) Anteriormente à LDB nº 9394/96, não havia Secretaria de Educação em Sidrolândia, e sim uma Coordenadoria de Educação que atendia apenas a Educação Infantil.

¹⁹ Censo IBGE-2000



Pode-se imaginar as dificuldades por que essa secretaria passa. Só que lá se faz educação “na raça”, com o pouco que se tem, aceitando recursos de onde surgir, até mesmo, do Banco Mundial via Fundescola. A Secretaria de Educação de Sidrolândia atende 4.503 alunos, sendo 3.960 do Ensino Fundamental e 543 da Educação Infantil.

A Secretária de Educação Mariana Toome sempre foi professora, graduou-se em Geografia e Pedagogia e está na função desde 2000. Durante sua entrevista, observamos que os problemas educacionais do interior do Estado divergem bastante dos problemas da Capital.

Segundo Toome, o maior problema que enfrenta na sua gestão é o transporte escolar. A explicação da professora mostra o quanto é complexa a sua luta: *“(...) tenho 50% do meu alunado oriundo da zona rural, entre eles uma aldeia indígena, assentados e até acampados. A quantidade de ônibus é insuficiente, porque tenho que atender 32 linhas”.* (TOOME, entrevista registrada 26/03/2002).

É difícil de acreditar, mas conseguir reunir os alunos, para que possam assistir às aulas, é realmente uma tarefa árdua, principalmente em se tratando de lugares de complicado acesso, como os que a secretaria tem de atender.

Aproveitando que a coordenadora geral do PDE teria de fazer uma visita à escola da aldeia, decidimos que, seria interessante verificar *in loco* o que acontece por lá. Não poderíamos deixar de acrescentar que, para se chegar à aldeia que fica a 40 Km de distância, foi uma aventura. A Kombi que nos levou estava em condições precárias; a estrada de chão, com muita pedra, buracos e até pequenas lagoas impedia qualquer tipo de conforto. Ao chegarmos, encontramos todos os alunos assistindo aulas. A escola da aldeia atende desde o pré-escolar até à 8ª série e possui 219 alunos. Os professores moram na aldeia e são indígenas com exceção da professora de português/inglês que é casada com um índio, professor de história/geografia.

A escola, apesar de pequena, é bem agradável e conta com 16 professores e um diretor também índio. (Vide fig. 4) A maioria dos professores está estudando, fazem uma graduação de “férias”, ou seja, durante as férias eles estudam em Campo Grande, em uma instituição particular. Os professores efetivos que estudaram no período de 1998 a 2001, recebiam um auxílio-capacitação referente a 30% do valor da mensalidade cobrada pela faculdade, entretanto, tratava-se de um programa ligado ao FUNDEF que já se encerrou. Atualmente, o único auxílio que os docentes que cursam graduação recebem da prefeitura é o transporte até Campo Grande onde estudam.²⁰

A pré-escola é freqüentada por vinte e oito alunos, que moram próximos da escola

²⁰ Esta informação: capacitação-docente, refere-se à rede municipal de Sidrolândia como um todo.



que se localiza no centro da aldeia, portanto fazem o percurso casa-escola-casa a pé. (Vide fig. 5 e 6).

As aulas da 8ª série acontecem num grande quiosque, a escola é pequena e não comporta sala para todas as séries. Os alunos são da etnia Terena, e o ensino da língua está incluído no currículo, numa tentativa de resgatar a cultura. (Vide fig. 7 e 8) A partir de 2002, esses alunos terão de se mudar para Sidrolândia para poder continuar os estudos, visto que a escola da aldeia só oferece da pré-escola até o Ensino Fundamental.

Nessa viagem, a secretaria enviou livros e os alimentos necessários para o preparo da merenda. A alimentação oferecida aos alunos da aldeia é a mesma das escolas de Sidrolândia, não havendo especificidade por se tratar de uma aldeia próxima à cidade e os hábitos alimentares serem os mesmos dos alunos urbanos.

A coordenadora do PDE, ao chegar à aldeia, se reuniu com os docentes e explicou tudo o que deveriam preencher para conseguir participar do PDE, atividade um tanto complicada, considerando a burocracia do referido programa.

Como a Secretaria de Educação de Sidrolândia atende também muitos assentamentos, decidimos conhecer as escolas desses assentamentos e novamente uma viagem complicada, agora um pouco mais longa 50 km, estrada equivalente à anterior.

Visitamos o assentamento Capão Bonito I e II e no caminho passamos por uma escola, no meio de um acampamento de sem-terra, que funciona da 1ª à 4ª série, é um anexo do Capão Bonito I. Após a 4ª série, os alunos vão de ônibus escolar estudar em Sidrolândia.

Em Capão Bonito II, o assentamento mais longe, encontramos uma escola pequena que atende também da 1ª à 8ª série. Os alunos são filhos de assentados da região, moram longe e a Secretaria de Educação mantém um ônibus com motorista para buscá-los para a escola e levá-los de volta após o período de aula.

Os professores, em sua maioria, são também assentados; às vezes, os pais ganharam a terra, outras vezes, as mães, e tem até pai de família assentado que trabalha como professor. Existem docentes que moram no assentamento durante a semana e nos finais de semana voltam para Sidrolândia para junto de suas famílias.

As salas de aula não possuem estrutura adequada, são pequenas, sem ventilação, o calor é quase insuportável e ainda comportam em média de 28 a 35 alunos.

Alguns professores possuem o curso de magistério, mas todos fazem graduação de "férias", em Campo Grande, em uma instituição particular.

Segundo os professores, as terras de Capão Bonito II são fracas e exigem investimento em calcário e adubo para o plantio, por isso a maioria dos assentados não



plantam, preferem criar gado ou manter aviário, que é mais fácil. Os assentados que optaram por aviário fornecem frangos para a Seara²¹, que tem uma indústria em Sidrolândia.

Diferente do que verificamos na aldeia, os alunos parecem muito tristes, deixando aparente que a vida para eles não é fácil. Todos gostam da escola, como se ela representasse a esperança de dias melhores.

Em Capão Bonito I, a escola parece estar inserida num pequeno vilarejo, próximo a ela encontramos um pequeno armazém e até uma cantina. A escola encontra-se muito bem equipada, os professores do assentamento já conseguiram receber R\$16.300,00 (dezesesseis mil e trezentos reais) do Fundescola. O diretor conta animado que R\$10.000,00 (dez mil reais) foi do PDE, por sinal era por esse motivo que a coordenadora do PDE estava lá para verificar as prestações de conta, e R\$6.300,00 (seis mil e trezentos reais) do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. (Vide fig. 9 e 10)

Na concepção do diretor, que é graduado em matemática e também está assentado (comprou seu lote dos sem-terra), mesmo as pessoas que ministram cursos sobre PDE apresentam divergências em suas explicações. Segundo ele, o PDDE dá mais liberdade para trabalhar e é menos burocrático.

Verificamos o que foi adquirido na Escola Capão Bonito I com o dinheiro do Fundescola, pois, sabemos que esses empréstimos vão custar juros elevados aos cofres brasileiros. O professor mostrou um armário com vários materiais pedagógicos como: material-dourado, alfabetos de borracha, mapas, fantoches, um aparelho Microssistem Philips 1300/PMPO, um mural, um telão para retroprojeter. Fomos informados de que a próxima aquisição será um videokê, para ajudar nas aulas de português.

O discurso da produtividade que o Banco Mundial defende tão bem, já chegou lá em Capão Bonito: *"Se a Seara produzir apenas 60%, o que vai ocorrer é que os funcionários vão ser demitidos, ou vai fechar, certo? A escola é o único lugar do mundo que de uma turma só 60% aprende e nada acontece. Isto precisa mudar!"* (Entrevista registrada em 27/03/2002).

A fala do diretor faz uma analogia entre a produção de uma indústria com o que ocorre em uma sala de aula, nesse ponto a asserção de Coraggio, nos auxilia a compreender como surgiram tais referências:

(...) o banco estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa (CORAGGIO, 1996 a, p.102.)

²¹ Indústria de Alimentos



A citação clarifica o que está ocorrendo nesse assentamento e em todos os locais que estão utilizando o dinheiro do Fundescola. As pessoas são treinadas para acreditar nessa relação de insumo-produto e, de tanto ouvir, começam a acreditar.

A escola do assentamento Capão Bonito I está mais bem equipada, possuindo dois computadores com impressora, as salas de aula melhor adequadas, com ventilação boa. Os professores também moram no assentamento e se qualificam durante as férias.

Depois de conhecer parte das escolas rurais que a Secretaria de Educação atende, temos de concordar que transporte escolar é mesmo um grande problema, e, além disso, a frota deve apresentar inúmeros problemas devido ao estado precário das estradas, que não passam por manutenção.

Retomando a entrevista concedida pela secretária, quando perguntamos sobre o regime de trabalho dos docentes e sobre os salários ela afirmou: *"O regime de trabalho é de 22h/a ou 44h/a, o salário médio, hoje, na rede municipal, é de R\$200,00 (duzentos reais) por 22h/a". (TOOME, entrevista registrada em 26/03/2002).*

A secretária explicou que existe um plano de cargos e carreira dos docentes em tramitação na Câmara dos Vereadores. Se for aprovado, o salário inicial do professor graduado será de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais - nível 1), e de R\$525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais - nível 2) incluindo ainda outras categorias.

A municipalização da Escola Olinda de Brito foi imposta aos professores estaduais, ou seja, apesar de estarem envolvidos diretamente nesse processo, não foram consultados. Contudo, após serem comunicados que a escola onde lecionavam se tornaria municipalizada, foram tranquilizados pela então Secretária Estadual da Educação: Leme, que todos os seus direitos estariam garantidos por lei, o que de fato aconteceu até o ano 2000.

Toome posiciona-se a favor da municipalização, quando afirma que: *"(...) a municipalização do ensino, funciona melhor, por estar a administração mais próxima das escolas, dos professores e funcionários, facilita o bom andamento da Secretaria." (TOOME, entrevista registrada em 26/03/2002).*

A Secretária de Educação de Sidrolândia é também professora da rede estadual e ministrava aulas na escola Olinda de Brito quando foi municipalizada em 1993. De acordo com Toome: *"(...) a escola melhorou, a partir da municipalização, a única mágoa que guardo desse período é a falta de respeito com que o governo estadual/2001 tratou os professores." (TOOME, entrevista registrada em 26/03/2002)*

Em janeiro de 2001, o então Secretário Estadual de Educação, Pedro Kemp, obrigou os professores da Escola Olinda de Brito a retornar para a rede estadual, alegando que precisava deles. Entretanto, essa "necessidade" não se justificou, visto que não havia escolas para eles, elaborou um projeto que acontece apenas nos fins de semana em

assentamentos e colocou esses professores da escola municipalizada para lecionarem lá.

Alguns docentes, que preferem não se identificar, afirmam que tentaram de tudo para permanecer na Escola Olinda de Brito, até mesmo por meio de advogados, entretanto, o governo estadual/2001 suspendeu pagamentos e ficaram quatro meses sem receber. Para não perder os direitos adquiridos, como previdência, foram obrigados a fazer um acordo, receberam os quatro meses atrasados para efeitos legais, mas tiveram de devolver a importância ao governo.

De acordo com o Secretário Estadual de Educação, ao pagar o professor estadual para lecionar para o município, perderia dinheiro, pois o município recebia o FUNDEF relacionado aos alunos desses professores. Para resolver tal impasse sugeriu ao município que pagasse o salário dos seus professores, ou seja, devolvesse o que o governo estadual gastava para manter os professores cedidos. O prefeito que paga R\$200,00 (duzentos reais) para seu professor, não aceitou a proposta, porque o professor estadual é antigo na rede e ganha muito mais que isso, portanto prefere contratar novos professores.

O convênio entre o município de Sidrolândia e o governo estadual, foi encerrado. O governo cedeu o prédio da Escola Olinda de Brito à prefeitura de Sidrolândia, contudo, não há mais professores estaduais, todos foram substituídos por professores municipais.

A fala da secretária Toome, que vivenciou esse processo, traduz a frustração desses docentes:

Nunca tivemos problemas com os colegas da outra rede, nem mesmo em relação a salários, todos se entendiam. O problema foi só agora (2001) quando o governo estadual obrigou o retorno, e aí eu tive que ir para um assentamento porque nenhuma escola na cidade tinha vaga, então eu me sinto prejudicada em relação à vaga, porque saí de uma escola central para uma escola na zona rural (25 Km) (TOOME, entrevista registrada em 26/03/2002).

Para os docentes estaduais de Sidrolândia ainda existe o temor de que, se a rede municipal ampliar suas vagas, e a rede estadual diminuir ainda mais, eles correm o risco de os professores estaduais terem até de se deslocar da sua cidade, para continuarem empregados.

A Secretária de Educação afirmou não ter interesse em ampliar muito a rede, mas, como a região tem muito acampamento de sem-terra, talvez tenha de ampliar para atender os filhos dos acampados. Disse ainda que prefere construir escolas novas. Não gostaria de estar encampando escolas estaduais, justamente para que não ocorra com os colegas professores o que aconteceu com ela e os outros professores da Escola Olinda de Brito.

Nas escolas municipais de Sidrolândia a relação autonomia das gestões escolares e participação da comunidade mostra-se incipiente. Verificamos a ausência de mecanismos que garantam a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, todas as

escolas possuem APM, mas não é mérito, e sim uma exigência para poder utilizar os recursos do PDE.

Nem todos os professores são concursados, a tendência é substituir todos os professores contratados pelos concursados que aguardam chamada. Já o cargo de diretor ainda é indicação política, ou cargo de confiança, a secretária alega que vem tentando mudar esse perfil, mas que não está nada fácil.

Segundo ela, as escolas conseguem gerenciar as verbas que recebem (o dinheiro vem dos projetos do Fundescola: PDE, PDDE, Escola Ativa); esses recursos exigem uma prestação de contas rigorosa, daí os professores terem sido bem orientados, inclusive para escolher direito o material a ser adquirido.

Chama realmente a atenção a quantidade de informações que a escola deve prestar para que consiga receber os recursos do Fundescola.

(...) no último documento setorial, o BM afirma que uma maior participação social e a construção de um amplo consenso nacional são condições para a viabilidade da reforma educativa. No entanto, a relação do BM com os governos e a negociação dos empréstimos destinados à reforma do sistema educativo não se atém a essa lógica. Tipicamente, as políticas e os projetos financiados pelo BM nos países em desenvolvimento são discutidos e negociados no hermetismo, nas cúpulas, sem informação e muito menos discussão, participação ou busca de consenso social. Empréstimos e projetos são definidos a portas fechadas e a documentação é zelosamente protegida do acesso público. A "transparência" e a "prestação de contas" que o BM aconselha aos governos e aos sistemas escolares como característica de uma gestão educativa moderna e eficiente não são aplicáveis a seus próprios estilos de gestão (TORRES, 1996, p.182).

A citação mostra exatamente o que vem ocorrendo para poder utilizar os recursos do Fundescola, uma exigência de transparência nas prestações de contas que difere muito dos mecanismos internos nos acordos internacionais fechados pelo Banco Mundial.

Toome acredita que as escolas estão caminhando para uma autonomia financeira cada dia maior e explicou:

Eu acho que o PDE com suas limitações educa o professor, funcionário e diretor que não estavam acostumados a ter esta verba na escola, ele direciona, educa. A partir do momento que tiver tudo na mão sem burocracia vai saber administrar, ou seja, no futuro não vai ser preciso tantas amarrações (TOOME, entrevista registrada 26/03/2002).

A Secretaria de Educação de Sidrolândia hoje não possui professores leigos, mas, a partir de 2006, poderá ter problemas, pois duas professoras não estão cursando a graduação. Nos assentamentos e na aldeia ainda existem professores não habilitados, ministrando disciplinas específicas.

A secretária assevera que as verbas que recebe não são pontuais e são

insuficientes.

(...) a verba da merenda atrasou, as aulas começaram em fevereiro e a verba só chegou agora, se eu não tivesse guardado um pouco do ano passado, não teria como alimentar até hoje os alunos. Mesmo o dinheiro do PDE atrasa, quando chega os professores têm que refazer as ações, normalmente está chegando em agosto, a escola ativa não vem verba, vem o material e também atrasa (TOOME, entrevista registrada 26/03/2002).

Na fala da professora Toome, identificamos que o descaso com a educação permanece. Continua existindo a situação de que os governos prestam um favor em oferecer as verbas, e os atrasos tornam-se corriqueiros. A impressão que temos é que cabe aos sistemas de ensino se adaptarem, fazer reserva do recurso que chegou até a escola, reformular todo um projeto. Esses atrasos prejudicam os andamentos dos projetos e da educação como um todo, percebemos a resignação, em vez da indignação da professora Toome, fato preocupante, visto que as Secretarias de Educação e as unidades escolares deveriam se unir e exigir dos governantes a pontualidade das verbas.

O município de Sidrolândia ainda não possui um Conselho Municipal, só possui o Conselho do FUNDEF. Novamente vemos aqui a exigência legal, como as APMs nas escolas.

A Secretaria de Educação de Sidrolândia possui 10 unidades escolares, sendo 05 urbanas e 05 rurais, e um total de aproximadamente 231 professores. Existem vários alunos oriundos de fazendas, sítios e chácaras da região que estudam nas escolas de Sidrolândia, esses alunos acordam de madrugada para chegar às escolas. A secretária informou que não organizou um horário diferenciado para eles porque para isso precisaria manter escola e professores também diferenciados.

Ao concluir sua entrevista, ela reafirmou seu apoio à municipalização:

Eu não sei se é porque o município está mais pertinho da escola que é válida a municipalização, para nós foi válida a experiência, o único problema é com relação aos funcionários estaduais, pois vão acabando as vagas dos professores estaduais, e a gente não pode ser egoísta assim. Para a escola foi bom, porque nas escolas estaduais muitas vezes não tinha nem giz. Quantas vezes eu comprei o giz para poder dar aula, o mínimo não existia e hoje eu vejo que a escola tem de tudo, eu atribuo isto em parte à municipalização e a outra ao Fundescola, eu acredito que nós temos mais materiais que as escolas particulares (TOOME, entrevista registrada 26/03/2002).

Na fala da secretária percebemos o apoio também às verbas do Fundescola. Computamos esse apoio ao descaso que o ensino tem recebido do governo estadual no interior de Mato Grosso do Sul. Por meio das fotos, podemos analisar o contraste entre uma escola estadual e a Escola Olinda de Brito, hoje municipalizada, lembrando que ambas são

centrais. (Vide fig. 11 e 12)

4.1.1 A Escola municipalizada Olinda de Brito

A Escola Olinda de Brito, em passado não muito distante, era administrada pela Secretaria Estadual de Educação, entretanto, a Secretária Estadual de Educação, Leme, de idéias arrojadas para sua época, decidiu municipalizar as escolas, isto antes do FUNDEF. *“Nós resolvemos fazer a experiência com algumas escolas de Campo Grande, Dourados e alguns outros municípios que se dispuseram a fazer, a gente esperava que o município entendesse a importância da aplicação dos 25%”. (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001).*

A professora informa que precisou de um esforço muito grande para convencer os prefeitos a aceitarem participar do Programa de Descentralização, mas algumas prefeituras aceitaram o desafio da inovação, entre elas, o pequeno município de Sidrolândia aceitou administrar a Escola Olinda de Brito que fica localizada na zona urbana e atende o Ensino Fundamental da 1ª à 8ª série.

Durante toda a entrevista, Leme demonstra satisfação por ter antecipado, em sua gestão, o que, por força da lei, foi ampliado em seguida. Talvez, se ela soubesse o que ocorreu com os professores dessa investida inovadora, ficaria decepcionada com o que foi feito do seu projeto.”(...) *na minha opinião a cedência do professor para estas escolas municipalizadas era o mínimo que o Estado deveria fazer, garantindo todos os direitos dele”.* (LEME, entrevista registrada em 18/09/2001, grifo nosso).

Infelizmente, não podemos legislar pensando no futuro, porque em nosso país, muitas vezes, a lei é letra morta. Se o programa garantia mesmo os direitos dos professores, esqueceram-se de mostrar para o Secretário de Educação Estadual/2001, que fez de tudo, até prejudicar seus professores, para não ter, segundo ele, “prejuízos financeiros”.

A Escola Olinda de Brito passou sete anos municipalizada e nesse período alguns professores estaduais foram voltando para as escolas estaduais, e professores municipais foram substituindo-os, mas a escola só melhorou, segundo os professores e pais de alunos.

A escola atualmente está sendo administrada pela Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia e recebe recursos financeiros também do Ministério da Educação - FNDE.

Hoje, a escola possui uma infra-estrutura adequada ao seu funcionamento: possui 12 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala para os professores, 01 quadra de esporte, 01 pátio descoberto, 01 cantina e 10 banheiros, é uma escola que demonstra estar bem cuidada. Os

recursos humanos de que a escola dispõe são: 01 diretor com graduação em Letras; 01 Coordenador com curso superior de Pedagogia; 28 professores, sendo 05 com Ensino Médio/ Magistério, 20 com Ensino Superior (licenciatura), e 03 cursando licenciatura.

Atende 674 alunos, distribuídos entre a 1ª e 8ª séries, conforme pode-se observar na tabela 30, sendo que 70% desses alunos vêm da zona rural.

TABELA – 30 Matrícula Inicial – 2002

Turnos	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total
Matutino	26	25	27	30	60	68	70	52	358
Vespertino	28	27	26	31	58	65	39	42	316
Total	54	52	53	61	118	133	109	94	674

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sidrolândia/MS/2002

O aproveitamento escolar dos alunos no ano de 2001 mostra-se bem positivo, não alcançando a faixa de 10% de reprovação, conforme a comprovação na tabela 31.

TABELA – 31 Aproveitamento dos alunos de 1ª a 4ª série - ano de 2001

Série	Matr. Inicial	Adm. Após Março	Transf.	Aband.	Aproveita- mento	Reprov.	Matr. Final	Ind. de Aprov.	Ind. de Rep.	Ind. de Aband.
1ª	47	10	11	-	42	4	46	91,3%	8,7%	-
2ª	44	11	10	02	40	3	43	88,9%	6,7%	4,4%
3ª	41	08	06	-	39	4	43	90,7%	9,3%	-
4ª	50	09	10	03	43	3	46	87,8%	6,1%	6,1%
Total	182	38	37	05	164	14	178	89,6%	7,7%	2,7%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sidrolândia/MS/2002

O aproveitamento escolar dos alunos no ano de 2001 diminuiu a partir da 5ª série, como podemos observar na tabela 32, logo abaixo.

TABELA – 32 Aproveitamento dos alunos de 5ª a 8ª série - ano de 2001

Série	Matr. Inicial	Adm. Após Março	Transf.	Aband.	Aproveita- mento	Reprov.	Matr. Final	Ind. de Aprov.	Ind. de Rep.	Ind. de Aband.
5ª	108	36	21	03	99	21	120	80,5%	17,1%	2,4%
6ª	110	12	19	03	90	10	100	87,4%	9,7%	2,9%
7ª	98	15	12	04	91	06	97	90,0%	6,0%	4,0%
8ª	106	09	25	01	82	07	89	91,1%	7,8%	1,1%
Total	422	72	77	11	362	44	406	86,8%	10,6%	10,6%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sidrolândia/MS/2002

Na próxima tabela, podemos verificar quais são as disciplinas críticas²², com suas respectivas séries e turmas.

TABELA – 33 Disciplinas críticas de 5ª à 8ª séries

Disciplinas	Série	Turma	Turno	Índice de Reprovação
Português	5ª	A	Matutino	16,0%
Matemática	5ª	A	Matutino	12,5%
Português	5ª	B	Matutino	12,0%
Matemática	5ª	C	Vespertino	12,0%
Português	8ª	B	Vespertino	13,0%
Inglês	8ª	B	Vespertino	13,0%
Ciências	5ª	B	Matutino	12,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Sidrolândia/MS/2002

Segundo informações colhidas na Secretaria de Educação, esses dados acima elencados só estão disponíveis por conta do PDE, pois o mesmo exige que, para uma escola participar do programa, deve preencher relatórios com tais dados.

A coordenadora do programa explica que, antes do PDE, a direção escolar e os professores não se preocupavam em fazer levantamentos para verificar o aproveitamento dos alunos. Ainda, segundo ela, essas disciplinas, consideradas pela Avaliação Institucional como críticas, vão ser objeto de Projetos Específicos, para suprir tais dificuldades, ou seja, os professores vão montar um projeto, com previsão de gastos, encaminhar para o PDE, que irá enviar as verbas para sua execução.

4.1.2 A rede municipal de educação de Sidrolândia sob o olhar dos professores

Durante nossa visita à cidade de Sidrolândia, professores da Escola Olinda de Brito, hoje todos funcionários municipais, nos revelaram fatos interessantes.

Na Escola Municipal Olinda de Brito de Sidrolândia entregamos dez questionários, entretanto, só obtivemos o retorno de cinco.

²² Disciplinas críticas aqui entendidas como disciplinas em que os alunos apresentam maiores dificuldades e que culminaram em maiores índices de retenção.



TABELA 34 – Identificação dos professores da Escola Olinda de Brito Sidrolândia

Professores	Sexo	Escolaridade	Experiência Profissional	Escola Central
01	F	Ensino Médio	14 anos	X
02	F	Ensino Superior	07 anos	X
03	F	Ensino Superior	01 mês	X
03	F	Ensino Médio	06 anos	X
04	F	Ensino Superior	06 anos	X
05	M	Ensino Superior	07 anos	X

TABELA – 35 Vínculo empregatício

Professores concursados	80%
Professores CLT	20%

A primeira informação que obtivemos foi a de que a grande maioria dos docentes, 80% são concursados; no ano anterior houve um concurso na rede e muitos professores que foram aprovados ainda estão sendo convocados.

TABELA – 36 Grau de satisfação com o trabalho

Alto 90%	Médio 10%	Baixo -
-------------	--------------	------------

Interessante notar que 90% dos professores estão satisfeitos com seu trabalho, um dado que revela que a municipalização, nesse caso específico, tem sido benéfica.

Em relação ao salário, mesmo sendo baixo, ainda encontramos 40% dos docentes satisfeitos, fato que, na nossa concepção, é grave, haja vista que os salários desses professores não ultrapassam o salário mínimo.

Em conversas informais, conseguimos alguns indícios do porquê dessa satisfação. Sidrolândia é uma cidade pequena, com poucas oportunidades de emprego; quem tem a opção de estar trabalhando como funcionário público e recebendo, mesmo que seja um salário mínimo por 20h/a, sente-se gratificado, pois, sem esse emprego, teria de buscar outra alternativa na Capital, que fica a 64 Km de distância.

TABELA – 37 Satisfação do professor com o salário

Satisfeitos 40%	Insatisfeitos 60%
--------------------	----------------------

Novamente nos surpreendemos com o resultado da pesquisa, como já afirmamos não existem mecanismos institucionalizados (Colegiados de Curso, Conselhos Escolares)

que garantam uma participação efetiva e democrática da comunidade escolar, mas os resultados revelam que apesar disso trata-se de uma escola 100% democrática, por isso é realmente um dado relevante. Mais relevante ainda, por se tratar de uma diretora não graduada em Pedagogia, é licenciada em Letras; e, também, por ser esse cargo uma indicação política.

Tivemos oportunidade de conversar com a diretora, que se mostrou bastante simpática, entretanto, por conta de suas atribuições, não aceitou participar de uma entrevista.

TABELA – 38 Relação professor X direção

Autoritária	Intermediária	Democrática
-	-	100%

Como era de se esperar, na escola democrática funciona tudo muito melhor; gerenciar as verbas passa a ser uma função do grupo e novamente temos 100% dos docentes aprovando o trabalho.

TABELA – 39 Percepção do professor sobre a capacidade de gerenciamento de verbas pela escola

Bom	Ruim	Não sei
100%	-	-

O retrato da Escola Olinda de Brito é, sem dúvida, muito bom. Até a quantidade de alunos, por turma, está dentro da média aceitável, não existem classes superlotadas.

TABELA – 40 Quantidade de alunos por turma

Até 30	Até 35	Até 40
40%	60%	-

A qualidade do ensino, segundo os docentes, tem melhorado; poucos, 20% acham que piorou, mas não entraram em detalhes, se o motivo foi a municipalização. O parâmetro utilizado como referência de período nesta questão foram os últimos dez anos.

TABELA – 41 Qualidade do ensino

Melhorou	Piorou	Não respondeu
80%	20%	-

De acordo com os dados, 80% dos alunos da escola são considerados bons pelos

seus professores, e, apenas 20%, razoáveis; nenhum professor classificou seus alunos como péssimos.

TABELA – 42 Percepção do aluno pelo docente (em relação à aprendizagem)

Ótimos	Bons	Razoáveis	Péssimos
-	80%	20%	-

Perguntamos aos docentes da Escola Olinda de Brito se estão estudando atualmente e apenas 40% responderam que estão cursando graduação. Os 60% que não estudam já concluíram sua graduação. Os professores que estudam têm de se deslocar para Campo Grande, porque em Sidrolândia não existem instituições que ofereçam Curso Superior.

4.1.3 Entrevista com uma professora, funcionária do Estado, cedida ao município de Sidrolândia, obrigada a retornar para uma escola estadual em 2001.

A professora que preferiu não se identificar, é concursada, trabalha para o Estado há mais de 10 anos, lecionando para o Ensino Fundamental e concedeu essa entrevista registrada em 26/03/2002.

A escola em que ela trabalha hoje é estadual e fica no centro de Sidrolândia.

Perguntamos a ela se está satisfeita com o trabalho e ela respondeu que sim, porque foi o que ela escolheu fazer.

Quanto aos entraves que ocorrem na realização do seu trabalho, foi segura ao dar sua resposta *“Falta de recursos; desinteresse de muitos alunos; falta de disciplina dos alunos; local inadequado, ou seja, o prédio escolar sem infra-estrutura.”* (Entrevista registrada em 26/03/2002).

A professora disse-nos também que trabalha 40h/a para a Secretaria Estadual de Educação.

Questionamos sobre a municipalização, e sua resposta foi um tanto evasiva: *“Eu penso que tendo condições e recursos para trabalhar qualquer das redes estadual ou municipal pode modernizar o ensino. O problema são os profissionais que ficam sem local para trabalhar.”* (Entrevista registrada em 26/03/2002).

Por meio da sua entrevista conseguimos informações sobre diversos aspectos:

- a) Gestão escolar: relatou que a direção da escola em que ela trabalha é muito boa e a considera “democrática até demais”.

- b) Verbas: referiu-se ao PDE, afirmando ser a primeira vez que a escola dela vai receber e tem certeza vai saber utilizar e gerenciar satisfatoriamente os recursos.
- c) Critérios da escolha do diretor escolar: informou que seguem o padrão de todas as escolas estaduais, a eleição.

A professora confirma a política de gestão participativa do governo estadual, dizendo que sua escola possui Colegiado Escolar e APM. Em relação à qualidade do ensino, a professora afirmou estar melhorando, graças aos esforços dos professores que procuram dar o melhor de si e considera seus alunos bons, pois os que não têm interesse, em relação ao número de alunos, são poucos.

Perguntamos à professora como foi servir à rede municipal, sendo funcionária da rede estadual, e sua afirmação comprova seu descontentamento: *"Confesso que não me sentia bem, porque, quando era do interesse do Estado, éramos deixados de lado por estar atuando na rede municipal e vice-versa. Nos sentíamos como um peixe fora d'água."* (Entrevista registrada em 26/03/2002).

A entrevista dá-nos uma visão do que ocorreu durante a vigência do convênio entre a rede estadual de educação e a rede municipal de Sidrolândia. Infelizmente, outros professores que ficaram com questionários não os devolveram, mas, pelas conversas informais que tivemos com eles, pudemos perceber que os maiores entraves foram a falta de parceria entre os governos e a falta de respeito para com os professores.

4.1.4 Em síntese

Este Capítulo tinha por objetivo verificar como funciona uma Secretaria de Educação de um município localizado no interior, e também a situação da Escola Olinda de Brito que havia sido municipalizada por meio de um convênio entre os governos estadual e municipal.

A pequena Secretaria de Educação de Sidrolândia surpreendeu-nos em todos os sentidos. Apesar da precariedade estrutural, percebemos, em todos os funcionários e no ambiente, *um clima de satisfação*, tivemos oportunidade de participar de reuniões entre coordenadores pedagógicos e docentes de escolas rurais e, em todos os momentos, observamos sinais de uma administração democrática.

Esse fato remete-nos aos estudos de Brunet, (1992, p.130):

O clima organizacional observado numa escola pode ser qualificado através



das mais variadas denominações que, geralmente, assentam em dois pólos de uma mesma escala contínua que são designados de aberto e fechado. Um clima fechado corresponde a um ambiente de trabalho considerado pelos seus membros como autocrático, rígido e constrangedor, onde os indivíduos não são considerados nem consultados. Pelo contrário, um clima aberto descreve um meio de trabalho participativo, no qual o indivíduo tem um reconhecimento próprio, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento do seu potencial (BRUNET, 1992, p.130).

Por meio de nossas observações e dos resultados coletados, via entrevistas e questionários, consideramos que as escolas e a administração da Secretaria de Educação de Sidrolândia estão pautadas no pólo aberto, descrito por Brunet.

Como destacamos no início deste trabalho, acreditávamos que os entraves de uma Secretaria de Educação de uma cidade do interior diferiam dos problemas encontrados na Capital. A secretária colocou-nos como maior problema o meio de transporte, pois grande parte de seus alunos são de zona rural.

A secretaria ainda tem procurado levar as escolas até a zona rural, para atender os alunos, que disseram preferir estudar mais próximo de suas casas a viajar todos os dias até Sidrolândia.

A Escola Olinda de Brito possui um ambiente muito agradável, é limpa, bem pintada, os professores são acessíveis e as crianças alegres. O que mais impressionou foi descobrir a maneira como acabou o convênio que o governo do Estado havia realizado com o governo municipal.

Apesar de todos os transtornos, os professores que sofreram esses excessos, não se colocam contra a municipalização, mas deixam bem claro que se preocupam com a continuidade, pois outros professores poderão participar de uma situação, no mínimo, perigosa.

Segundo informações de pais, alunos e professores, a Escola Olinda de Brito só melhorou com a municipalização, tanto a parte da infra-estrutura, como a parte pedagógica; é também considerada muito democrática, apesar de sua diretora exercer um cargo de confiança o que contradizem um processo democrático.

Bordignon & Gracindo (2001, p. 158-159) esclarecem:

A gestão do sistema de ensino e das escolas é, essencialmente, administrar, em níveis diferentes, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja - A Proposta Educacional, fundamentada num paradigma de homem e sociedade. Essa proposta, presente tanto no Plano Municipal de Educação, como no Projeto Político-Pedagógico da escola, define a cidadania que se quer, estabelece a finalidade do sistema e caracteriza a especificidade da organização escolar. Essa especificidade precisa ser identificada a partir da leitura das demandas da sociedade e dos espaços abertos na nova legislação (BORDIGNON & GRACINDO, 2001, p. 158-159)

De acordo com esses autores, a escola deve ter um projeto político-pedagógico que esteja ancorado em uma proposta maior, ou seja, no Plano Municipal de Educação. Contudo, esse planejamento que sabemos que é muito necessário, para saber aonde queremos chegar com a educação, está sendo esquecido e/ou substituído por Projetos Pontuais que tentam resolver um problema isolado, como funciona o PDE, financiado pelo Banco Mundial/Fundescola.

Pelas respostas dos questionários, sentimos que todos os docentes estão satisfeitos em trabalhar para a rede municipal de educação e percebemos que a secretária se mostrou uma educadora preocupada com os problemas educacionais da rede que coordena, inclusive assinalando que não está satisfeita com a maneira como se escolhe o diretor das escolas; entretanto, disse que já tentou junto ao prefeito modificar essa situação, mas ele ainda não se sensibilizou.

Não poderíamos deixar de revelar a nossa preocupação com a maneira como se vem propagando o PDE nas escolas municipais em Mato Grosso do Sul. Os professores são treinados de tal forma, que passam a considerar o programa maravilhoso, comparam suas escolas a indústrias, sem nem refletir sobre as conseqüências e a falta de recursos faz com que as pessoas encontrem, nesse tipo de programa, respostas para problemas imediatos, esquecendo-se dos maiores objetivos da educação.





Fig. 3 Vista da Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia/MS.



Fig. 4 Vista da escola municipal indígena – Sidrolândia/MS.



Fig. 5 Alunos da pré-escola indígena.

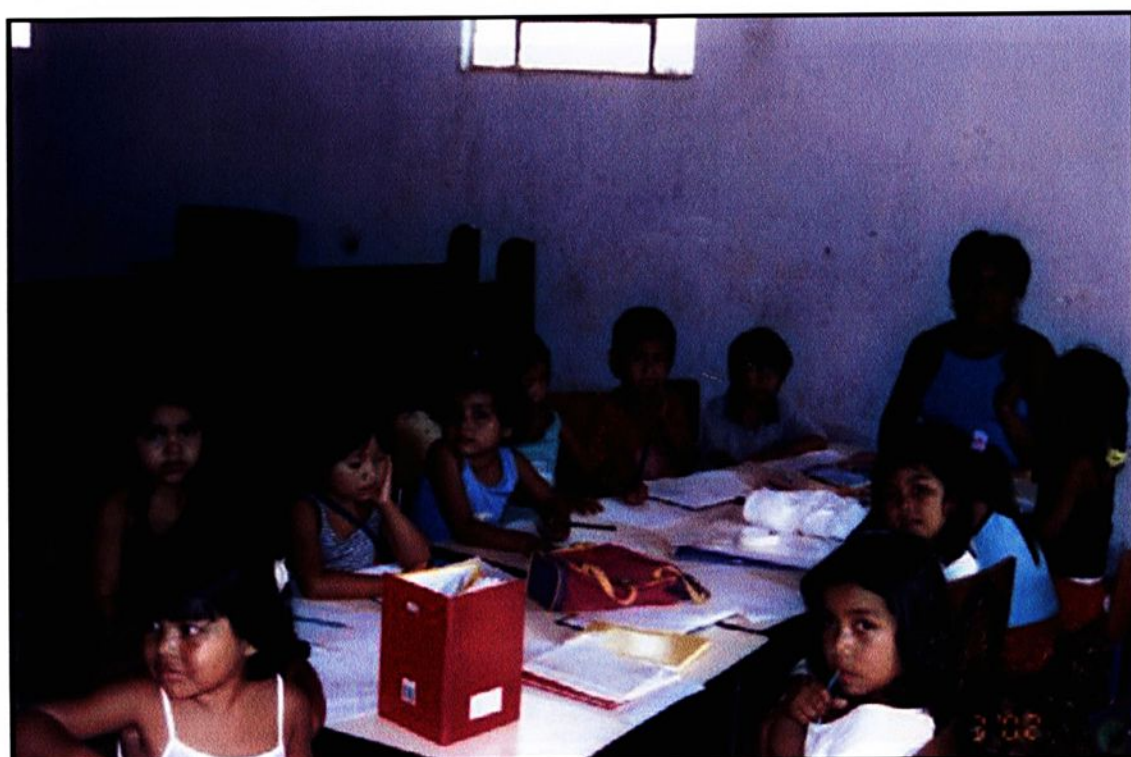


Fig.6 Sala de aula da pré-escola indígena.



Fig. 7 Professor de Língua Terena.



Fig.8 Alunos indígenas tendo aula de inglês.

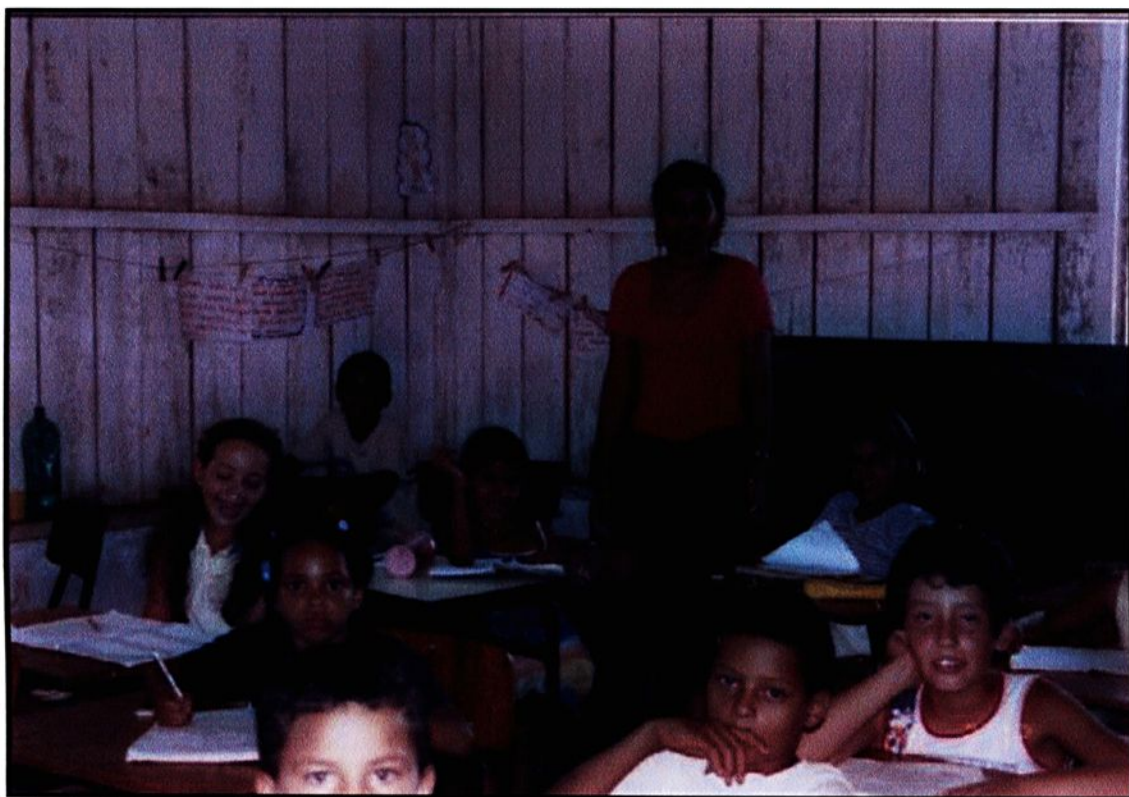


Fig. 9. Sala de aula do assentamento Capão Bonito II.

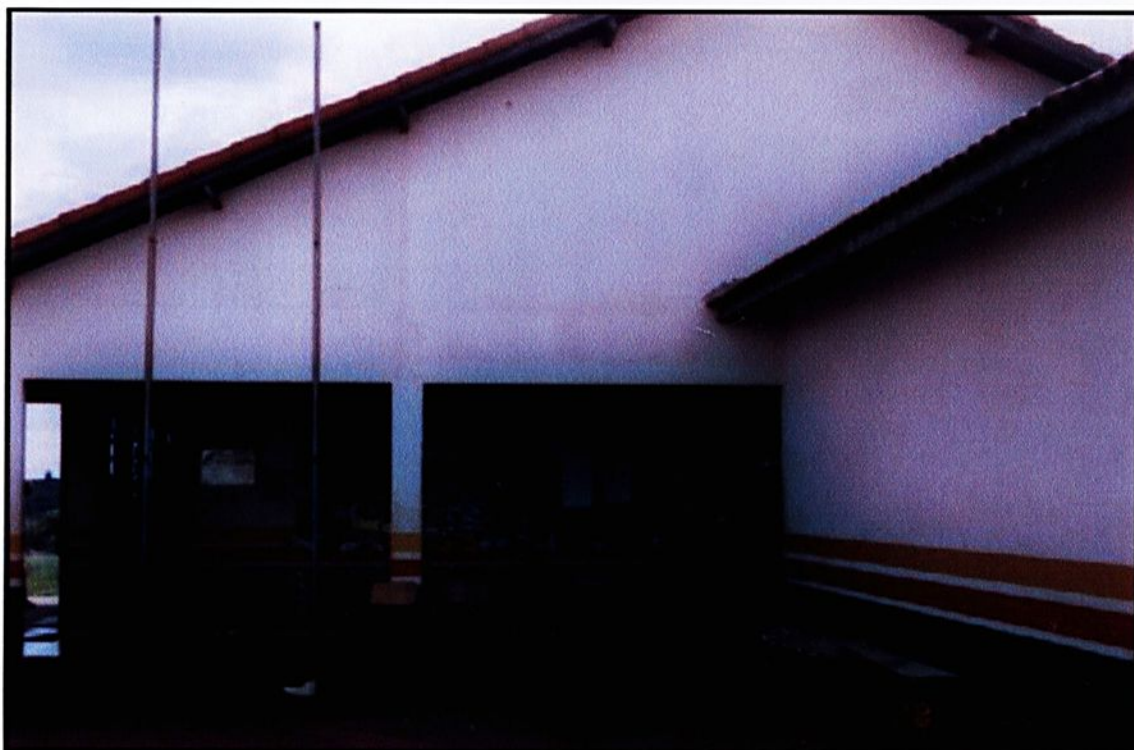


Fig.10 Vista da escola municipal do assentamento de Capão Bonito II.

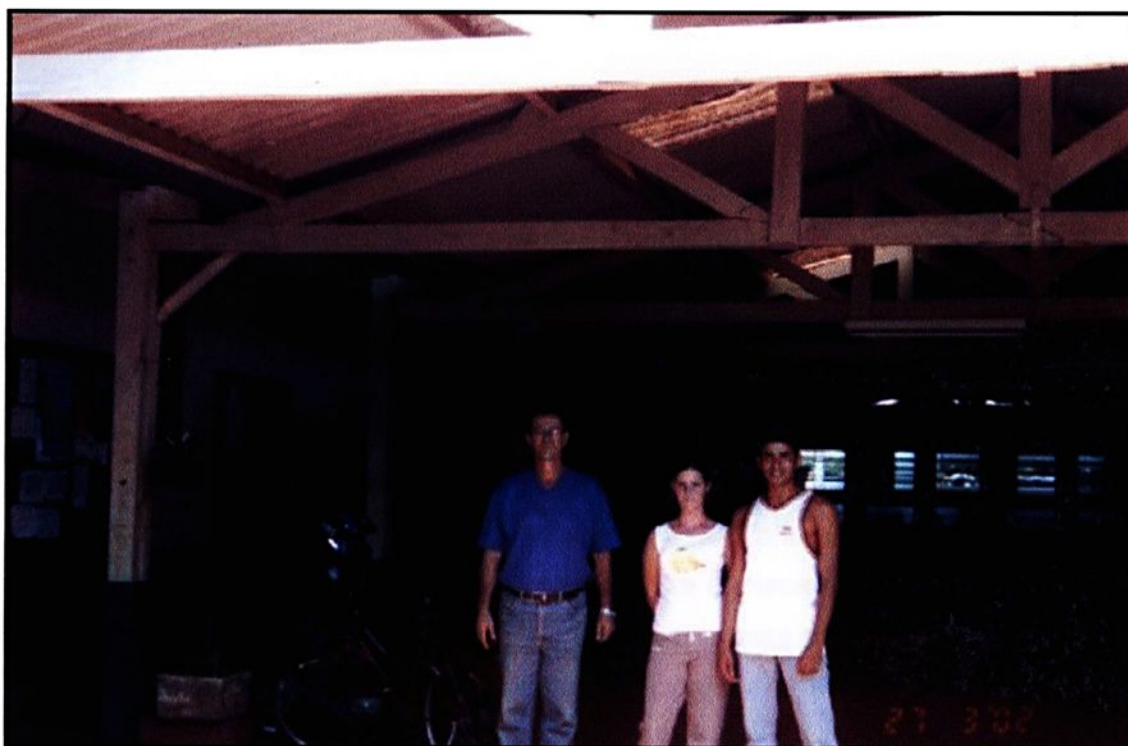


Fig.11 Vista da escola estadual central.



Fig. 12 Vista da escola municipal Olinda de Brito.

5. Conclusão

5.1 Contextualizando as políticas educacionais descentralizadoras

Diferentes correntes têm se manifestado, ora se opondo à municipalização ora defendendo-a. Fonseca (1997, p.159) afirma que é preciso ampliar a análise para além das fronteiras brasileiras e *"Nesse quadro confuso e ambíguo, é necessário que se aprofunde o debate a respeito da municipalização do ensino e se comece por algumas considerações sobre o contexto atual e as transformações pelas quais passa o mundo"*.

Barroso (1996, p.29) afirma-nos que a municipalização, assim como qualquer política educacional, deve estar a serviço de uma melhor qualidade da educação e do combate à exclusão escolar: *"O combate à exclusão escolar dos alunos não se pode travar unicamente, dentro dos 'muros da escola'. A vitória nesse combate passa pela integração da escola na sua comunidade de referência e pelo reforço da dimensão social do seu trabalho"*.

Refletindo sobre as premissas colocadas por esses autores e por outros citados ao longo deste trabalho, propomo-nos a examinar de modo analítico e contextualizado a influência das Secretarias de Educação na gestão das unidades escolares. Entretanto, não teríamos como concluir este trabalho sem fazer referências ao neoliberalismo que, desde meados dos anos 70, tem influenciado as políticas educacionais não apenas no Brasil, mas em todos os países.

O início da nossa reflexão sobre o tema deu-se pela preocupação de como ficaria a situação funcional dos professores concursados do Estado de Mato Grosso do Sul em meio ao processo de municipalização. Essa preocupação retratava também a preocupação de vários professores estaduais. O estudo e a pesquisa sobre o tema trouxeram-nos algumas respostas e muitas incertezas.

Procuraremos à luz das Teorias de Gestão, Descentralização e Autonomia interpretar criticamente a influência das Secretarias de Educação na gestão das unidades escolares.

Os resultados da pesquisa realizada para a elaboração desta dissertação mostraram-nos que a municipalização do Ensino Fundamental, aqui entendida como o município se responsabilizando por esse nível de ensino, vem ocorrendo no Estado de Mato Grosso do Sul.

A priori consideramos a municipalização do Ensino Fundamental positiva, desde que essa estratégia política tenha como objetivo a desburocratização, a melhoria da qualidade do ensino, assim como gestões mais democráticas e autônomas. Consideramos que a escola pública deve ser aberta ao público, pais e comunidade, que não só podem, mas devem participar da gestão escolar; que os professores precisam ter liberdade para desenvolver seu trabalho pedagógico e social sem interferências políticas, baseado em um projeto político-pedagógico, que reflita as expectativas de todos.

Vivemos um período de grandes transformações. Os Estados Unidos da América chegam a ser comparados por alguns às grandes potências na história do Ocidente, como a Grécia e Roma. O neoliberalismo exige uma nova interpretação do capitalismo, que se impõe com mais força. Novos tempos, novas ações e novas interpretações tornam-se aparentes no modo como atualmente se reorganizam as formas de trabalho.

As maiores mudanças apresentam-se nas transformações do saber, do conhecimento e de sua aplicação na vida cotidiana das pessoas. Essas transformações no mundo educacional trazem grandes dificuldades de compreensão e adaptação. As mudanças tecnológicas exigem rapidez, informação atualizada, porém não podemos desprezar a profundidade do conhecimento.

Vivemos uma profunda reestruturação cultural, que nos coloca diante de novas formas de socialização. O mundo da imagem ocupa um significativo espaço nesse processo, haja vista que a universalização aspirada pela escola está sendo obtida pela informação, via "fenômeno da imagem". Essa reorganização/reconstrução cultural é caracterizada por um grande consumo de signos e imagens e traz consigo mudanças nas formas de ver-sentir-conhecer-representar-aprender-amar.

Restaurar uma nova democracia em um mercado de mensagens produzidas industrialmente constitui-se um desafio, no qual se busca a participação no processo de organização da política e a descentralização pautada na "participação local", fato que se torna conflitante, pois pode ser a chave para uma democracia efetiva ou ainda ocultar em si a armadilha de um novo autoritarismo tecnocrático.

Como assinala Mejía (1994), os autores Durkheim, Marx e Weber que abriram o caminho por meio de suas contribuições para uma infinidade de reelaborações no campo das ciências sociais, também têm sido atingidos pelas transformações atuais.

Se tivéssemos que escolher, afirmariamos que, com base especialmente em três autores, DURKHEIM, MARX E WEBER, ganhou forma esse campo do saber que denominamos, na modernidade da ilustração, de Ciências Sociais. (...) Também para tais autores, o terreno sofreu abalos. DURKHEIM, em sua visão da Educação, parece ultrapassado pelos

elementos de uma nova socialização, que coloca sua força nos processos massivos da indústria cultura, iniciando nesse ponto um deslocamento paulatino dos fatores tradicionais de socialização no nosso meio: família e escola. (...) O pensamento de WEBER também viu-se atingido, nos últimos tempos, por questionamentos à sua visão da sociedade. (...) sua interpretação é cada vez mais questionada, tanto no pensamento pós-moderno – que, de um novo horizonte, aponta suas incoerências e incompetências – quanto no pensamento latino americano, que mostra, nas chamadas “culturas híbridas”, a presença da pré-modernidade e da pós-modernidade. (...) O pensamento marxista, por outro lado, sofre um profundo exame, gerado não só pelas crises dos socialismos reais, mas também pela maneira como alguns elementos centrais do seu pensamento sofrem transformações radicais (MEJÍA, 1994, p.55-56).

Para Habermas, citado por Mejía (1994), a ausência de perspectivas de sociedades fundadas no desenvolvimento tecnológico levou a uma dependência de uma concepção histórica baseada nas classes sociais e na violência gerada nesse processo. Essa visão teleológica (estudo de finalidades) levou à democracia constitucional, que derivou a terceira república, mas o Estado não conseguiu encontrar formas de reorganização e de confronto além da ditadura do proletariado.

Gorz, mencionado por Mejía (1994), destaca que Marx esperava que os indivíduos ao se apropriarem das forças produtivas iriam descobrir o caminho da atividade pessoal para o trabalho social, entretanto, a sociedade hoje corre em sentido contrário. O socialismo real acabou legitimando conquistas materiais, porém, geradoras de repressão internas e graves problemas no tecido social dos países socialistas. Esse socialismo foi incapaz de se mover na nova economia de alta tecnologia, fracassou na reprodução massiva de bens de consumo, ocasionando a queda do desenvolvimento econômico, perda de nível de vida, não conseguindo sobreviver em uma sociedade globalizada.

Na nova reestruturação política, notamos modificações na conduta e hábitos das pessoas, em suas relações com as instituições públicas como o Estado e nos mecanismos de construção do público. Isso nos revela um outro modo de ser e fazer política, que afeta por igual a direita, o centro e a esquerda. A seguir citaremos alguns elementos que, segundo Mejía (1994), anunciaram a acomodação da crise e a reestruturação política.

O desmantelamento do estado do bem-estar social: cai por terra a idéia de que o Estado deve intervir em favor dos mais necessitados e a convicção de que o estado do bem-estar era irreversível como conquista social da humanidade. O caminho fica livre para o capitalismo; a teoria econômica que possibilita o manejo econômico do mercado passa a ser vista como única alternativa para este início de século.

A deslegitimação da coisa pública: na tentativa de conseguir acordos, os partidos políticos abandonaram seus programas, produzindo a mercantilização da política, na medida em que a coisa pública é concebida como propriedade privada, chegando-se a uma

condição de privatização do público e a sua diminuição ao puramente estatal. Dessa forma, os partidos políticos foram substituindo as idéias representativas do espírito público pelos interesses de grupos, o que desembocou em uma "partidocracia" que acomete o Estado.

O **descrédito dos políticos**: decorrente da deslegitimação da coisa pública. Os políticos foram se afastando das suas bases e representando apenas interesses específicos.

A **perda de pertença a classes e movimentos coletivos**: a sociedade ao tornar-se mais aberta determina a perda das identidades coletivas, que se fragmentam e procuram outras representatividades. Na política, a imagem e os meios de comunicação produzem uma espécie de "política-espetáculo".

A **crise da democracia representativa**: as formas de delegação e representatividade que são as bases da democracia ocidental "debilitaram-se" na medida em que foram se universalizando. O Estado deste início de século, neoliberal (na economia) e neoconservador (na cultura e na política), busca bloquear essa representação, estabelecendo um regime contratual para a solução dos problemas.

É nessa reorganização social a partir do econômico que se efetua o fim do estado do bem-estar social, mediante a deslegitimação da organização, do protesto e da luta. No Brasil, nunca tivemos de fato um estado do bem-estar social, o que se viu por aqui foram algumas medidas populistas que, com um pouco de boa vontade, podemos encaixar como políticas relacionadas ao estado do bem-estar social, todavia, isso não impediu que chegassem ao país as idéias inovadoras que vieram para superar essa fase à qual nem havíamos chegado.

Os partidos políticos no Brasil também se encontram em fase de reestruturação. Difícil posicionar atualmente quem é de esquerda, direita ou centro, visto que as "alianças" entre esses partidos nem sempre seguem a lógica anteriormente estabelecida. Menos complicado talvez seja identificar os simpatizantes das políticas neoliberais, "(...) *que aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor*". (MARRACH, 1996, P.48)

Sendo assim, neste trabalho, podemos afirmar que o atual governo federal, posiciona-se a favor da municipalização do ensino, visto a legislação aprovada durante seu mandato. Em Mato Grosso do Sul, governado pelo José Orcírio Miranda dos Santos – PT, o oposto está ocorrendo e a municipalização do Ensino Fundamental não é incentivada. Na prefeitura de Campo Grande, André Puccinelli – PMDB, apóia a municipalização do Ensino Fundamental, contudo não se preocupa com a Educação Infantil e, a partir de 2002, parou também de oferecer o Ensino Médio. Em Sidrolândia, o prefeito Enelvo Iradi Felini – PDT,

também é a favor da municipalização do Ensino Fundamental e criou rede própria para oferecer esse nível de ensino.

Os resultados desta pesquisa indicam que os docentes da rede estadual de Mato Grosso do Sul estão mais satisfeitos com a forma de participação e de administração das unidades escolares do que os docentes da rede municipal de Campo Grande. Identificamos também que a corrente ideológica do Partido dos Trabalhadores mostra-se mais coerente com as propostas de participação e de gestão democrática que a dos demais partidos políticos envolvidos nesta pesquisa.

Observamos neste ponto um paradoxo, apesar de o governo do PT em Mato Grosso do Sul se opor à municipalização do Ensino Fundamental, investe em gestões escolares mais autônomas e participativas, o que ficou comprovado por meio desta pesquisa. Podemos então identificar que nem sempre municipalizar é sinônimo de "horizontalização" do poder e que o fato de as escolas estarem mais próximas da sua administração nem sempre significa relações menos burocráticas e mais democráticas.

As informações colhidas por meio dos docentes, aliadas ao critério de escolha dos dirigentes das unidades escolares, utilizado até o encerramento deste trabalho em 2002, pelo partido do PMDB (Campo Grande) e pelo PDT (Sidrolândia), demonstram fragilidade e incoerência com atitudes democráticas.

Depois dessa breve contextualização, acreditamos ser pertinente ressaltar o impacto do neoliberalismo na pedagogia, na política educacional, nas condições de trabalho do professorado da escola pública e principalmente sua relação com a municipalização do ensino.

Bianchetti (1997, p.114) reitera a necessidade de nos afastarmos da tendência ao reducionismo que não reconhece a complexidade e a lógica do modelo neoliberal e nos aprofundarmos na análise que muitas vezes mascara suas propostas como se fossem amplamente democráticas e participativas.

O autor relata também que as propostas descentralizadoras da educação têm suas origens na concepção global do modelo, que tem como característica principal a redução da esfera de ação do Estado, transferindo a responsabilidade na execução das políticas para âmbitos menores, o que coincide também com a proposta da necessidade de um maior controle dos pais sobre a educação.

Segundo Bianchetti (1997) a descentralização neoliberal é embasada por uma filosofia individualista e é imprescindível diferenciá-la das propostas de democratização do sistema apoiadas pelos setores democráticos e progressistas.

Ghiraldelli, Jr. (1996, p. 38-39) diz que, sob essa nova óptica neoliberal, a pedagogia deve pensar na educação de alguém que é apenas um corpo, portanto, só pode pensar em fazer da educação um treinamento, uma escola para alguém que é apenas um consumidor -

só pode pensar em fazer da escola uma empresa. Dentro dessa mesma linha de pensamento, a pedagogia como reflexão social, que articula os meios e discute os fins da educação, perde o sentido, pois a educação – treinamento e adestramento, não precisa de reflexão educacional.

Marrach (1996, p.45-49) afirma que, no discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança. Para a autora, a retórica neoliberal determina três objetivos à educação: 1) atrelar a educação à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao mercado; 2) tornar a escola um meio de transmissão de seus princípios doutrinários; 3) fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, ou seja, para além da privatização, o neoliberalismo deseja mais da escola, quer que ela funcione à semelhança do mercado.

Bueno (1996, p.71) não vê possibilidade na parceria do Estado e a iniciativa privada em um quadro de livre mercado, e faz analogia a uma dança com ursos ou de um banquete com leões, acredita que o empresariado do ensino visa apenas a lucro e considera que o poder público não deve deixar de assumir sua responsabilidade com a educação.

Silva Jr. (1996, p.75) retoma um ponto relevante das ideologias neoliberais, a flexibilização que anuncia a supressão de garantias institucionais e constitucionais destinadas ao exercício de direitos consagrados pelas lutas históricas dos trabalhadores e de toda a humanidade.

Na cidade de São Paulo, o Censo 2000 revelou que a categoria dos metalúrgicos com maior número de trabalhadores no último censo, perdeu para a categoria dos empregados domésticos, e talvez nunca essa categoria, apesar de maior em números, vai conseguir lutar por benefícios consagrados pela antiga ocupante do *ranking*. Essas informações remetem-nos a novas reflexões: a categoria dos trabalhadores metalúrgicos, que se impôs em determinado período da história sindicalista brasileira, perdeu seu espaço, caiu em número de trabalhadores e os que permanecem aprenderam a se calar, em contrapartida, os empregados domésticos, categoria até então excluída dos benefícios, apesar de aumentarem em número, apresentam poucos sinais de luta de classe, atitude típica da nova vertente.

Ainda segundo Silva Jr. (1996, p.84), a ideologia da flexibilização, associada às outras ideologias de conveniência já sedimentadas, entre elas, descentralização, participação, municipalização e ação comunitária, em breve estará no setor público, atendendo os preceitos da modernização das relações e os padrões da nova qualificação no trabalho.

Quando Silva Jr. escreveu esse texto em 1996,

(...) a ideologia de flexibilização, já onipresente no discurso governamental e no empresarial, ainda não penetrou as instâncias administrativas do sistema escolar público paulista. Mas certamente não demorará a impregná-lo. Associada às outras ideologias de conveniência já sedimentadas – descentralização, participação, municipalização e ação comunitária, – em breve estará nos informando de que, ao contrário do que pensávamos, estamos sim – e no atrasado setor público, quem diria? – atendendo aos preceitos da modernização das relações e aos padrões da nova qualificação no trabalho (SILVA JÚNIOR, 1996, p.84).

(...) pressagiu o que está ocorrendo atualmente com a municipalização. Os professores estaduais possuíam sindicatos organizados, isso em todos os Estados da federação, greves intermináveis espocavam durante todo o ano letivo. Com o advento da municipalização muita coisa mudou nesse cenário. O Estado ao transferir para o município a incumbência de oferecer o Ensino Fundamental, transferiu também o poder de vigiar, punir e, principalmente, de oferecer um piso salarial inferior ao da maioria dos professores estaduais.

A categoria dos professores perdeu muito. Atualmente, como corroboram os dados colhidos nesta pesquisa, professores municipais trabalham com um piso salarial bem inferior à média que recebiam antes pelos governos estaduais; as famosas greves por melhores salários foram sendo substituídas pela inércia, haja vista que a fiscalização é muito mais acirrada pela proximidade do governo.

No contexto de políticas neoliberais, não poderíamos deixar de assinalar nossa preocupação com os financiamentos educacionais patrocinados pelos recursos externos. Para tanto, vamos focalizar os estudos de Coraggio (1996 b). Segundo esse autor, o Banco Mundial preocupado com a distância educacional entre países em desenvolvimento e países industrializados, decidiu enfrentar três desafios principais: 1) melhorar o acesso à aprendizagem; 2) melhorar a eficiência dos sistemas de educação; 3) treinar e mobilizar recursos para tais fins. Dessa forma, a equidade em matéria de educação surge como condição para a eficiência econômica global.

Para o Banco Mundial, o sentido principal do sistema educativo seria a produção de recursos humanos para a nova economia. Para tal bandeira, existe uma justificativa econômica: *“a generalização do ensino primário para além da demanda prevista de empregos induzirá a manutenção de baixos salários junto com uma força de trabalho mais qualificada, ambas condições importantes para a competitividade internacional”* (CORAGGIO, 1996 b, p. 60).

A qualidade da educação surge então como condição da eficiência econômica, de uma perspectiva que vê o sistema educativo como setor produtor de insumos requeridos

pela economia. A qualidade educativa, na concepção do BM, seria o resultado da presença de determinados “insumos” que intervêm na escolaridade. Para o caso da escola de Ensino Fundamental, recomenda investir em três deles: 1) aumentar o tempo de instrução; 2) garantir o acesso a livros didáticos; 3) melhorar o conhecimento dos docentes (capacitação em serviço, formação inicial e ensino à distância). O Banco Mundial, em suas recomendações, desestimula os investimentos em laboratórios; salários docentes e redução do tamanho da classe, como podemos observar, trata-se mesmo de preceitos com um forte cunho econômico e nada pedagógico, se existisse alguma sinalização didático-pedagógica não seria possível admitir tais indicações.

Continuando sua lista de “recomendações”, o Banco Mundial aconselha a descentralização e Instituições Escolares Autônomas que passariam a responsabilizar-se por seus resultados, ou seja, os governos devem descentralizar, mas manter centralizadas quatro funções: 1) fixar padrões; 2) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; 3) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; 4) monitorar o desempenho.

As políticas dos organismos internacionais apresentam características que não podemos desconsiderar ao tratar do tema municipalização, principalmente em Mato Grosso do Sul que, por fazer parte dos Estados “beneficiados” pelo Programa Fundescola, vem se adequando às “recomendações”.

No Estado de Mato Grosso do Sul, até o ano de 2000, as escolas estaduais não eram obrigadas a participar desse programa. Segundo o Secretário Estadual de Educação, cada escola estadual tinha liberdade de participar ou não. Na rede municipal de Campo Grande não existia a possibilidade de escolha, todas as escolas eram obrigadas a participar do programa. A prefeitura municipal de Sidrolândia começou a participar do programa com algumas escolas e, em 2002, ampliou para todas as escolas da rede, atualmente até as escolas indígenas fazem parte.

Para além da participação nos programas do Fundescola, a pesquisa revelou-nos que as escolas “beneficiadas” pelos recursos dos programas estão aprendendo uma lição a mais, estão identificando seu trabalho com o de uma empresa e a fala de um diretor de uma escola participante do PDE, mencionada no Capítulo III, corrobora com tal afirmação.

Nos entremeios desta discussão, a qualidade do ensino parece esquecida. Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação - SAEB revelam que a Educação está em crise. Azevedo (1994, p.465) assevera que a qualidade do ensino de que necessitamos, é antes de tudo, a busca da universalização da escola básica de qualidade para todos, sem que esta esteja atrelada à economia e muito menos que seja regulada pelas forças livres do mercado.

Os resultados do Censo 2000 revelam dados importantes sobre a educação em nosso país. Em 1980, 80% das crianças em idade escolar estavam matriculadas; em 2000, alcançamos quase a meta da totalidade das crianças em idade escolar, com 97% de matrículas. Mas não podemos desconsiderar a existência de 53 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza; a desigualdade regional; a dívida pública que permanece; a corrupção; o saneamento básico precário; o desrespeito aos direitos humanos que são fatores essenciais que influenciam nos Projetos Educacionais. Sabemos hoje que atendemos os dados quantitativos escolares, precisamos ultrapassar essa meta para chegar aos dados qualitativos, que estão muito aquém.

Os exames do MEC realizados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação – SAEB mostraram que alunos da 4ª série de colégios particulares só sabem somar e diminuir e na rede pública conhecem apenas figuras geométricas simples como quadrado e triângulo. Essas informações fizeram com que o Ministro da Educação se pronunciasse admitindo que a ampliação da matrícula do Ensino Fundamental teve um custo muito alto: queda na qualidade da educação.²³

Tal revelação nos faz pensar que o dinheiro do Banco Mundial vem sendo mal empregado, ou que não existe base empírica para estabelecer uma relação entre a qualidade da educação e os recursos do BM. Isso nos remete a um questionamento sobre a necessidade de pesquisa junto às escolas que participam desses programas, avaliando especificamente a qualidade do ensino oferecida aos alunos. Não se trata aqui de interpretar os índices de aprovação, dados que o Banco considera ao avaliar tais programas, pois normalmente esses dados camuflam a aprendizagem real.

No Capítulo I, nossos estudos mostram que o processo de municipalização no Estado de Mato Grosso do Sul aconteceu de forma precipitada: a ânsia da professora Leme em fazer uma gestão marcada pela inovação, causou prejuízos aos docentes da rede estadual que foram “obrigados” a participar desse processo.

Não negamos que havia por parte da Secretaria Estadual boas intenções quando começou o programa “Descentralização do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul” instituído pela Lei nº 1.331, de 11 de dezembro de 1992; contudo, se tivesse aguardado um pouco mais, não teria conseguido se antecipar ao FUNDEF, motivo que a alegra, mas poderia ter evitado o descalabro de termos ainda hoje professores sendo prejudicados por tal feito.

Com o depoimento de Leme, percebemos que o que gerou esse processo foi seu envolvimento enquanto representante dos secretários estaduais na elaboração da LDB 9394/96. Ela revela que se empolgou e achou por bem antecipar, o que em um futuro breve

²³ Fonte: www.acordacidade.hpg.ig.com.br (Ministro Paulo Renato de Souza, 28/11/2000).



seria praticamente imposto aos municípios. Dentro desse contexto, podemos distinguir como característica desse processo a falta de planejamento vinculada a uma legislação precária que deixou espaço para os desmandos dos próximos governos.

No Capítulo II, a prefeitura de Campo Grande esclarece que por já possuir rede própria não teve interesse por convênios com o Estado. Esse fato, de certa forma, favoreceu os docentes estaduais residentes em Campo Grande, haja vista o que ocorreu com os docentes dos municípios que aceitaram participar desse convênio. Vale lembrar também que não existe mais a possibilidade de convênios, considerando que a municipalização do Ensino Fundamental não é política do atual governo estadual.

O Capítulo III, revela-nos o porquê de um município tão pequeno como Sidrolândia decidir assumir a responsabilidade de uma escola estadual, e isso nos remete a políticas impostas pelo governo estadual, ou seja, naquele momento, a política de convencimento citada pela professora Leme apresentava a vantagem de ser o governo maior "solicitando" ao menor que realizasse um convênio.

Mas nesse capítulo, verificamos também que a pequena Secretaria Municipal de Educação de Sidrolândia não se intimidou, cuidou tão bem da escola que lhe coube que no fim acabou ficando com ela. Os problemas enfrentados foram os docentes que deveriam, por força da lei, continuar a trabalhar na escola municipalizada, recebendo seus vencimentos pela rede estadual até suas aposentadorias, todavia, o governo atual, sentindo-se prejudicado - e novamente aqui se observa a falta de planejamento e a precipitação - obrigou os professores estaduais a deixarem essa escola conveniada, ou seja, transferiu-os sumariamente para escolas estaduais/ rurais.

Tanto no início desse processo, como no fim, o que se percebe é a falta de força dos pequenos municípios, afinal eles dependem de recursos estaduais que podem até não chegar caso tomem atitudes contrárias à vontade política do governador.

Viabilizar a municipalização em Mato Grosso do Sul transformou-se em tarefa para ser compartilhada com o Banco Mundial. Todos os municípios estão engajados no PDE, e os professores sendo treinados a pensar como o banco gosta.

Para além de todas as informações até aqui elencadas, vale assinalar que a essência da "municipalização do ensino" no Estado de Mato Grosso do Sul está na questão financeira.

O governo estadual (PT) mostrou-se favorável a municipalizar a Educação Infantil (2001), no entanto, o município de Campo Grande (PMDB) não quis. Campo Grande, mostrando também sua "generosidade", devolveu para o governo estadual o Ensino Médio (2002) que, por força da LDB, teve de assumir sozinho esse nível de ensino. Concluindo, não percebemos em nenhuma instância estadual ou municipal interesse incondicional pelos

níveis de ensino ou pela educação, mas a preferência, condicionada pelo recurso do FUNDEF.

5.2 Gestão democrática: um paradoxo entre escolas estaduais e municipais

Nesta pesquisa, investigamos também se o fato de as escolas do Ensino Fundamental estarem sob a gestão municipal, portanto, mais próxima da comunidade, favorecia ou não a democratização nas gestões escolares e concluímos que nem sempre essa relação é verdadeira.

No Capítulo I, em entrevista com o Secretário Estadual de Educação fomos informados de que a Secretaria Estadual de Educação incentiva a gestão democrática e a participação da comunidade na administração da escola. As escolas estaduais possuem direção colegiada, cujo colegiado tem representantes de todos os segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários administrativos e o diretor. Vale asseverar que desde 1990 as escolas estaduais são administradas por esse colegiado, pela Associação de Pais e Mestres e pelos grêmios estudantis, estimulando a participação dos pais e alunos na vida da escola.

Os diretores das Escolas Estaduais são eleitos pelos pares e a comunidade escolar, os membros do Colegiado também, inclusive no final de 2001 houve eleição, que antes era regulamentada apenas por um decreto que agora se tornou lei no Estado e está regulamentada no Estatuto dos Profissionais da Educação Básica, Lei Complementar 087, Artigo 74.

Os docentes da rede estadual confirmam as informações obtidas por meio da Secretaria Estadual de Educação e consideram a direção escolar democrática, em que sempre prevalece a decisão da maioria. Alguns docentes que trabalham em ambas as redes de ensino chegaram a fazer comparações. Observe-se: *"Numa rede, a direção é mais democrática (Estado), na rede municipal é mais autoritária". (professora da rede estadual/municipal); "Sim muito democrática, no Estado a diretora é escolhida pelo voto, ou seja, ela não tem cargo de confiança como no município". (professora da rede estadual/municipal).*

Entretanto, no Capítulo II deste trabalho, citamos a entrevista com a Secretária Municipal de Educação de Campo Grande, em que questionamos a respeito da autonomia escolar. Como resposta obtivemos que as escolas recebiam verbas para gastar de acordo com os projetos, pois participavam do Plano de Desenvolvimento Escolar – PDE – patrocinado pelo MEC/Banco Mundial. Depois de várias tentativas para saber maiores

informações sobre “autonomia”, concluímos que a única autonomia que existe na Secretaria Municipal de Educação - SEMED são os poucos recursos financeiros.

Sabemos que existe uma tendência forte em relacionar descentralização/municipalização com gestões democráticas, entretanto, na prática, isso não acontece. Como os autores estudados: Casassus, Arretche, Barroso, mostraram-nos ao longo deste trabalho, não existe base empírica para tal afirmação, e os resultados dos nossos estudos corroboram com os autores, haja vista que em Mato Grosso do Sul, especificamente, as Secretarias Municipais de Campo Grande e Sidrolândia revelaram aspectos antidemocráticos, sendo a escolha dos diretores escolares o principal deles.

Vale asseverar que, mesmo em Sidrolândia, onde observamos que a Secretária Municipal compartilha idéias de gestão democrática, não consegue realizar seu trabalho de maneira democrática, pois tem de atender as propostas centralizadoras da Prefeitura Municipal.

Rosar (1995, p. 317) também aponta a necessidade de desarticular esse binômio municipalização - democratização do ensino que, apesar de ser utilizado com frequência nos discursos oficiais, não corresponde à realidade.

O fato de a Secretaria de Educação do Município de Campo Grande estar próxima da comunidade não tem favorecido a direção de suas escolas a se tornarem mais autônomas e participativas, nesse caso, vale a ressalva de que o próprio perfil da secretária contribui para isso. Porém, temos de reconhecer que ela deve atender perfeitamente o que a Prefeitura Municipal espera de um Secretário de Educação.

Ezpeleta (s/d) defende a idéia de que os Conselhos Escolares se propõem a fortalecer a atenção que se presta à atividade pedagógica e ao conjunto de ações e relações que formam o movimento diário de uma escola. Mas, durante o desenvolvimento deste trabalho, não percebemos, em nenhum momento, a intenção de a SEMED implantar os conselhos escolares ou colegiados de cursos nas escolas sob sua jurisdição. Já na rede estadual, o Conselho, que recebe o nome de Colegiado, vem atuando juntamente com o Diretor Escolar eleito. Em Sidrolândia, também não existe Conselho Escolar nas escolas, contudo, faz parte das negociações da atual secretária implantá-lo, assim como realizar concursos públicos para o cargo de diretor, acabando com as atuais indicações políticas.

Constatamos, com este trabalho, que o apoio das lideranças de bairros e associações de moradores ainda se mostra incipiente, no entanto, acreditamos que o incentivo das Secretarias de Educação possa reverter o quadro, haja vista que para a comunidade participar efetivamente do processo educacional é necessário que se criem mecanismos e espaços democráticos.

Nesse panorama, concluímos este trabalho, enfatizando que a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, coerente com as políticas públicas atuais, aposta na

parceria dos pais, alunos e professores na busca de soluções para os muitos problemas das suas escolas e, ao transformar em lei a eleição de diretor escolar, assim como dos membros do colegiado, mostrou que bom senso e democracia não acontecem apenas em escolas municipalizadas, mas sim em boas administrações públicas.

Após a conclusão desta pesquisa, surpreendemos-nos com uma pequena nota que encontramos no jornal da cidade de Campo Grande²⁴ a qual informava que "Cargo de diretor da REME vira carreira do Magistério". O texto esclarecia que a prefeitura decidiu transformar o cargo de diretor e diretor-adjunto das escolas da rede municipal de ensino em carreira específica no magistério municipal. Informava ainda que será realizado um "Curso de Reciclagem" com 50 horas de duração e ao término do curso haverá um concurso de "seleção interna", com nota de corte sete.

Não se sabe o que será repassado nesse Curso de Reciclagem, nem o critério de participação. Todavia, é um avanço no processo de democratização acabar com a "indicação política" para os cargos de direção escolar.

Esperamos que essa atitude da Secretaria Municipal de Campo Grande que muito nos surpreendeu, tendo em vista os dados colhidos durante esta pesquisa, não seja apenas um recurso utilizado em ano eleitoral, mas o início de um processo mais democrático para o preenchimento de cargos de diretor e diretor-adjunto nas unidades escolares municipais de Campo Grande e que essa mudança de atitude reflita nas Secretarias dos municípios menores de Mato Grosso do Sul e, assim, quem sabe, possamos pensar em escolas mais democráticas que cumpram seu papel social.

²⁴ Fonte: Folha de Campo Grande, 14 a 20/07/2002, p. 5.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: MAAR, W. L. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALVES, A. J. O Planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Cortez, nº 77, p. 53-71, 1991.
- ARRETCHE, M. T.S. **Mitos da descentralização**: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, nº 31, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Informação e documentação. Apresentação de citações em documentos (NBR 10520). Rio de Janeiro:IBBD,2001.
- _____. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação (NBR 14724). Rio de Janeiro: IBBBD, 2001.
- ÁVILA, V. F. de. **Municipalização para o desenvolvimento**. Campo Grande: UFMS/PREG, 1993.
- AZANHA, J. M. P. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. In: AZANHA, J. M. P. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (Publicado originalmente em Estudos Avançados, São Paulo, USP), v.5, nº 12, 1991.
- AZEVEDO, J.M.L. de. A temática da qualidade e a política educacional no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, nº 49, 1994.
- _____. As relações sociais no Brasil, a política educacional e os desafios para uma educação de qualidade. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Paulo: ANPAE, v.13, n.1, jan. jun. de 1997.
- BANCO MUNDIAL.. **Educación primaria**. Washington D.C. (Documentos de política del Banco Mundia)l, 1992.
- _____. **Brazil: State of Espírito Santo: Basic Education Project: staff appraisal report**. Washington D.C., 1995.
- BARROSO, J. Da exclusão escolar dos alunos à inclusão social da escola: Que sentido para a territorialização das políticas educativas? – **Conferência no Fórum Nacional de Projectos – PEPET 2000**. Lisboa, 1996.
- _____. A autonomia e gestão das escolas. Editoração Gráfica: **Editorial do Ministério da Educação**. Lisboa, 1997.
- _____. **O estudo da autonomia da escola**: da autonomia decretada à autonomia construída. Lisboa, 1995.

- _____. Construindo modelos de gestão escolar – Cadernos de organização e gestão escolar. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Lisboa, 1995.
- BIANCHETTI, R. G. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N.S.C. & AGUIAR, M. A. S. da. (Orgs.) **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BUENO, M. S. S. As políticas brasileiras atuais para a educação básica e a onda neoliberal. In: GUIRALDELLI, P. Jr., (Org.) **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- BRASIL, **Emenda Constitucional nº 14**, de 13/09/1996.
- _____. **Lei nº 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20/12/1996, publicada no Diário Oficial da União em 23/12/1996.
- _____. **Lei 9.424, de 24/12/1996** (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e dá outras providências).
- BRUNET, L. Clima de Trabalho e eficácia da escola. In: NÓVOA, A. et al. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- CASASSUS, J. Descentralização e desconcentração dos sistemas educacionais na América Latina: Fundamentos e crítica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Cortez, nº 74, p. 11 Ago., 1990.
- _____. Descentralización a la escuela y calidad de la educación: ¿Mitos o realidades? **UNESCO**, Jun, 1998 (MIMEO).
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Educação, Comunidade e Poder Local. **Actas do Seminário**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 1995.
- CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. de, et al. (Orgs.) **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996 a.
- _____. **Desenvolvimento humano e educação**. v.1. São Paulo: Cortez, 1996 b.
- _____. Educação para a participação e a democratização. In: GARCIA, P. B. (Org.) **O pêndulo das Ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- CORREIA, J.; STOLEROF, A.; STOER, S. A ideologia da modernização e o sistema educativo. In **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte: PUCMG, nº 12-13. 1993.
- CUNHA, D. M. Gestão democrática versus autonomia decretada: dilemas atuais na administração da escola pública. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, nº 2, Ago./Dez., 1997.

- D' ESPINEY, R.; CANÁRIO, R. (org). Uma escola em mudança com a comunidade. **Projecto ECO**, 1986-1992. Experiências e Reflexões. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1994.
- DAVIES, N. **O FUNDEF e o orçamento da educação**: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.
- DEEM, R.; BREHONY, K.; HEATH, S. **Active Citizenship and the Governing of Schools**. Buckingham: Open University Press. 1995.
- DEMAILLY, L. **Le collège**: crises, mythes et métiers. Lille: Presses Universitaires de Lille. 1991.
- DEROUET, J. L. **L'École et Justice**. De l'égalité des chances aux compromis locaux. Paris: Métailié, 1992.
- EDUCAÇÃO. <http://www.uol.com.br/aprendiz/noticias>. 09/05/2002.
- _____. <http://www.acordacidade.hpg.com.br>. 28/11/2000.
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- EZPELETA, M. J. Sobre las funciones del consejo tecnico: Eficacia pedagogica y estructura de poder en la escuela primaria. **Departamento de Investigaciones Educativas**. Centro de Investigacion y de Estudios Avanzados del Inst. Polit. Nacional s/d.
- FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- FONSECA, J.P. Municipalização do ensino: entre medos e esperanças às vésperas do terceiro milênio. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, volume 13, n.2, jul./ dez. 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 4 ed., 1980.
- GADOTTI, M. **Escola cidadã**: uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Cortez, 1992.
- GENTILI, P. **A falsificação do consenso**. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. SILVA, T. T. (orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias da reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUIMARÃES, J. L. **A municipalização do ensino fundamental e o impacto da Emenda Constitucional nº 14 sobre os municípios paulistas**. 1998, Tese (Doutorado em



Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília/SP.

_____. **Desigualdades regionais na educação: a municipalização do ensino em São Paulo.** São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

GUIRALDELLI, P. Jr., Pedagogia e infância em tempos neoliberais. In: GUIRALDELLI, P. Jr. (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.

GRACINDO, R. V. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. Adap. Do texto originalmente elaborado para **Curso de Capacitação de Secretários Municipais de Educação do Nordeste**, Promovido pelo Projeto Nordeste e UNICEF.

HELD, Modelos de Democracia, 1992. In: BARROSO, J. A autonomia e gestão das escolas. Editoração Gráfica: **Editorial do Ministério da Educação.** Lisboa, 1997.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola**, 2ed. Campinas: Papirus, 1997.

KEITH, S.; GIRLING, R. **Education, management and participation: new directions in educational administration.** Boston: Allyn and Bacon. 1991.

LIMA, L. Reformar a administração escolar: a recentralização por controle remoto e a autonomia como delegação política. In: **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 8, n.º 1, 1995.

LOBO, T. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Cortez, nº 74, ago., 1990.

LOUIS, F. **A descentralização e a autonomia dos estabelecimentos em França: Balanço e Perspectivas – A administração da Educação – Os caminhos da descentralização.** Lisboa: Edições Colibri, p.25-51, 1996.

MAIA, E. M. A municipalização do ensino em processo: A experiência do Estado de São Paulo. **Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo: Cortez, ano 9, nº 16, p.10-16, 1990.

MATO GROSSO DO SUL, **Lei nº 1.331, de 11/12/1992.** (Institui o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, e dá outras providências), publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul em 14/12/1992.

_____. **Resolução/SED nº 1.340, de 20 de abril de 1999.** (dispõe sobre o processo eleitoral nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino para a escolha de Diretor, Diretor Adjunto, Colegiado escolar e dá outras providências), publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, 23/04/1999.

_____. **Estatuto dos Profissionais da Educação Básica.** Lei Complementar 087, Artigo 74.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: GUIRALDELLI, P. Jr., (Org.) **Infância, educação e neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.



- MEJÍA, M. R. Educação e política: fundamentos para uma nova agenda latino-americana. In: GARCIA, P.B. (org.). **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- MELLO, G. N. A municipalização e a questão do papel do estado na sociedade brasileira. **Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo: Cortez, Ano 9, n.º 16, p. 5-9, 1990.
- MOACYR, P. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil – 1835-1889**. São Paulo: Cia. Nacional, 3 v., 1939-1940.
- NASCIMENTO, A. E. do A Gestão democrática que começa na sala de aula. In: BASTOS, J. B. (Org.) **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 1999.
- NÓVOA, A. et al. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, C. de A municipalização do ensino brasileiro. In: OLIVEIRA, C. de, et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- PARO, V. H. A utopia da gestão escolar democrática. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 60, p. 51 –53, fev. 1987.
- _____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- ROMÃO, J. E. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- ROSAR, M.F. F. de. **Globalização e descentralização: O processo de Desconstrução do Sistema Educacional Brasileiro pela via da Municipalização**. 1995, Tese (Doutorado em Educação, área de concentração: Filosofia e História da Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP.
- SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO, 1996, p.12. In: FONSECA, J.P. Municipalização do ensino: entre medos e esperanças às vésperas do terceiro milênio. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, volume 13, n.2 , jul./ dez, p.157, 1997.
- SILVA JÚNIOR, C. A. A ideologia da incompetência do outro e outras ideologias de conveniência na relação neoliberalismo e educação. In: GUIRALDELLI, P. Jr., (Org.) **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **A escola pública como local de trabalho**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SILVA, R. N. da; DAVIS, C. **É proibido repetir**. São Paulo, 19...
- TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. Trad. CORULLÓN, M. In: In: TOMMASI, L. de, et al. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.
- VEJA – Edição Especial: **Revista O Brasil que já é Primeiro Mundo**. Nº 19, Ano 35, São Paulo: Abril 2002.



WUTMACHER, W. A escola em todos os seus estados: evidências, críticas e novas perspectivas". In: NÓVOA, A. (Coord). **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1992

XAVIER, A. C. et al., (org.) Gestão educacional. **Experiências inovadoras**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. s/d.

ZUIN, A.A.S. A indústria cultural e as consciências felizes: psiques reificadas em escala global. In: PUCCI, B., RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. & ZUIN, A.A.S. (orgs.), **A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. Petrópolis, São Carlos: Vozes/EDFUSCAR, 1998.



Entrevista com o professor Pedro Kemp - Secretário Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – Realizada em 09/05/2001

1) O Sr. está exercendo este cargo há quanto tempo?

Desde o início do governo Zeca do PT, há dois anos e cinco meses.

2) Antes de o governador José Orcírio Miranda dos Santos se eleger, o Sr. trabalhava em cima de um Projeto Educacional para esse governo?

Bem, eu era vereador em Campo Grande, sou professor concursado do Estado, trabalhei na Secretaria de Educação durante seis anos com Educação Especial, fui diretor de uma unidade de Educação Especial aqui em Campo Grande, fui eleito vereador e convidado para assumir a Secretaria de Educação, então eu saí da Câmara e vim para cá.

3) Qual a sua formação?

Sou psicólogo educacional, sempre trabalhei na área educacional, sou professor universitário, dou aulas na UNAES, sou professor licenciado da UNIDERP, já lecionei na UFMS, sempre trabalhei na área educacional, como psicólogo trabalhei numa escola de meninos de rua.

4) Quais são os maiores entraves que ocorrem na realização de seu trabalho?

Eu considero que no desenvolvimento do nosso trabalho, temos dois entraves: primeiro a escassez de recursos, o Estado hoje (2001) está sendo prejudicado por causa da política de financiamento da educação do governo federal, temos uma lei federal que é a lei do FUNDEF que destina recursos para o Ensino Fundamental e o Estado é o responsável pelo Ensino Médio que não tem uma fonte de recursos específica e também temos que atender a Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Formação de Professores e essas modalidades não contam com uma fonte específica de recursos como o Ensino Fundamental. Embora nós tenhamos ainda muitos alunos no Ensino Fundamental esta política do FUNDEF tem nos prejudicado, temos perdido recursos para as prefeituras em função disso.

A política de financiamento é prejudicial aos Estados, aqui em Mato Grosso do Sul a gente sente muito. A outra questão é o endividamento do Estado, nós temos que pagar aproximadamente 15 milhões de reais do serviço da dívida com a União e este recurso faz muita falta, poderíamos investir muito mais em Educação.

O segundo entrave, considero que seja a "Burocracia do Estado", nós temos um Estado ainda pesado do ponto de vista do uso das tecnologias, o Estado ainda está bastante atrasado, hoje (09/05/2001) no nosso governo estamos fazendo um esforço muito

grande de modernização do sistema, está se investindo muito na informatização mas os resultados vamos verificar mais para frente. Considero estes dois entraves, a falta de recursos e a burocracia, morosidade nos processos, os maiores entraves que nós encontramos.

5) Quais as modalidades de ensino e a quantidade de alunos e de professores da rede estadual?

Nós atendemos a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, o Ensino Superior através da UEMS, a Educação de Jovens e Adultos, inclusive o supletivo em praticamente 40 municípios, temos ainda a Formação de Professores (nível médio) voltado basicamente para formação de professores indígenas e para os assentamentos. Atendemos praticamente todas as modalidades de ensino, inclusive a Educação Especial.

Em relação à Educação Infantil, no interior as prefeituras já assumiram e as nossas escolas estaduais deixaram de atender. Aqui, em Campo Grande, a prefeitura não assumiu por completo. Nós temos 26 Centros de Educação Infantil, no início deste ano nós tentamos a Municipalização destes Centros, mas a Prefeitura não aceitou. Então só em Campo Grande nós atendemos a Educação Infantil.

6) Vocês ofereceram apenas os Centros de Educação Infantil para o Município, ou o Ensino Fundamental também?

Não, só a Educação Infantil.

7) O Estado faz alguma restrição para passar o Ensino Fundamental ao Município?

Faz, e não é política do Estado municipalizar o Ensino Fundamental, justamente porque, como eu falei, é a única modalidade, etapa do ensino que tem financiamento específico que é a Lei do Fundef. Se o Estado abrir mão do Ensino Fundamental ele vai perder muitos recursos; já está perdendo, vamos perder este ano (2001) 35 milhões de reais com o Fundef, se abirmos mão do Ensino Fundamental vamos perder muito mais, por isso, neste momento, não é política do Estado municipalizar.

Este é um dos motivos, o outro é mesmo em função da nossa política educacional, nós entendemos que o Estado deve também operacionalizar o Ensino Fundamental. Nós temos uma proposta pedagógica de organizar o Ensino Fundamental em ciclos, da 1ª à 4ª série já transformamos em dois ciclos de dois anos, temos uma proposta de trabalho político-educacional e, em função também da política de financiamento, a decisão do Estado é de não municipalizar o Ensino Fundamental.



8) Se este recurso é do Ensino Fundamental quando ele chega a sua mão, é redistribuído por conta das necessidades do Estado?

O dinheiro do Fundef só pode ser utilizado no Ensino Fundamental. O Estado separa 15% dos impostos e deposita no Fundef. O retorno deste dinheiro não é integral, é proporcional ao número de alunos. Como o Estado tem perdido alunos do Ensino Fundamental porque as prefeituras estão investindo mais neste nível, construindo escolas e ampliando a rede, nós estamos perdendo o aluno e conseqüentemente o recurso. A cada ano, perdemos mais recursos. No ano passado, perdemos 24 milhões de reais e este ano a estimativa é de perdermos 35 milhões de reais.

9) Já que o Estado perdeu alunos, não diminuiriam as despesas?

Só que as escolas não foram fechadas, porque as prefeituras só querem os alunos e o prédio escolar, não querem os professores e funcionários.

Eu já fiz a proposta para um prefeito que insistiu demais, vai a escola, o prédio, os professores, os funcionários e os alunos, mas ele não quer, ele quer só o prédio e os alunos, os professores e funcionários ficam para o Estado. Como é que eu vou ficar pagando os professores sem ter os alunos. Esta proposta é muito complicada, as prefeituras hoje querem o recurso, mas não querem a despesa.

O Estado chegou a municipalizar 40 escolas no governo Pedrossian, a Secretária de Educação era a Leocádia, e as escolas foram com o prédio, os alunos, e os professores ficaram cedidos e quem paga os salários deles até hoje é o Estado. Além de perder os alunos e os recursos do Fundef, nós ainda estamos pagando a folha salarial desses professores, só que na época não tinha Fundef e o Estado achava que era um bom negócio.

Hoje tem o Fundef e nós estamos perdendo duas vezes, porque perdemos os recursos referentes aos alunos e ainda estamos pagando o salário dos professores.

A lei na época dizia que os professores têm direito de ficar até a aposentadoria nestas escolas. Das 40 escolas, duas foram devolvidas uma em Ponta Porã e outra em Paranaíba.

O motivo da devolução foi exatamente porque os professores eram todos do Estado e por conta da implantação do Plano de Carreira, do novo piso salarial e da política educacional do Estado, muito mais democrática, estes professores quiseram retornar para a Rede Estadual, queriam sair da Escola Municipal. Como não tínhamos mais vagas para receber estes professores em outras Escolas Estaduais fizemos um acordo com as prefeituras e elas devolveram as escolas.

Os professores alegam que estavam tendo prejuízo, porque teriam dois patrões, eles tinham de se enquadrar na política educacional do município, obedecer a todas as orientações, às diretrizes do município na área pedagógica, mas na questão da vida

funcional, salário, aposentadoria, licenças, cabia ao Estado decidir, eles reclamavam muito dessa situação.

Atualmente, 80% dos professores dessas escolas municipalizadas voltaram a trabalhar em Escolas Estaduais, em Sidrolândia, ainda existem alguns professores cedidos, mas a maioria já retornou.

10) Como é o regime de trabalho dos docentes da rede? E a faixa salarial?

Tem professores efetivos concursados na maioria das escolas, e tem professores contratados temporariamente, nós chamamos de convocados, são convocados por um ano, no final do ano, o contrato se encerra, no outro, se a Secretaria ainda tem necessidade desses professores faz um novo contrato.

Em 1999, teve concurso público, no primeiro ano de governo. Os contratos de trabalho podem ser regime integral 40 h/a semanais ou parcial de 20 h/a semanais. A faixa salarial de um professor do Ensino Fundamental com curso superior para 40 h/a é de R\$ 822,50, para 20h/a é de R\$ 411,25 para início de carreira.

11) A municipalização do ensino vem sendo apontada como instrumento para a modernização do ensino. O que a Sr. pensa a respeito?

Eu particularmente não defendo a municipalização do Ensino Fundamental.

Acredito que Estados e municípios deveriam trabalhar em regime de colaboração, até porque nós temos realidades diversas, temos prefeituras que não têm condições de suprir as necessidades de uma rede numerosa de alunos, com professores habilitados, acho que precisamos desenvolver um trabalho em parceria com os municípios onde não é possível o Estado atender, o município atende se também for possível.

Inclusive aqui nós estamos realizando boas parcerias com as prefeituras, por exemplo, para garantir a escolarização de alunos que moram em acampamentos, assentamentos, nas comunidades indígenas. Como o Estado é responsável pelo Ensino Médio, para implantarmos esse nível de ensino em comunidades indígenas, tivemos que contar com o apoio das prefeituras, no transporte de professores, porque o Estado não tem uma frota de veículos para fazer esse transporte, acredito assim que a melhor solução seria realmente a gente trabalhar em regime de colaboração.

12) Como está a situação dos professores cedidos aos municípios?

Esses professores recebem pelo Estado e trabalham para a prefeitura, seguem todas as orientações e as diretrizes da prefeitura, mas têm vínculo de trabalho com o Estado.

Depois da implantação do Fundef, discutimos com as prefeituras que não seria justo o Estado continuar pagando o salário destes professores, porque os alunos estão sendo

contabilizados no censo das prefeituras. Fizemos convênios com estas prefeituras, para que devolvessem o salário destes docentes, ou seja, um ressarcimento, mas só algumas prefeituras fizeram, a grande maioria não o fez. Não podemos obrigar porque, na época, houve uma lei que regulamentou a municipalização e esta lei determinava que os professores teriam direito de permanecer nestas escolas até a sua aposentadoria e não se falava nada em ressarcimento.

Estamos, na verdade, fazendo uma negociação com as prefeituras, tentando convencer de que, após a implantação do Fundef, o Estado paga duas vezes. Algumas prefeituras entenderam esta nossa argumentação e estão fazendo o ressarcimento do salário, mas a grande maioria não o faz.

13) Saiu uma reportagem no jornal dizendo que a Secretaria de Educação Estadual iria suspender o pagamento destes professores? É isso mesmo?

Foi uma pressão no início deste ano nessa negociação. Chamamos todas as prefeituras, fizemos a proposta de celebração de um convênio para que o salário fosse devolvido, ressarcido ao Estado. Algumas prefeituras entenderam, acataram e estão assinando convênios, devolvendo o dinheiro, tem prefeitura que faz isso desde o ano passado.

Algumas prefeituras alegaram que não vão fazer porque, na época, a lei não previa este tipo de coisa e propuseram devolver os professores, alguns professores reagiram não querendo voltar, porque não há mais vagas onde eles querem.

Ficou difícil o retorno destes professores. Nós não queremos prejudica-los, não vamos suspender os salários, vamos continuar negociando junto às prefeituras o ressarcimento.

Vamos ver também a possibilidade de aos poucos receber estes professores de volta para a nossa rede, porque abrindo uma vaga, ao invés de contratar um novo professor eu trago este de volta que já é do Estado. Em nenhum momento nós suspendemos salários, não vamos prejudicar os professores.

Vale a pena lembrar que se trata de um número pequeno de professores, hoje não passa de 100 professores, na época, era em torno de 1000, mas foram voltando para o Estado.

14) Esta proposta política da municipalização baseia-se em um modelo de participação comunitária e de autonomia nas gestões escolares. Em escolas estaduais existe também essa discussão?

Nós trabalhamos muito com o princípio da gestão democrática e da participação dos segmentos da comunidade escolar na administração da escola. As escolas estaduais têm

direção colegiada, o diretor, na verdade, é o secretário executivo de um colegiado e o presidente do colegiado pode ser o pai de aluno, ser um professor, um coordenador. Este colegiado tem representantes de todos os segmentos da escola: alunos, pais, professores, funcionários administrativos e o diretor. Desde 1990, as nossas escolas são administradas desta forma, por esse coletivo, por esse colegiado. Trabalhamos com a Associação de Pais e Mestres, com grêmios estudantis, procuramos incentivar muito a participação na vida da escola.

Nós entendemos que a escola é pública, é do povo e tem que ser cuidada, administrada, organizada, estruturada pela participação da comunidade. É diferente de algumas coisas que a gente escuta, por exemplo, na televisão quando se fala em "Amigos da Escola", a mídia passa uma idéia de voluntariado, você vai para a escola para ajudar, presta um serviço de carpinteiro, de eletricista, ou seja, vai trabalhar de graça. O Estado deve realizar este tipo de trabalho, o poder público, a prefeitura, e isto é uma forma de até camuflar a dificuldade que muitas vezes o poder público tem de atender as necessidades da comunidade. Nós não reforçamos, você pode procurar que não vai ver em nenhum momento o Estado falando de "Amigo da Escola" ou incentivando isto nas nossas escolas. Temos alguns "Amigos da Escola" em algumas escolas estaduais, também porque respeitamos a organização da comunidade, se a comunidade entender que é importante não vamos proibir. Mas não reforçamos esta prática, o que queremos reforçar é a participação de pais, alunos e professores na escola, discutindo o projeto político - pedagógico da escola, dando opiniões, criticando, avaliando e participando efetivamente da proposta educacional.

Os diretores das Escolas Estaduais são eleitos pelos pares e comunidade escolar, os membros do Colegiado também, inclusive este final de ano vamos ter eleição, que antes era regulamentada apenas por um decreto, agora se tornou lei no Estado. Está no Estatuto dos Profissionais da Educação Básica, Lei Complementar 087. Artigo 74.

No Estado, existe uma relação tensa. Vou dizer, para você trabalhar com a democracia é muito mais difícil, é uma diferença muito grande trabalhar com diretores eleitos. Você percebe que, em primeira instância, eles devem prestar contas para a comunidade, devem satisfação para a comunidade do trabalho que eles executam. Eu acho que é um avanço esta conquista.

15) A escola tem conseguido gerenciar as verbas que recebe?

Nós trabalhamos muito reforçando a autonomia financeira pedagógica e administrativa das escolas. A Secretaria de Educação respeita muito a organização da escola. Cada escola elaborou o seu projeto político-pedagógico e foi convidada a desenvolver todo um trabalho de diagnóstico dos problemas e a partir deste levantamento

elaborou-se um projeto político-pedagógico para trabalhar todas estas questões, no sentido de resolver os problemas e avançar no seu objetivo que é o de oferecer uma boa Educação.

Do ponto de vista financeiro nós procuramos repassar recursos para a escola para que cada vez mais tenha autonomia para administrar as verbas da educação. Por exemplo, na parte de material de limpeza, material de consumo, pequenos reparos, manutenção de escola, já fazemos isso, repassamos o dinheiro e a escola administra. Uma outra novidade diferente de Campo Grande (rede municipal) é a Merenda Escolar, nós adotamos esta experiência e foi muito positiva em vez de o Estado comprar a merenda e distribuir para as escolas, estamos repassando dinheiro para a escola mesma comprar. Cada diretor recebe uma parcela mensal, tem de fazer um cardápio com a participação de membros da comunidade e administrar este recurso, comprando do comércio local e prestando contas para a secretaria. O resultado foi positivo, porque a partir do momento em que as escolas passaram a administrar a merenda, o recurso rendeu, o valor é o mesmo que vem do FNDE - MEC, só que nós temos mais merenda agora na escola, a escola consegue um preço menor, negocia no comércio local.

Nós apostamos muito nisso, na administração dos recursos pela escola e trabalhamos com a fiscalização, os pais, o colegiado escolar podem acompanhar esta aplicação de recursos, se tem denúncias de irregularidade, que façam a denúncia para que seja apurada. A escola tem de ser mesmo administrada pela comunidade, o povo tem que cada vez mais fiscalizar e exigir a escola que eles querem para seus filhos.

16) Quantas escolas do Ensino Fundamental o Estado atende?

Quase todas as nossas escolas têm Ensino Fundamental, nós temos 365 escolas no Estado, somente umas três ou quatro não têm Ensino Fundamental.

17) A rede estadual tem professores leigos?

Atuando em sala de aula não. Nós temos professores contratados como leigos porque ainda não tem habilitação específica numa área, por exemplo, um bacharel em Química, mas que ainda não tem licenciatura. Em alguns municípios temos dificuldades para encontrar professores de Física, Matemática e, às vezes, a Secretaria tem que contratar estagiários do último ano de faculdade, ainda não formados. Em relação à 1ª à 4ª séries todos os professores têm o Magistério (Ensino Médio).



18) Com relação às exigências na formação de professores a partir da LDB, como está a situação em Mato Grosso do Sul?

Nós estamos numa situação bem tranqüila sobre isso, inclusive eu recebi uma estatística recente que Mato Grosso do Sul é o primeiro Estado no *ranking* em professores habilitados, formados com nível superior.

O MEC fez uma proposta para Mato Grosso do Sul fazer aqui um curso de nível médio para formar professores leigos, professores que ainda não tinham Ensino Médio. Nós fizemos um levantamento, e fizemos o curso proposto pelo MEC, chamado Pro-formação. Mas, na verdade, atendemos as prefeituras porque a rede estadual mesmo não tinha professores leigos, sem o Ensino Médio, professores sem Curso Superior nós temos, mas eles têm Magistério.

Mato Grosso do Sul lidera o *ranking* com 64 % dos docentes graduados, seguido por São Paulo que tem 62%. Nós investimos muito na formação de professores de nível superior através da nossa UEMS, estamos formando professores da rede que ainda não têm este nível de ensino e a nossa estimativa até 2006, quando encerrar o período dado pela LDB, é ter todos os professores com curso superior no Estado.

19) As verbas recebidas do governo federal para a Educação são suficientes? E a pontualidade no repasse dessas verbas?

Na verdade o que nós recebemos de verba do governo federal para a Educação é apenas a verba para a merenda escolar.

O livro didático já vem comprado, existe também um repasse financeiro que vai direto para as escolas uma vez por ano para pequenos reparos, manutenção e o Fundef aqui no Estado não recebe nenhuma complementação. Outros recursos que nós recebemos do MEC são projetos específicos, por exemplo, para o Ensino Médio, equipamentos, laboratórios nas escolas e capacitação de professores. Para o Ensino Fundamental a mesma coisa.

O PDE nós só implantamos nas escolas que optaram por participar, apresentamos o projeto e a escola teve autonomia para implantar ou não. Diferente de outras redes que falam que trabalham com autonomia, mas obrigam todas as escolas a participarem.

20) Quanto o governo estadual investe no setor educacional por ano?

O governo estadual investe 240 milhões de reais, precisava de mais, precisava que o dinheiro da dívida que é repassado para a União viesse todo para a Educação, aí ficaria bom. O Estado deve e com a dívida acontece o seguinte: quanto mais a gente paga, mais ela aumenta. O Estado não está amortizando a dívida está só pagando juros, serviços da

dívida, é uma sangria 15 milhões de reais, daria para pagar a folha de pagamento de todos os funcionários da Educação.

21) Em relação ao transporte de alunos, como vocês fazem a adequação do horário do aluno que mora muito distante?

Nós não transportamos os alunos da zona rural, este serviço é feito pelas prefeituras. O Estado apenas faz um convênio com as prefeituras para ajudar na manutenção deste serviço, são transportados para as escolas estaduais em todos os municípios 25 mil alunos e normalmente os alunos freqüentam o horário normal da escola, eles na verdade é que tem de se adequar ao horário.

Tem umas três prefeituras fazendo adequação deste serviço, por exemplo, Caarapó mudou o horário dos alunos da zona rural, eles vêm um pouco mais tarde e ficam o dia todo na escola para não precisar acordar tipo três horas da manhã, acordam um pouco mais tarde. Existem outros municípios que estão fazendo este sistema da alternância, os alunos vão três vezes na semana e ficam o dia todo.

22) O Sr. enfrentou uma grande paralisação no mês passado (abril de 2001). Qual foi o desfecho?

Não chegou a ser uma greve e a paralisação foi parcial, na verdade, a categoria se mobilizou e apresentou uma pauta de reivindicações, negociamos com a categoria atendemos 16 itens da pauta, o ponto mais polêmico era o reajuste salarial que ficou para o segundo semestre, a categoria entendeu que o Estado está em dificuldades financeiras. Nós estamos pagando salários para algumas categorias em atraso e aumento salarial neste momento significaria pagar mais atrasado ainda, vamos voltar a negociar no segundo semestre o aumento salarial. Em fevereiro de 2000, a categoria teve um reajuste de 27%.

23) O Sr. gostaria de acrescentar algo mais a esta entrevista?

Nós trabalhamos com uma proposta de democratização da educação. Esta democratização se dá com o acesso à educação, ou seja, é preciso garantir que todos os alunos em idade escolar, mas também fora dela, tenham o direito à educação assegurado.

Trabalhamos com essa idéia da democratização do acesso escolar e do acesso ao conhecimento, por isso o governo do Estado deu prioridade ao Programa Bolsa-escola que é para propiciar aos alunos mais pobres o direito de estudar sem precisar trabalhar tão cedo.

A carência material, muitas vezes, levam as crianças não só ao trabalho precoce, mas à prostituição, violência, delinquência, então o Programa Bolsa-escola tem trazido resultados muito significativos. Já temos quase 30 mil crianças atendidas pelo Bolsa-escola,

são 11 mil famílias e eu atribuo a esse programa a queda no índice de evasão escolar. No ano passado, tivemos o mais baixo índice de evasão escolar dos últimos dez anos. Este projeto começou em 1999, no início do nosso governo.

Em relação à gestão democrática, uma escola administrada pela comunidade, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, uma escola aberta para as necessidades da comunidade e uma escola que responda aos anseios e às expectativas da população, é aquilo que nós sempre colocamos.

Educar para quê? A educação em si é um bem, é um valor. Você ter acesso ao conhecimento sistematizado pela humanidade por si já é um valor, mas educar para quê? Só para as pessoas terem muitas idéias, idéias novas, informações na cabeça? Não, nós entendemos que esta educação tem que estar a serviço da construção de uma sociedade melhor. As pessoas devem então utilizar o conhecimento adquirido no processo educacional para estruturarem melhores condições de vida, é uma educação a serviço da vida com qualidade e a gente trabalha muito nesta perspectiva.

Estamos falando da qualidade social na educação em contraposição ao discurso neoliberal, ao discurso colocado pela direita que é o da qualidade total. Os empresários, os industriais, os capitalistas desenvolveram muito o conceito da qualidade total da empresa. O que é a qualidade total? O funcionário certo, no setor certo, fazendo as coisas certas para produzir mais em menos tempo, para que a indústria ou empresa possa contabilizar maiores lucros sempre e com menos funcionários de preferência, automatizando, informatizando, modernizando, então uma empresa eficiente e lucrativa, isto é qualidade total. Procura-se muitas vezes transferir este conceito de qualidade total para a educação, fazendo da escola uma empresa, querendo que na escola também nós tenhamos funcionários, professores certos para produzir mais, que os alunos aprendam. Mas uma aprendizagem mecânica, uma aprendizagem muitas vezes auferidas por avaliações como "provões", como estas estatísticas que o MEC gosta de divulgar para dizer que a educação está melhorando no país.

Em contraposição a esta idéia de uma qualidade total, nós, da Secretaria, defendemos a Qualidade Social da Educação, ou seja, é uma qualidade voltada para a pessoa humana, uma educação que tenha qualidade na medida em que ajuda as pessoas a se emancipar, a construir melhores condições de vida, a buscar a própria transformação da sociedade.

Neste sentido, temos investido no Bolsa-escola, estamos investindo em setores que sempre foram excluídos, que sempre ficaram à margem, nós expandimos muito a Educação Escolar Indígena. Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população de índios do Brasil, nós estamos hoje com curso de formação de Magistério de Guarani/Caiuá muito interessante, porque visa preparar professores indígenas para atuar nas escolas indígenas

diferenciadas que façam alfabetização bilíngüe, na língua materna e depois em português, nós conseguimos articular o conhecimento científico com o conhecimento da comunidade. Trabalhamos com professores especializados, mas também anciões que vão ensinar a língua guarani, as rezas, as danças, as tradições, investimos muito na Educação Indígena, na Educação do Campo nos assentamentos, estamos levando o Ensino Médio para os assentamentos, a Educação Especial numa proposta inclusiva de atender preferencialmente o aluno portador de necessidades especiais nas escolas regulares e superar aquela visão de segregar (o que é deficiente tem que ficar escondido numa instituição).

Eu acredito que nós estamos avançando bastante e estamos tentando fugir daquela lógica imposta pelo governo federal que é a de investir onde dá dinheiro, se a gente fosse seguir por aí teríamos que investir no Ensino Fundamental e esquecer a expansão do Ensino Médio, esquecer que tem comunidades rurais e fazer só o que dá lucro.

Então, fugindo a esta lógica, nós estamos procurando preparar professores e voltar para estas políticas específicas de educação, para garantir o direito de todos que fazem parte da nossa proposta de democratização.

Para concluir, eu queria falar na Constituinte Escolar. A Secretaria de Educação implantou um movimento desde o início da nossa gestão, aqui chamado Constituinte Escolar. Essa constituinte acontece em todas as escolas do Estado, nós estamos levantando os problemas das escolas que temos e sugestões para a gente construir a escola que queremos. Já fizemos o primeiro momento da Constituinte Escolar que foi de sensibilização, o segundo momento foi de estudo da realidade, análise de conjuntura, a estrutura do capitalismo, e levantamos as temáticas, os problemas da escola, o terceiro momento foi para discutir estas temáticas e aprofundar, violência, educação de jovens e adultos, ensino noturno, todos estes temas e agora nós vamos fazer o Congresso da Constituinte Escolar que vai aprovar o nosso Plano Estadual de Educação.



**Entrevista com a professora Leocádia Aglaé Petry Leme – Reitora da UEMS/MS –
Realizada em 18/09/2001**

1) A senhora exerce grande influência na Educação do Estado do Mato Grosso do Sul. Nos conte um pouco sobre sua vida de educadora. Em que período respondeu pela Secretaria Estadual da Educação?

Então eu fui secretária de educação no período de 1991 –1994. Nós discutíamos muito antes de entrar na secretaria, e conseguimos colocar em prática uma série de questões. Nós tínhamos um grupo de sete professoras que trabalhávamos há muito tempo na secretaria, ou seja, tínhamos uma discussão muito grande em relação à educação.

Durante a campanha o Dr. Pedro Pedrossian tinha a preferência do eleitorado, e o Mato Grosso do Sul, já imaginava que ele seria o governador, e um técnico da equipe dele procurou a professora Elisa, pedindo que a gente apresentasse uma proposta de educação que ele gostaria de ler, enquanto candidato.

A professora me procurou e colocamos no papel o que nós educadores achávamos que deveria acontecer no nosso estado, mas pensamos, vamos fazer, mais mandaremos para todos os candidatos, porque assim quem ganhar vai ter oportunidade de usar.

Fizemos uma proposta simples, mas bem concreta, onde a gente colocava que era importante que a educação fosse uma questão suprapartidária, que nós entendíamos que a questão sendo de direito do cidadão não podia estar amarrada, portanto ela tinha que estar acima de qualquer partido.

A gente achava que o Mato Grosso do Sul deveria ter uma educação descentralizada, uma educação democrática que pensasse no cidadão enquanto educação como direito e não como educação a ser conquistada, e colocamos metas a curto, médio e longo prazo. Essas metas onde colocávamos a necessidade de reformas de escolas, de investimentos em bibliotecas, investimentos em professores, em capacitação, mas dentro de uma filosofia de descentralização e de democratização do ensino.

O Pedro Pedrossian foi eleito e para nossa surpresa chamou o grupo e falou que achava um grande desafio o que nós colocamos como proposta, portanto, gostaria de ver isto realizado, na verdade quem deu meu nome para ser a Secretária foi o grupo de sete professores, porque ele assim pediu. E tivemos total liberdade para trabalhar, acho que isto é um grande fator, esta já é 20ª entrevista que eu dou deste tempo, pois foi muito estudada deste a coordenação pedagógica, eleição de diretor, projeto de descentralização, a democratização, a relação sindicato X governo, tudo isto já foi assim bastante pesquisado, e eu acho isso muito interessante.

Mas sempre repito, o grande fator do avanço foi o governador dar autonomia ao grupo, talvez porque a gente não tinha envolvimento político-partidário, e pra mim foi inédito um governo de direita assumir uma proposta absolutamente progressiva, bem avançada e mais com liberdade total. Não tivemos interferência nenhuma do governo, isto fez com que a gente pudesse avançar, aumentou nossa responsabilidade imensamente e a comunidade da rede sem acreditar muito. Foi um momento em que fez este grupo de sete se multiplicar num grupo de mil.

Nós percebemos que as escolas precisavam assumir a proposta, que encaminhamos para que pudessem acompanhar as inovações. E no final fizemos um relatório e concluímos que alcançamos 80% das metas, o que foi absolutamente muito bom.

2) Quais foram os maiores entraves que ocorreram na realização de seu trabalho, enquanto Secretária da Educação do Estado do Mato Grosso do Sul?

O grande entrave com certeza foram os recursos financeiros. Neste ponto gostaria de fazer um aparte porque acho que conseguimos alguns avanços, primeiro foi a luta de conseguirmos 25% na Constituição de 1988, no período do Pedrossian nós tínhamos 30% garantidos na Constituição Estadual o que nos ajudou muito, depois com o governo do Wilson Barbosa ele tirou e baixou para 25% de novo, ainda existem alguns estados que continuam com 30% São Paulo, Rio Grande do Sul, apostam nisso.

Nós trabalhávamos com 30% o que nos possibilitou realmente fazer muita coisa, mas ainda assim é muito pouco porque o nosso Estado tem uma arrecadação muito pequena, durante o governo a arrecadação foi aumentando, mas mesmo assim foi insuficiente, por exemplo, para pensar numa política de aumento salarial para o professor.

Considero um avanço o Fundef, embora no Mato Grosso do Sul não tenha provocado mudanças porque nós já gastávamos mais de CR\$300,00 aluno/ano, e o Fundef beneficia os que não tinham, quer dizer se a nossa realidade financeira já é difícil a do Nordeste e Norte é muito mais.

Este país imenso tem as compensações os estados que têm um pouquinho mais, têm que dar pra quem não tem nada, e isto provoca um nível de igualdade, ou seja, redistribui a pobreza. Isto é a grande tristeza, os estados que poderiam avançar significativamente, com esta redistribuição acabam ficando com muito pouco.

O grande entrave, não tenho dúvidas, é a questão da falta de recursos financeiros. Recordo-me de Luísa Erundina numa entrevista no Jô Soares, quando ela disse: "precisa ter vontade política, mas só vontade política não basta é preciso ter condições financeiras", eu concordo com ela, porque conseguiu sintetizar, você estar em determinada função, quer

fazer com a maior seriedade com os recursos, você tem liberdade para fazer e não faz porque o dinheiro não dá, esta foi a minha grande frustração.

Mas acho entre os pontos positivos e os negativos, foram muitos positivos, perto do dinheiro pouco que tinha deu para a gente multiplicar muita coisa, coisas que até hoje ainda funciona nas escolas, os colegiados estão lá, a coordenação de curso, a participação da comunidade, isto tudo, ou seja, envolver todo mundo nesta discussão custa dinheiro.

Fazíamos encontros de presidente de colegiado, nem sempre presidente de colegiado na nessa época era o diretor ou professor, às vezes era pai, às vezes era aluno. Era muito interessante, e a gente tinha que deslocar esse pessoal foram dois anos praticamente neste processo de discussão e de reflexão, e penso que os outros dois anos foram realmente de efetivação de trabalho participativo, foi bastante glorificante.

3) O Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino do 1º grau, foi assinado durante seu mandato, o que a senhora esperava desse programa?

Na verdade eu esperava e tinha certeza que o que veria depois seria o que veio, o Programa de Descentralização, foi inédito no país no sentido que a gente deveria discutir uma proposta com os municípios para que o município se sentisse o responsável pelo ensino fundamental.

A LDB estava em discussão neste período, isto aconteceu em 1993, e a LDB foi aprovada em 1996, mas ela estava há dez anos sendo discutida pelo congresso, quer dizer as linhas, a filosofia de como ela seria implantada a gente já vinha trabalhando há muito tempo.

Eu tive a oportunidade enquanto Secretaria de ser representante dos Secretários de Estado na Comissão que trabalhou no plano decenal em 1994, e ele trazia essa linha de descentralização e resolvemos então fazer a experiência com algumas escolas de Campo Grande e algumas de Dourados, e alguns outros municípios que se dispuseram a fazer.

A gente esperava que o município entendesse a importância da aplicação dos 25%, porque o que vinha ocorrendo com a lei, o ensino basicamente estava na mão do estado e os 25% do Estado acabava sendo muito pouco, e os prefeitos tinham dificuldade para saber onde aplicar os 25% deles porque a rede era muito pequena.

Tinha prestação de contas que envolvia até a estradinha que vai até a escola, o funcionário que trabalha lá dentro da secretaria para cuidar do contrato dos professores também entrava nos 25% da educação, entrava tudo na despesa, e a nossa grande luta era mostrar o que era o ensino, porque educação é uma coisa, educação é responsabilidade de todas as Secretarias do Governo, a Educação Ambiental, Cultural, agora o ensino e de

responsabilidade da Secretaria da Educação, e é o ensino que tem que ser financiado pelos 25%.

Por isso a gente brigava muito, tanto que esta idéia de educação ampla acabou ficando dentro dos 25% e o FUNDEF que trabalha apenas com Ensino Fundamental só com 15%, então nos 25% pode entrar todo o resto ensino médio, ensino superior, ensino infantil, ou seja, educação como um todo.

Esta foi a nossa grande luta e alguns prefeitos com cabeças bastante arejadas para a época aceitaram, tanto que foi interessante, eu já estava fora da Secretaria, já trabalhando na Universidade, quando saiu o FUNDEF e os prefeitos ficavam loucos para abrir escolas. Antes eu tive que fazer uma linha de convencimento terrível, que seria importante que eles assumissem o ensino fundamental, que aí o estado teria mais força para fazer o ensino médio e até Universidade e foi o que fizemos e era difícil. Na medida que saiu o FUNDEF todo mundo quer o aluno, porque como o aluno conta dinheiro, mas eu concordo com isso.

4) A Municipalização do Ensino, vem sendo apontada como instrumento para a modernização do ensino. O que a senhora pensa a respeito?

Eu concordo desde que se dê o suporte financeiro, acho que é a saída eu sou municipalista por convicção, não só do processo de educação como tudo inclusive de saúde, de assistência eu acho que as coisas acontecem no município, quanto mais próximo do cidadão estiver o responsável pelo seu direito com certeza a cidadania será vivenciada com uma força maior.

A centralização é maléfica em todos os sentidos, e em educação muito mais, quando você espera que pensando lá em Brasília, ou aqui mesmo em Campo Grande e imagina que o que está passando em sua cabeça pode estar passando pela cabeça do cidadão lá de Itacuru é muita pretensão não acha?

É por isso que eu acho que a municipalização provoca uma revolução, na medida em que o município perceber a força que tem, provocará uma revolução benéfica, porque às vezes nem o próprio município quer a liberdade, os que mais resistiram à municipalização do ensino, foram os próprios municípios.

Vou te dar um exemplo de descentralização que começamos e que hoje é sucesso no Brasil, é a merenda na escola, você se lembra do tempo que a merenda era comprada em Brasília, e vinham àquelas coisas vencidas, aqueles roubos imensos, barracões enormes cheios de merenda vencida, nem digo que seria roubo, mas falta de controle mesmo, no setor público sai um entra outro, o outro não sabe o que anterior fez fica lá um ano depois a comida já estragou.

Nós brigávamos demais para que o recurso viesse primeiro para os estados, aí eram os estados que compravam as merendas, e nós nessa época achávamos que não tinha o menor sentido a gente comprar tudo aqui para mandar para o interior, passamos para as prefeituras. Mas isto deu um trabalho muito grande, as prefeituras tiveram uma extrema dificuldade em fazer isso, pedimos que tivessem um conselho de merenda, mas enfim conseguimos descentralizar para as prefeituras.

Fomos o primeiro Estado no país a fazer isso, e as prefeituras começaram a perceber que era mais fácil passar para as escolas, e muitas faziam isso, nós passávamos o dinheiro elas distribuíam para as escolas e hoje (2001) o MEC passa o dinheiro direto para as escolas.

Por isso que eu falo a descentralização e a municipalização dão muito trabalho, ser democrático na teoria é uma beleza, mas ser democrático na prática é difícilimo porque nem o próprio beneficiado entende que aquilo está sendo em seu benefício.

Eu parto da premissa de que a descentralização e a municipalização responsabilizam um número maior de pessoas, e responsabilizando um número maior de pessoas erraremos menos, porque quando você tem um número menor de cabeças pensando, achando que sabe tudo, as chances de errar é imensa, na medida que você discute isto com uma população, com uma massa é muito menor a chance de errar.

A gente apostou muito e graças a Deus as coisas no Brasil estão caminhando cada vez mais para a descentralização, ontem (17/09/2001) acabei de presenciar em Brasília um evento em que o Ministro estava assinando um convênio e pensei nem tudo ainda está perdido, as pessoas acreditam que os outros são capazes. O livro didático ainda é comprado em Brasília, para ser mandado lá para Tacuru, com a desculpa que o município não é capaz, que a grande compra traz benefícios. O mesmo livro que em São Paulo é reajustado evidentemente todo mês por conta da saída, pode ser encontrado em Dourados pela metade do preço.

As coisas começam muito centralizadas na mão das pessoas que depois vão percebendo que é possível descentralizar. Nós já partimos do contrário descentralizávamos tudo, vamos fazer juntos, não sabemos vocês também não, vamos achar o caminho.

Por isso eu acho que esses quatro anos provocaram essa diferença no processo de educação em Mato Grosso do Sul, e vocês (pesquisadores) vão lá para saber e nós ficamos curiosíssimas para que possam trazer resultados.



5) A senhora considera que a rede municipal tem condições de assumir este processo de descentralização?

Os municípios só conseguem com o apoio do estado, eles não podem receber só as tarefas, tem que receber o apoio financeiro, a coordenação das políticas do estado, este é o papel forte do estado nesse bojo da nossa educação. O Estado deve assumir o papel de mediador, é o responsável pelas políticas, pela redistribuição dos recursos, mas os municípios começam me parece depois do FUNDEF a assumir isto muito bem, e o nosso Programa de descentralização e fortalecimento basicamente antecedeu ao FUNDEF.

A gente vislumbrava que seria interessante que tivéssemos uma experiência antes das leis virem realmente obrigando o município a assumir ao ensino fundamental. Hoje as prefeituras querem autonomia e acho que elas estão corretas, os municípios querem autonomia no projeto pedagógico eles devem ter.

Quando falo que o estado é um coordenador de política, é um estado que tem que estar atento quanto à necessidade de apoio, e não o contrário. Sou absolutamente contrária a um estado que queira interferir politicamente na linha filosófica de ensino, assim como acho que a União não tem nenhum direito de interferir no estado no que diz respeito a essas linhas escolhidas de ideologia. Mas no que diz respeito à redistribuição de recursos ele tem obrigação.

As prefeituras querem ter liberdade, e a LDB lhes proporciona isto, podem ter os Conselhos Municipais, só que elas não precisariam, não deveriam estar com o pires na mão pedindo recursos, é esta a minha defesa, de que o estado deveria ser o grande coordenador na linha de apoio e não na linha de dependência política.

Nós temos setenta e sete municípios, são poucos, mas com a agravante que são na sua maioria pequenos e não tem estrutura de recursos humanos, nem financeira.

Cabe realmente a Secretaria da Educação este papel, hoje as Secretarias da Educação de maneira geral ainda não estão desempenhando bem este papel, ainda falta ter esse entendimento, nem todos nós entendemos o estado assim, há aqueles tanto municípios como estados, que acha que cada um tem o seu sistema, cada um se vire, independente do prejuízo da população.

É difícil este consenso, mas acho que esta discussão ainda não está posta dentro da secretaria, é uma discussão que a gente tenta levar sempre que somos convidados a ser parceiros, uma questão de convencimento mesmo, mas acho que vai acabar sendo isso mesmo. Os municípios ampliarão cada vez mais o ensino fundamental e o estado acabará percebendo que ele tem esse papel de articulador, estas questões políticas são muito complicadas.

6) Quando foi criada a Lei 1.311, de 11 de dezembro de 1992, ainda não existia o FUNDEF, se já existisse, assim mesmo o governo Pedrossian a criaria?

Não sei se o governo Pedrossian, mas que nós da Secretaria proporíamos, com certeza proporíamos e como durante os quatro anos de governo tudo que nós propusemos, ele acatou, eu tenho certeza que faria.

Por que veja o caso da merenda o dinheiro chegava e a gente passava, existe um recurso chamado salário-educação que é recolhido pelas grandes empresas e vai ao governo federal e retorna uma parte diretamente para a Secretaria da Educação, e este recurso 80% dele nós passávamos diretamente para as escolas, nós fomos os primeiros a criar e até hoje existe o que nós chamamos de "Repasse Financeiro". O MEC hoje tem um programa igual que chama "Dinheiro na Escola", mas é claro que não era um dinheirão, mas só que era a primeira vez na vida que a escola tinha dinheiro para trocar o vidro da janela, arrumar o banheiro que quebrou, ou para comprar produto de limpeza. Antes disso a escola vivia exclusivamente de benefícios da população e esperava que os mínimos consertos acontecessem via decisão da Secretaria da Educação. Por isso que tenho convicção que se o FUNDEF já existisse ainda assim o Pedrossian apostaria no programa de descentralização.

7) Em entrevista com o professor Pedro Kemp, ele me disse que a descentralização da forma como ocorreu traz prejuízos para o Estado, considerando que os prefeitos recebem o dinheiro do Fundef e não querem pagar os professores cedidos pelo Estado. O que o senhora pensa sobre isso?

É difícil ter consenso em relação à descentralização, a questão de sair dinheiro da sua mão e ir para a mão de outro é uma questão de conceito de administração. Eu sei porque o Pedro Kemp coloca assim, é exatamente relacionada à pergunta que você faz aqui, porque como o FUNDEF é R\$300,00 per capita e o município que não alcança quem completa o dinheiro é o estado, passa-se a acreditar que ele seja capaz.

Como prefiro que as coisas aconteçam mais próximo das escolas continuo dizendo que se eu voltasse a gerir recursos da Secretaria da Educação eu seria amplamente favorável e digo mais, eu ampliaria o FUNDEF da seguinte forma não deixaria apenas os 15% do ensino fundamental, criaria um fundo para o ensino médio e ensino infantil, passaria o ensino infantil para os prefeitos e exigiria que a União passasse o ensino médio para os estados.

O FUNDEF continua pagando os R\$ 315,00, o que o estado do Mato Grosso do Sul investe está em torno de \$600,00, mas quando o estado passa para os municípios o valor é o do MEC.

Já li algumas teses que diz que com o FUNDEF ao invés de melhorar as coisas pioraram, não concordo com isso, acho que melhorou e muito. Principalmente por conta que despertou na sociedade em geral a pretensão efetiva de controle, por exemplo, os 25% nunca levou prefeito a responder por nada, hoje a gente vê que tem impechman de prefeito que não aplicou o FUNDEF. Esses momentos que nascem e fazem a sociedade reconhecer que ela é capaz de verificar se os seus direitos estão sendo atendidos pra mim são altamente benéficos. Não fossem os outros benefícios que o FUNDEF trouxe eu acho que esse já foi um dos maiores.

É por isso que eu enquanto educadora proporia que se criassem fundos específicos para cada nível e garantias para que as instâncias aplicassem os recursos definitivos, assim bem amarrados para que os organismos de controle pudessem verificar. Pode ter prejudicado entre aspas o governo, mas a população foi muito beneficiada.

8) Das 40 escolas estaduais municipalizadas, duas foram devolvidas uma em Ponta Porã e a outra em Paranaíba, dos 1000 professores cedidos na época só sobraram 100. O que poderia ter causado a desistência das escolas e o retorno dos docentes?

Veja quando as escolas retornaram não foi por conta das escolas, mas sim dos prefeitos, precisamos também deixar muito claro que os professores sempre foram contra a municipalização.

Eu posso até entender o movimento dos docentes que estavam na rede estadual e passaram para a rede municipal, porque você mexe na vida do professor, o professor fez concurso para uma escola estadual e não percebe ali segurança, embora nosso programa garantisse todos os benefícios até aposentar.

Como eu poderia fazer diferente dar o prédio e os alunos, acho que desta forma ficaria até mais barato pagar o professor, pelo menos até que o município conseguisse respirar. Na educação especial, por exemplo, reclamavam que o estado cedia professores para a APAE e a Pestalozzi, mas é muito mais barato manter um professor nessas entidades, porque o Estado não tem escola para portadores de necessidades especiais. Na minha opinião a cedência do professor para estas escolas municipalizadas era o mínimo que o estado deveria fazer e é claro garantindo todos os direitos dele. E

Estas escolas foram devolvidas porque os prefeitos disseram que não podiam tocar, e os professores passaram a ser só cem porque muitos foram fazendo concursos da prefeitura e passando. Além disso, teve dois ou três PDV quando um monte de professor foi

embora, aposentadoria. É bom que só tem 100 eu até achei que ia demorar mais, você me traz um dado muito interessante.

9) O Prof. Pedro Kemp informou que os professores retornaram por conta de que o Plano de Carreira do estado é melhor, que eles estavam tendo muitos problemas nas escolas municipais pelo autoritarismo das prefeituras.

Até acho que pode ter havido isso também, muitos se transferiram. Quanto ao plano eles não precisavam ter preocupação porque no programa original teriam todas as garantias do Plano Estadual. Os professores estaduais não conseguiam receber ordens da prefeitura, porque eles tem um sindicato muito mais forte, tem perspectivas e há uma tendência a se pensar que o ensino do estado é melhor que o ensino do município.

Eu falo tendência porque tenho certeza de que nos próximos anos a gente vai ter uma surpresa. Basta ver Campo Grande vi uma reportagem que diz que todas as escolas municipais de Campo Grande estão informatizadas, e isso é resultado da municipalização.

Mas posso entender a situação dos docentes acho que não é nada fácil deixar de pertencer a uma rede ir para outra, ter lá professores que são diretamente ligados à outra rede que tem você como intrusa, e o contrário o professor estadual acha que são eles que estão invadindo uma escola que era sua, este lado eu entendo que seria complicado mesmo.

10) Esta proposta política da municipalização se baseia num modelo de participação comunitária e de autonomia nas gestões escolares. Na prática percebemos que nem sempre descentralização rima com autonomia, muitas vezes as escolas municipalizadas são muito mais autoritárias que as estaduais. O que a senhora pensa a respeito?

Verdade eu concordo com você, acho que essa discussão da gestão democrática esta muito mais avançada na rede estadual do que nas redes municipais. Ainda é muito mais fácil fazer política não no sentido macro-benéfico, mas no sentido de política-partidária de ganhar votos no município e manipular a escola do que na rede estadual.

Mas eu vejo de novo que só com a descentralização e a municipalização que mudaremos essa realidade. Essa mistura (professores estaduais e municipais) eu achava que deveria ser muito saudável professores mais politizados (estaduais), mais instrumentalizados na sua luta junto com os professores municipais, até porque se o vínculo dele empregatício era conosco e lá a prefeitura não era seu patrão (em termos de pagar) eles teriam até uma maior liberdade para se impor, não aconteceu como a gente esperava.

Concordo que ainda nas escolas municipais o autoritarismo esteja mais presente, mas acho que essa luta será na medida que essas escolas se fortalecerem e perceberem que podem lutar, após terem a garantia da estabilidade, plano de carreira indicados pelos seus municípios, o que a LDB hoje está obrigando.

Não dá pra ser contrário por este fato, tem que ser favorável para que essa luta que hoje nas escolas estaduais está praticamente ganha, que entre também nas escolas municipais. Para quem diz que a municipalização não funciona ou não daria certo por conta disso, eu uso outro lado, a municipalização fará com que essa realidade mude, eu acredito nisso.

11) A Secretaria Municipal de Campo Grande optou por criar sua rede própria, ao invés de fazer uso dos prédios e professores estaduais. Quando a senhora era Secretária da Educação o que alegaram para não participar do Programa de Descentralização?

Em Campo Grande é muito presente à questão política entre governo do estado e a prefeitura, muito sério isso, até hoje a gente vê que são dois pólos.

A prefeitura colocava como empecilho à falta de recursos, ela tinha também o ensino médio. A proposta com eles era muito avançada eu propunha pegar todo o ensino médio deles para eles levarem algumas séries do ensino fundamental.

Mas uma coisa é certa depois do FUNDEF, a rede municipal de ensino no país foi muito ampliada, basta ver os números do nosso estado, há um crescimento vertiginoso do ensino médio e uma queda no ensino fundamental do estado. Nos municípios ocorreu uma ampliação imensa porque tem dinheiro, é o único que tem o dinheiro.

Naquele período acabamos fazendo convênio com Dourados por conta da vontade política do prefeito, porque aqui em Campo Grande não conseguimos negociar. Mas de certa forma eles optaram por uma outra linha de municipalização que é um avanço significativo na oferta de vagas.

12) Os questionários que tenho aplicado em docentes revelam que os professores municipais não estão satisfeitos com a gestão, com o autoritarismo, dizem que prejudicam o andamento, que os diretores são indicados, já os professores estaduais apesar de reclamarem do salário, diz que estão contente com o ambiente de trabalho, com a gestão que tudo se resolve com o colegiado. A senhora acredita que isto vai se reverter num estado que tem uma história tão conservadora?

Eu não sei se vai se reverter, mas é o que eu espero, e para fundamentar o que eu digo é só lembrar o que eram as escolas estaduais do Mato Grosso do Sul antes deste

processo de gestão democrática, isso por volta de 1991. Quando eu cheguei na Secretaria, até a década 90, os diretores eram listados pelos deputados e eram eles quem definiam quem seriam os diretores das escolas.

A nossa luta de convencimento com a Assembléia foi muito grande quando implantamos a gestão democrática que tinha dois eixos, um era a eleição de diretores que a gente achava que sozinha não adiantaria, era necessário tirar a questão da política-partidária de dentro da escola. A política tem que estar dentro da escola como uma questão macro e de direito do cidadão, mas nunca partidária. Já o segundo eixo era que não adiantava a gente colocar o diretor eleito e a gestão continuar autoritária, tipo professor mandar no aluno. Nós precisávamos da comunidade dentro da escola, podendo opinar em igual condições por isso criamos o Colegiado.

Finalizando, enquanto a rede municipal de Campo Grande resistir em não trabalhar uma gestão democrática, a luta das escolas continua, porque se a capital fizer os municípios menores fazem atrás. Mas é preciso convencer os dirigentes que isso já é uma coisa ultrapassada até na discussão.

Veja bem quando você diz que nós temos um estado autoritário temos, agora essa questão de interferência e de autoritarismo é uma questão ultrapassada até em meios de discussão. Não passa na cabeça de ninguém a nível nacional ficar discutindo se ainda tem interferência dentro da escola e no Mato Grosso do Sul, infelizmente ainda as prefeituras resistem.

A tendência da rede ampliada é mudar este perfil, ou seja, os prefeitos estão trabalhando pela mudança ainda que inconscientes, e se na rede estadual deu certo no município também vai dar.

Acho que APC (Associação de Professores de Campo Grande) que reúne tanto professores estaduais como municipais tem um dever histórico de fazer esta discussão crescer. Principalmente no ano que vem que tem eleição, tentar convencer. E, além disso, o professor municipal tem a auto-estima diminuída e isto precisa ser trabalhado.



Roteiro de entrevista realizada com a Secretária Municipal de Educação de Campo Grande: Professora Maria Nilene Badeca da Costa

- 1) A senhora está exercendo este cargo há quanto tempo?
- 2) Antes do prefeito André Puccinelli se eleger, a senhora já trabalhava em cima de um projeto educacional para este governo ou não?
- 3) Quais são os maiores entraves que ocorrem na realização de seu trabalho?
- 4) Como é o regime de trabalho dos docentes da rede?
- 5) A municipalização do ensino, vem sendo apontada como instrumento para a modernização do ensino. O que a senhora pensa a respeito?
- 6) Como a Secretaria Municipal está se instrumentalizando para viabilizar este novo contexto?
- 7) A senhora considera que a rede municipal tem condições de assumir este processo?
- 8) Quanto aos municípios da região, tem pedido auxílio ao município de Campo Grande?
- 9) Esta proposta política da municipalização se baseia num modelo de participação comunitária e de autonomia nas gestões escolares. Como está acontecendo isto na prática?
- 10) A escola tem conseguido gerenciar as verbas que recebe?
- 11) A Secretaria Municipal de Campo Grande optou por criar sua rede própria, em vez de fazer uso dos prédios e professores estaduais. Por que?
- 12) Quantas escolas do Ensino Fundamental a prefeitura atende?
- 13) Como trabalham as escolas?
- 14) A rede municipal tem professores leigos?



15) O governo federal se comprometeu a repassar verbas aos municípios, viabilizando assim a municipalização. Estes repasses têm sido suficientes e pontuais?

16) Em relação ao Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares, como foi a implantação? Existe uma participação efetiva da comunidade?

17) Em relação ao transporte houve adequação de horário do aluno que mora muito distante?

Roteiro de entrevista realizada com a Secretária Municipal de Educação de Sidrolândia: Professora Mariana Matsui Toome

- 1) A senhora está exercendo este cargo há quanto tempo?
- 2) Antes do prefeito Enelvo Trad Felini se eleger, a senhora já trabalhava em cima de um projeto educacional para este governo ou não?
- 3) Quais são os maiores entraves que ocorrem na realização de seu trabalho?
- 4) Como é o regime de trabalho dos docentes da rede? E qual a faixa salarial?
- 5) A municipalização do ensino, vem sendo apontada como instrumento para a modernização do ensino. O que a senhora pensa a respeito?
- 5) Como a Secretaria Municipal está se instrumentalizando para viabilizar este novo contexto?
- 6) A senhora considera que a rede municipal tem condições de assumir este processo?
- 7) Em relação à Escola Olinda de Brito como vem funcionando a parceria com o Estado?
- 8) Esta proposta política da municipalização se baseia num modelo de participação comunitária e de autonomia nas gestões escolares. Como está acontecendo isto na prática?
- 9) A escola tem conseguido gerenciar as verbas que recebe?
- 10) A Secretaria Municipal de Sidrolândia teria interesse em novas parcerias com o governo estadual ou prefere criar sua rede própria, em vez de fazer uso dos prédios e professores estaduais?
- 11) Quantas escolas do Ensino Fundamental a prefeitura atende?
- 12) Como trabalham as escolas?

- 13) A rede municipal tem professores leigos?
- 14) O governo federal se comprometeu a repassar verbas aos municípios, viabilizando assim a municipalização. Estes repasses têm sido suficientes e pontuais?
- 15) Em relação ao Conselho Municipal de Educação e Conselhos Escolares, como foi a implantação? Existe uma participação efetiva da comunidade?
- 16) Em relação ao transporte houve adequação de horário do aluno que mora muito distante?
- 17) Existe concurso público para professor e diretor na rede municipal de Sidrolândia?

Roteiro de questionário aplicado em docentes da rede municipal de Campo Grande, rede estadual de Campo Grande e da rede municipal de Sidrolândia.

1) Professor: () concursado () outros

Rede: estadual () municipal ()

Ensino: infantil () fundamental () médio ()

Localização da escola: central () periferia ()

2) Qual o local de trabalho e seu tempo de serviço?

3) O senhor (a) está satisfeito (a) com seu trabalho? Justifique.

4) Quais são os maiores entraves que ocorrem na realização de seu trabalho?

5) O senhor (a) está satisfeito com o seu salário? Qual a sua faixa salarial? Quando foi seu último reajuste salarial?

6) Como é o seu regime de trabalho? O senhor (a) trabalha em mais de um local? Trabalha também para a rede privada?

7) A municipalização do ensino, vem sendo apontada como instrumento para a modernização do ensino. O que o senhor (a) pensa a respeito?

8) Como é a relação professor X direção na sua escola? O senhor (a) considera sua direção democrática ou autoritária? Justifique.

9) A escola tem conseguido gerenciar as verbas que recebe?

10) Qual a quantidade média de alunos que o senhor (a) tem em sala de aula?

11) Quais os critérios para escolher o diretor escolar?

12) Em relação à participação da Comunidade na gestão escolar existem Conselhos Escolares ou outros meios?

13) As verbas recebidas para a educação são suficientes? E a pontualidade no repasse dessas verbas?

14) Em relação à qualidade do ensino? O senhor (a) acha que tem melhorado nos últimos dez anos?

15) O senhor (a) considera seus alunos em relação à aprendizagem:

() ótimos () bons () razoáveis () péssimos

Justifique:

16) Atualmente o senhor (a) está estudando? O que está cursando?

Anexo A

**Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato
Grosso do Sul de 30/04/1992.**

**Encaminhamento à Assembléia Legislativa do
Projeto de Lei: Programa de Descentralização e
Fortalecimento do Ensino de 1º grau**



Moção

Atiba - DEPUTADO ARMANDO ANACHE

PROCESSO Nº 13262/92

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa, o envio de MOÇÃO DE APLAUSO ao jornal DIÁRIO DA SERRA, extensivo à sua Direção, Editoria e Funcionários, registrando a solidariedade e o regozijo deste Parlamento pela série de reportagens que vem divulgando a respeito do narcotráfico, da fabricação e comercialização da droga conhecida como "crack". Entendemos que o jornalismo investigatório vem conquistando cada vez mais o seu espaço, e sentimo-nos imensamente felizes, ao observar que, nesta Capital, existem profissionais do jornalismo que colocam a própria vida em risco, na defesa da sociedade, tal como faz diuturnamente, em Corumbá, o radialista Armando Amorim Anache, desde 1990, através do m... Rádio Clube de Corumbá.

LIDO 1992, 29 de abril de 1992.

DEPUTADO ARMANDO ANACHE

Moção poderá ser assim redigida:

"A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, manifesta ao jornal DIÁRIO DA SERRA o aplauso da sociedade sul-mato-grossense, pela corajosa campanha contra o narcotráfico, representada pela série de reportagens denunciando o aliciamento de menores, a fabricação e comercialização de "crack" em Campo Grande.

"Entende este Parlamento que o DIÁRIO DA SERRA dá um exemplo de como a imprensa séria e responsável pode contribuir para uma sociedade mais justa e humana"

MENSAGEM ORIUNDA DO PODER EXECUTIVO

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM/GOV/MS/MS 007/92

Campo Grande, 28 de abril de 1992

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DE MATO GROSSO DO SUL
25 ABR 1992
Processo nº 13262/92
Protocolo nº 13263/92

Ao Expediente
Em 28 ABR 1992

Senhor Presidente, Prof. Dr. Edmundo de Souza

Encaminho a essa Augusta Assembleia Legislativa, através de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que "autiza o Poder Executivo a instituir o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, e dá outras providências".

A Constituição Federal, no parágrafo 2º do artigo 211, institui que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar, sendo

que a mesma regra está insculpada no artigo 193 da Constituição Estadual.

A fim de cumprir a determinação constitucional e, também, para dotar o Estado de Mato Grosso do Sul de instrumento legal apropriado e eficaz, foi instituído o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, cujo texto é elevado à apreciação dos Nobres Deputados.

Objetiva, principalmente o Programa referido, o fortalecimento do ensino fundamental e assim, garantir a qualidade e torná-lo mais efetivo. A participação comunitária essencial ao sucesso de qualquer programa, se processa de forma mais direta, quando o generador está mais próximo. Os problemas imediatos e emergenciais ficam mais fáceis de solução, quando se tem o poder de decisão de forma direta e de fácil acesso, além de atender às necessidades específicas das microrregiões de abrangência.

O Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, terá resultados significativos ao público alvo, podendo ser gradido visando cobrir a evasão escolar e implementar a melhoria da qualidade de ensino.

O Projeto de Lei, elaborado com a participação significativa de segmentos envolvidos no processo educacional, traz uma progressiva divisão de responsabilidades, entre o Estado e os Municípios, que ao longo de seu desenvolvimento caracterizará a esfera de abrangência e propiciará um planejamento global voltado às especificações do ensino como um todo.

A transferência das unidades escolares que oferecem apenas o 1º Grau às Prefeituras Municipais e a transferência facultativa do ensino de 2º Grau ao Estado, propiciará significativa valorização do Ensino Público por viabilizar a aplicação de recursos estaduais, em maior volume, ao ensino de 1º e 2º Graus, garantindo o atendimento efetivo à demanda reprimida nestes níveis do Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os servidores públicos estaduais terão seus direitos garantidos e os Municípios caberá assumir, gradativamente, os novos servidores e promover as eventuais substituições de corpo docente. Até a substituição completa dos servidores estaduais, ficarão estes cedidos às Prefeituras Municipais.

Na forma da proposição apresentada a essa Augusta Casa de Leis, não haverá solução de continuidade e, gradativamente a descentralização do ensino fundametal será alicenciada.

Espero, pois, contar com o apoio dos Nobres Deputados, para que a Descentralização e o Fortalecimento do Ensino de 1º Grau se torne uma realidade em Mato Grosso do Sul.

Esperando contar com a imprescindível aquisição de Vossa Excelência e de suas ilustres parcs, envio minha admiração e apreço.

PEDRO PEDROSSIAN
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado LONDRES MACHADO
Deputado Presidente da Assembleia Legislativa
NESTA CAPITAL

LIDO
Na Sessão de 29 de abril de 1992
P. Secretário

Sumar

PODER LEGISLATIVO	PÁGINA
1ª PARTE	SESSÃO PLENÁRIA
Pauta.....	1
Indicação.....	1
Requerimento.....	1
Moção.....	2
MENSAGEM ORIUNDA DO PODER EXECUTIVO.....	2
2ª PARTE	COMISSÕES
Comissões Permanentes.....	3
3ª PARTE	ATOS ADMINISTRATIVOS
4ª PARTE	BOLETIM DE PESSOAL
Atos de Pessoal.....	4
5ª PARTE	AVISOS E EDITAIS

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul
PRESIDENTE: DEPUTADO LONDRES MACHADO
Parque dos Poderes - CEP 79.100 - 1 - Campo Grande/MS
COC n. 039/9390 0001 81

MESADIRETORIA

PRESIDENTE:	LONDRES MACHADO
1. VICE:	ROBERTO RAZZI
2. VICE:	HUMBERTO HENRIQUE
3. VICE:	EDUARDO RAMALHO
1. SECRETARIO:	ARMANDO ANACHE
2. SECRETARIO:	WALDIR MORA
3. SECRETARIO:	WALDIR MORA

DEPUTADOS ESTADUAIS

WALDIR MORA (PDB)	ANDRÉ PIZZUTTI (PMDB)
EDUARDO RAMALHO (PDB)	ROSE RAVENSON (PDB)
WALDOMIRO GONÇALVES (PDB)	SEBASTIÃO TOMAZELLI (PDB)
JOSE MONTIRO (PDB)	DR. FERNANDO (PDB)
VALDIR MACHADO (PMDB)	OSCAR CARVALHO (PDB)
FRANKLIN MACHADO (PMDB)	FRANKLIN MACHADO (PMDB)
FRANKLIN MACHADO (PMDB)	FRANKLIN MACHADO (PMDB)

1. datado pela mesa diretora

DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL
C.O.C.M.F. N.º 24651127 0001 - 38

Sede - Parque dos Poderes, Bloco 6-B, Setor IV, CEP 79.046, tel. (067) 726-4322 e 726-4227, Posto Central, para atendimento ao público em geral: Rua Eduardo Santos Pereira, n.º 501, CEP 79.013, tel. 382-5751. (Assinaturas apenas trimestrais).

Órgão destinado à publicação dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo

Diretor Geral: JOAQUIM ALVES VIEIRA
Diretor de Administração e Finanças: JOÃO ARRUDA MENDES JUNIOR
Diretora Técnica: RYETE VERRUCH
Assinatura e do Diário Oficial para Campo Grande

Retirada no balcão	R\$ 26.000,00
Entrega domiciliar (distribuição)	R\$ 44.000,00
Entrega domiciliar (corrente)	R\$ 56.000,00
Assinatura a prazo (trimestral)	R\$ 56.000,00
Quilts Capilares e Múltiplas (trimestral)	R\$ 4.000,00
Exemplar avulso	R\$ 600,00
Exemplar autógrafo	R\$ 850,00
Cópia autografada	R\$ 250,00

Forma de pagamento: os pagamentos de assinaturas e publicações devem ser feitos em moeda corrente ou através de cheque - COMPROADO de qualquer banco, nominal do Departamento de Imprensa - Oficial de Mato Grosso do Sul, payable na Praça de Campo Grande (M) - acompanhados de carta com nome e endereço completos

Dalies de Freitas Baria
Técnica SUINPE / CFE / CEE / SED

PROJETO DE LEI

Institui o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau através do qual, em atendimento ao que dispõe o artigo 211, § 1º da Constituição Federal e o artigo 193 da Constituição Estadual, caberá ao Estado transferir para a jurisdição Municipal, as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino que ministram apenas cursos de educação Pré-Escolar e ou de 1º Grau.

Art. 2º A transferência que trata o artigo anterior, dar-se-á mediante doação de patrimônio e celebração de convênio com cada uma das Prefeituras Municipais, competindo ao Estado a manutenção, mediante cessão, dos servidores efetivos, docentes e administrativos, das unidades escolares nas lotadas até 30 de abril de 1992, assegurando aos mesmos todos os direitos e vantagens.

Parágrafo Único. Na hipótese de ser de interesse da Prefeitura Municipal, o Estado, em contrapartida, encampará as unidades escolares do município, que ministram apenas o Ensino de 2º Grau.

Art. 3º O Estado, através da Secretaria de Estado de Educação, prestará assistência técnica, ao corpo docente e administrativo, às unidades escolares transferidas nos termos do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir normas complementares necessárias à instituição do Programa de que trata esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, de 1992

PEDRO PEDROSSIAN
Governador

2ª Parte

Comissões

DIRETORIA DE COMISSÕES

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Titulares	Suplentes
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ	
Dep. CÍCERO DE SOUZA (PTS) - Pres.	Dep. Waldir Neves (PTS)
Dep. S E T O (PST)	Dep. Humberto Teixeira (PM)
Dep. NAURÍCIO PICARELLI (PST) Vice	Dep. Santos Tomaselli (PST)
Dep. FRANKLIN NASRUNA (PMDB)	Dep. Waldemir Moka (PMDB)
Dep. ROBERTO RAZUK (POT)	Dep. Doutor Loester (POT)

FINANÇAS E ORÇAMENTO - FTO

Dep. CLAUDINEI DA SILVA (PTS) - Pres.	Dep. Beto (PTS)
Dep. JOSÉ BATISTON (PST) - Vice	Dep. Santos Tomaselli (PST)
Dep. ALBINO BORGES (PTS)	Dep. Humberto Teixeira (PM)
Dep. ANDRÉ PUCCINELLI (PST)	Dep. Waldemir Moka (PMDB)
Dep. JOSÉ MONTIHO (POT)	Dep. Oscar Goldoni (POT)

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - COM

Dep. NAURÍCIO PICARELLI (PST) Pres.	Dep. Santos Tomaselli (PST)
Dep. CLAUDINEI DA SILVA (PTS) Vice	Dep. Cícero de Souza (PTS)
Dep. WALDIR NEVES (PTS)	Dep. André Puccinelli (PMDB)
Dep. ANDRÉ PUCCINELLI (PMDB)	Dep. Beto (PTS)
Dep. DOUTOR LOESTER (POT)	Dep. José Batiston (PST)
	Dep. José Monteiro (POT)

EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC

Dep. WALDIR NEVES (PTS) Pres.	Dep. Eder Brambilla (PMDB)
Dep. VALDÊNIR MACRADO (PST) Vice	Dep. André Puccinelli (PMDB)
Dep. FERNANDO SALDANHA (PST)	Dep. Beto (PTS)
Dep. SANTOS TOMASELLI (PST)	Dep. José Batiston (PST)
Dep. ROBERTO RAZUK (POT)	Dep. José Monteiro (POT)

Saúde e Promoção Social - CPSS

Dep. ANDRÉ PUCCINELLI (PMDB) Pres.	Dep. Waldemir Moka (PMDB)
Dep. EDER BRAMBILLA (PMDB) Vice	Dep. Cícero de Souza (PTS)
Dep. ALBINO BORGES (PTS)	Dep. Claudinei Silva (PTS)
Dep. JOSÉ BATISTON (PST)	Dep. Naurício Picarelli (PST)
Dep. DOUTOR LOESTER (POT)	Dep. Oscar Goldoni (POT)

MEIO AMBIENTE - CMA

Dep. HUMBERTO TEIXEIRA (PM) Pres.	Dep. Cícero de Souza (PTS)
Dep. S E T O (PST) Vice	Dep. Franklin Nasruna (PMDB)
Dep. SANTOS TOMASELLI (PST)	Dep. Eder Brambilla (PMDB)
Dep. ROBERTO RAZUK (POT)	Dep. José Batiston (PST)
	Dep. Doutor Loester (POT)

REDACÇÃO FINAL - CFV

Dep. FERNANDO SALDANHA (PST) Pres.	Dep. Aluisio Borges (PTS)
Dep. HUMBERTO TEIXEIRA (PM) Vice	Dep. Cícero de Souza (PTS)
Dep. OSCAR GOLDONI (POT)	Dep. José Monteiro (POT)

COMISSÃO ESPECIAL

COMISSÃO ESPECIAL DE DIVISÃO TERRITORIAL - CDT

Dep. HUMBERTO TEIXEIRA (PM) Pres.	
Dep. ANDRÉ PUCCINELLI (PMDB) Vice	
Dep. FERNANDO SALDANHA (PST)	
Dep. JOSÉ BATISTON (PST)	
Dep. JOSÉ MONTIHO (POT)	

COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO TERRITORIAL - CERT

Art. 1º do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitorias.
VALIDADE: 01 (um) ano a contar da data de criação.
ATO Nº 84/91-PRES/AL/MS, de 07/março/91.

Dep. ALBERTO BORDON (PST)	
Dep. FERNANDO SALDANHA (PST)	
Dep. WALDÊNIR MOKA (PMDB)	

COMISSÃO ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR - CECE

Dep. ALBERTO BORDON (PST)	
Dep. FERNANDO SALDANHA (PST)	
Dep. ARMANDO ANACHE (POT)	
Dep. JOSÉ MONTIHO (POT)	
Dep. WALDÊNIR MOKA (PMDB)	

Criada pelo ATO Nº 15/91-PRES/AL/MS.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAR JUNTO AO PODER EXECUTIVO, A CRIAÇÃO DO FUNDO DE REFORMA AGRÁRIA E A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO

Dep. CLAUDINEI DA SILVA (PTS) Presidente	
--	--

Dep. JOSÉ MONTIHO (POT) Vice-Presidente
Dep. ALBERTO BORDON (PST)
Dep. ALBINO BORGES (PTS)
Dep. S E T O (PST)

Criada pelo ATO Nº 83/91-PRES/AL/MS, de 04.04.91

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA CONSTITUCIONAL

A ser constituída, com o objetivo de apreciar:
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99/91
AUTOR: Dep. IECA DO PT
EMENTA: Propõe Emenda à Constituição Federal, delimitando a abrangência das Medidas Provisórias.
DESPACHO: À Comissão Especial de Reforma Constitucional para emitir parecer, nos termos do disposto no art. 472 c/c o 463 do Regimento Interno.

PRazos PARA AS COMISSÕES

Art. 71 As Comissões terão os seguintes prazos para a emissão de pareceres, salvo as exceções previstas neste Regimento:
I - de três dias, nas matérias em regime de urgência;
II - de cinco dias, nas matérias em regime de prioridade; (ver também o art. 389 do RIAL)
III - de oito dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária.

PRazos PARA OS RELATORES

Art. 72 Para as matérias submetidas às Comissões deverão ser designados relatores dentro de vinte e quatro horas, exceto para as em regime de urgência, quando a designação será imediata.

§ 1º - O relator terá, para a apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I - de dois dias, nas matérias em regime de urgência;
II - de quatro dias, nas matérias em regime de prioridade; (ver também o art. 389 do RIAL)
III - de oito dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária.

§ 1º - Especificado o prazo, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente da Comissão, imediatamente, nomeará relator que terá o prazo de dois dias para apresentar parecer, quando que não haja disposição regimental em contrário.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTOR: LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS
PROJETO DE LEI Nº 02/92
EMENTA: Suprime dispositivo do artigo 7º da Lei Complementar nº 52, de 30 de agosto de 1990, e dá outras providências.
RELATOR: Deputado Roberto RazuK
PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO CÍCERO DE SOUZA
PROJETO DE LEI Nº 020/92
EMENTA: Cria garantia real ou fidejussória à Fazenda Estadual quando do arrendamento de terras pastais e lavradias.
RELATOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 15.04.92

AUTOR: DEPUTADO NAURÍCIO PICARELLI
PROJETO DE LEI Nº 019/92
EMENTA: Assegura o fornecimento contínuo dos serviços de água e luz a todos os servidores públicos estaduais de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO BETO
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 15.04.92

AUTOR: DEPUTADO NAURÍCIO PICARELLI
PROJETO DE LEI Nº 014/92
EMENTA: Dispõe sobre o pagamento de ICMS atrasado em mercadorias, e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PARECER CONTRÁRIO DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PROJETO DE LEI Nº 01/92
EMENTA: Da nova redação ao art. 54 da Lei Complementar nº 58, de 14 de janeiro de 1991.
RELATOR: DEPUTADO ROBERTO RAZUK
PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO NAURÍCIO PICARELLI
PROJETO DE LEI Nº 018/92
EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial dos atos praticados pela Secretaria de Estado de Comunicações, e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO BETO
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 16.04.92

AUTOR: PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 008/92
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/92
EMENTA: Altera disposições da Lei Complementar nº 52, de 30 de agosto de 1990, e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 21.04.92

AUTOR: DEPUTADO ARMANDO ANACHE
PROJETO DE LEI Nº 033/92
EMENTA: Declara de Utilidade Pública o Clube Atlético Lagoa Rica da cidade de Aquidauana.
RELATOR: DEPUTADO ROBERTO RAZUK
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 30.04.92

AUTOR: DEPUTADO IECA DO PT
PROJETO DE LEI Nº 024/92
EMENTA: Dispõe sobre o controle e fiscalização da execução orçamentária do Estado.
RELATOR: DEPUTADO BETO
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 30.04.92

AUTOR: DEPUTADO NAURÍCIO PICARELLI
PROCESSO Nº 13205/92
EMENTA: Requerimento convocando o Exm.º Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública para informar e debater com os Senhores Deputados as soluções para o sistema de segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul.
RELATOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 04.05.92

AUTOR: DEPUTADO EDER BRAMBILLA
PROJETO DE LEI Nº 025/92
EMENTA: Implanta unidades volantes de pronto-socorro nas rodovias existentes no Estado de Mato Grosso do Sul.
RELATOR: DEPUTADO BETO
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 04.05.92

AUTOR: DEPUTADO BETO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/92
EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a transferir licença do ITCMS comercialização de Pó de Gesso.
RELATOR: DEPUTADO FRANKLIN NASRUNA
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 04.05.92

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSO NA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AUTOR: DEPUTADO CÍCERO DE SOUZA
PROJETO DE LEI Nº 010/92
EMENTA: Disciplina a obrigatoriedade de tratamento de água nas piscinas dos hotéis, clubes, residências coletivas e motéis.
- PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO DOUTOR LOESTER
PROJETO DE LEI Nº 011/92
EMENTA: Institui, na Administração Pública Estadual, a aprovação por decurso de prazo, de processo administrativo.
- PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO IECA DO PT
PROJETO DE LEI Nº 001/92
EMENTA: Dispõe sobre a divulgação mensal da relação dos maiores fornecedores e prestadores de serviços do Estado.
- PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.

AUTOR: DEPUTADO EDER BRAMBILLA
PROJETO DE LEI Nº 009/92
EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a instituir programa que impeça o desmatamento dos cursos d'água do Estado de Mato Grosso do Sul.
RELATOR: DEPUTADO ANDRÉ PUCCINELLI
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 22.04.92

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

OBJETO: Convocação dos Diretores-Presidentes da ENERSUL e SANEISUL, para prestarem informações sobre os excessivos aumentos das tarifas de água e energia elétrica, determinados pelo ODESA, bem como as variadas taxas de iluminação pública que podem ser diminuídas e quais os critérios que o Governo do Estado poderia adotar visando a diminuição dos custos dessas tarifas.
DATA: 05 DE MAIO DE 1992, ÀS 15:00 HORAS.
LOCAL: PLENÁRIO "JULIO MARIA", do Palácio Guilhermino.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSO NA COMISSÃO DE FAZENDA E FINANÇAS SOCIAIS

AUTOR: DEPUTADO CÍCERO DE SOUZA
PROJETO DE LEI Nº 007/92
EMENTA: Concede prioridade aos doadores de sangue, dividendo com os demais, o valor da taxa de doação.
RELATOR: DEPUTADO DR. LOESTER
PRAZO: 07 (sete) dias - TÉRMINO DO PRAZO: 04.05.92

Anexo B

**Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato
Grosso do Sul de 14/12/1992.**

**Publicação da Lei nº 1.331, de 11 de dezembro
de 1992, que institui o Programa de
Descentralização e Fortalecimento do Ensino
de 1º grau**

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANO XIV Nº 3442 CAMPO GRANDE, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1992

CR\$ 4.000,00

161 PAGINAS

PODER EXECUTIVO

Lei Complementar

Lei

LEI COMPLEMENTAR Nº 066, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992.

LEI Nº 1.331, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 51, de 30 de agosto de 1990 e dá outras providências.

Institui o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul,

sabe que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os dispositivos da Lei Complementar nº 51, de 30 de agosto de 1990, a seguir indicados, que passam a vigor com as redações seguintes:

"Art. 8º

" § 1º O vencimento dos membros da Defensoria Pública será fixado com diferença não excedente a 10% (dez por cento) de uma para outra entrância e da mais elevada para o Procurador da Defensoria Pública, observados os artigos 93, inciso V, e o 135, da Constituição Federal."

" § 2º O vencimento básico do Procurador da Defensoria Pública não poderá exceder a noventa (90 por cento do vencimento do Procurador-Geral da Defensoria Pública, cuja remuneração é igual a percebida pelos Secretários de Estado, nem inferior a sete (7) vezes o menor vencimento, a qualquer título, da tabela de referência do Poder Executivo."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 11 de dezembro de 1992.

PEDRO PEDROSSIAN
Governador

O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, faço

saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau, em atendimento ao que dispõe o artigo 211, § 1º da Constituição Federal e o artigo 193 da Constituição Estadual.

Art. 2º A transferência de que trata o artigo anterior, dar-se-á mediante a doação de patrimônio e abrangerá as unidades da Rede Estadual de Ensino que ministram apenas cursos de educação pré-escolar e ou de 1º grau.

§ 1º Fica criada uma Comissão, integrada por representantes do Poder Executivo, da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), da União Sul-mato-grossense de Estudantes (USME) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) que, através de parecer técnico, autorizará a implantação do programa em cada Município.

§ 2º Na hipótese de ser de interesse da Prefeitura Municipal, o Estado, em contrapartida, encampará as unidades escolares do Município que ministram apenas o ensino de 2º grau.

Art. 3º Caberá ao Município optar pela adesão ao Programa instituído por esta Lei, mediante celebração de convênio com o Estado, através da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 4º Compete ao Estado manter, mediante cessão, os servidores efetivos, docentes e administrativos, das unidades escolares integrantes do Programa, assegurando-lhes todos os direitos e vantagens.

Parágrafo Único. As responsabilidades do Município em relação aos recursos humanos serão objeto de cláusula específica do convênio de que trata o artigo 3º desta Lei.

Art. 5º O Estado prestará assistência técnica aos corpos Docente e Administrativo das unidades escolares transferidas nos termos do artigo 2º desta Lei, através da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 6º O Poder Executivo, através da Comissão instituída nos termos do § 1º do art. 2º, fica autorizado a emitir normas complementares necessárias à instituição do Programa de que trata esta Lei.

Parágrafo Único. As normas complementares referidas neste artigo serão obrigatoriamente aprovadas pelo Poder Legislativo Estadual, por representantes dos corpos Docente e Administrativo das unidades escolares transferidas nos termos do artigo 2º desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1993.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 11 de dezembro de 1992.

PEDRO PEDROSSIAN
Governador

Anexo C

**Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato
Grosso do Sul de 09/11/1998.**

**Publicação do Decreto nº 9.231, de 06 de
novembro de 1998, que dispõe sobre a
estrutura da rede estadual de ensino, e dá
outras providências**



DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANO XX Nº 4832

CAMPO GRANDE, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 1998

R\$ 1,00

40 PÁGINAS

PODER EXECUTIVO

DECRETOS NORMATIVOS

DECRETO Nº 9.230, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.

Abre crédito suplementar às Unidades Orçamentárias que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 89, da Constituição Estadual e da autorização contida no art. 10, da Lei nº 1.818, de 29 de dezembro de 1997,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar às Unidades Orçamentárias mencionadas neste Decreto, compensado de acordo com os incisos do § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme detalhado no(s) anexo(s) deste Decreto, sendo que os ajustes da Programação Financeira deverão ser executados pela Junta de Programação Financeira - JPF.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 6 de novembro de 1998.

WILSON BARBOSA MARTINS
Governador

JOSÉ ANGELO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Finanças,
Orçamento e Planejamento

ANEXO - I

ANEXO AO DECRETO Nº 9.230, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	1 N S C F	2 E N S I D O	3 N A T U R E Z A D A D E S P E S A	4 F O N	5 D I S P O N Í B I L I D A D E	6 D I S P O N Í B I L I D A D E	7 C A N C E L A M E N T O
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP							
POLÍCIA CIVIL DE RS - PC							
3702.06070212.200							
MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA PC							
	2		3192.00	00	20.000,00	0,00	0,00
			SUBTOTAL	00	20.000,00	0,00	0,00
SOPEH - ENTIDADES SUPERVISIONADAS							
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE RS - DER/RS							
6201.16883373.562							
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS							
	2		4192.00	00	15.000.000,00	0,00	0,00
			SUBTOTAL	00	15.000.000,00	0,00	0,00
			TOTAL	00	15.020.000,00	0,00	0,00
			TOTAL GERAL		15.020.000,00	0,00	0,00

Obs: Inciso do ART. 43 da LEI FEDERAL 4.320 de 17/03/64

1 - SUPERÁVIT FINANCEIRO
2 - EXCESSO DE ARRECAÇÃO

3 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
4 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

ANEXO - II

ANEXO AO DECRETO Nº 9.230, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	1 N S C F	2 E N S I D O	3 N A T U R E Z A D A D E S P E S A	4 F O N	5 D I S P O N Í B I L I D A D E	6 D I S P O N Í B I L I D A D E	7 C A N C E L A M E N T O
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO							
SOPEH - ENTIDADES SUPERVISIONADAS							
6110.16883373.817							
PROJETOS A CARGO DO DER/RS							
	2		4311.01	00	15.000.000,00	0,00	0,00
			SUBTOTAL	00	15.000.000,00	0,00	0,00
			TOTAL	00	15.000.000,00	0,00	0,00
			TOTAL GERAL		15.000.000,00	0,00	0,00

Obs: Inciso do ART. 43 da LEI FEDERAL 4.320 de 17/03/64

1 - SUPERÁVIT FINANCEIRO
2 - EXCESSO DE ARRECAÇÃO

3 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
4 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

DECRETO Nº 9.231, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a estrutura das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 89, inciso IX, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Capítulo I Das Unidades Escolares e seus fins

Art. 1º As unidades escolares da rede estadual de ensino têm por finalidade:

- ministrar o ensino, observadas as normas técnicas e pedagógicas fixadas na legislação, consoante a realidade social e econômica em que se inserem;
- proporcionar aos profissionais da educação nas lotações, as técnicas e conhecimentos científicos para o seu aperfeiçoamento;
- promover a integração social do corpo discente em parceria com seus pais ou responsáveis;
- exercer influência renovadora sobre instituições educacionais outras, públicas ou particulares;
- aproveitar a eventual capacidade ociosa em atividades educacionais que objetivem a integração da unidade escolar com a comunidade, visando à difusão cultural e atividades afins;
- incentivar a criação de associação de pais e mestres e grêmios estudantis.

Capítulo II Da Constituição das Unidades Escolares

Art. 2º A unidade escolar é constituída de unidades de ensino, administrativa e pedagógica.

Art 3º Os cursos serão implantados observadas as disponibilidades físicas do prédio, os recursos humanos existentes e as necessidades da comunidade.

Art 4º A classificação da unidade escolar dar-se-á por ato do Secretário de Estado de Educação.

Capítulo III Da Organização da Unidade Escolar

Seção I Da Unidade Escolar

Art 5º A unidade escolar é constituída de:

- I - colegiado escolar;
- II - direção e direção-adjunta;
- III - coordenação pedagógica;
- IV - inspeção escolar;
- V - secretaria.

Art 6º A unidade escolar elaborará seu projeto pedagógico e regimento, sob a coordenação de seu colegiado, observada a legislação pertinente.

Art 7º O regimento disporá sobre a competência dos órgãos, forma de organização e funcionamento, e organização dos cursos.

Art 8º A coordenação das atividades da unidade escolar tocará

- I - à Superintendência de Educação, quanto as questões didático-pedagógicas e acompanhamento da vida escolar do aluno;
- II - à Diretoria-Geral Administrativa e Financeira e à Diretoria de Rede Física as questões patrimoniais e de pessoal.

Seção II Do Colegiado Escolar

Art 9º A unidade escolar contará com um colegiado, órgão de caráter deliberativo, consultivo e avaliativo, nos assuntos referentes à sua gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais vigentes.

§ 1º As funções deliberativas referem-se a tomada de decisões quanto ao direcionamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

§ 2º As funções consultivas referem-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e resolver situações no âmbito de sua competência.

§ 3º As funções avaliativas destinam-se à identificação de problemas e suas soluções.

Art 10. Integram o colegiado escolar:

- I - o diretor, na qualidade de membro nato e secretário executivo;
- II - comunidade interna constituída de professores, coordenadores pedagógicos e funcionários, com 50% (cinquenta por cento) das vagas;

III - comunidade externa constituída de alunos, pais ou responsáveis com os outros 50% (cinquenta por cento) das vagas.

§ 1º O regimento escolar fixará o quantitativo de membros do colegiado, asseguradas a paridade e a representatividade dos segmentos e comunidades.

§ 2º Os representantes de cada segmento serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição na forma estabelecida em ato do Secretário de Estado de Educação.

§ 3º O colegiado elegerá dentre seus membros um presidente para mandato de 3 (três) anos, na forma regimental, exceto o diretor.

Art 11. O Secretário de Estado de Educação poderá destituir o colegiado e ordenar a sua recomposição, sempre que o interesse público recomendar.

Seção III Da Direção

Art 12. A unidade escolar será dirigida por um diretor e um diretor-adjunto, designados na forma da lei.

§ 1º Ato do Secretário, disporá sobre as unidades escolares e comportam a função de diretor-adjunto.

§ 2º O diretor e o diretor-adjunto atuarão articuladamente na coordenação pedagógica na forma regimental.

Art 13. O diretor e o diretor-adjunto serão eleitos para mandato de 3 (três) anos permitida a reeleição.

Parágrafo único. Ato do Secretário de Estado de Educação disciplinará o processo eletivo.

Art 14. A vacância da função de diretor ou de diretor-adjunto ocorrerá pela:

- I - conclusão do mandato;
- II - dispensa a pedido, aposentadoria ou óbito;
- III - destituição da função.

§ 1º O diretor e o diretor-adjunto poderão ser destituídos por consequência de transgressão disciplinar grave ou conduta incompatível com a função, apuradas em sindicância.

§ 2º O dirigente ficará afastado de sua função durante a sindicância.

§ 3º Concluída a sindicância, e comprovada a culpa do diretor ou do diretor-adjunto, declarar-se-á vaga a função, e o colegiado escolar indicará o novo diretor, que cumprirá o restante do mandato.

Art 15. Inexistindo colegiado escolar, o Secretário de Estado de Educação designará um servidor do quadro da Secretaria para conduzir a unidade, que indicará os ocupantes das funções de diretor e de diretor-adjunto.

Seção IV Da Coordenação Pedagógica

Art 16. A unidade escolar contará com uma coordenação pedagógica.

Sumário

PODER EXECUTIVO	PAGINA
Decretos Normativos	01
Secretarias	04
Boletim de Licitações	12
Administração Indireta	15
Boletim de Pessoal	18
Assembleia Legislativa	22
Tribunal de Contas	22
Prefeitura da Capital	35
Prefeituras do Interior	36
Publicações e Pedido	37

PODER EXECUTIVO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GOVERNADOR	WILSON BARBOSA MARTINS
VICERRE	PLINIO SOARES ROCHA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	JOSE ANCELMO DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA	JORGE DE OLIVEIRA MARTINS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE	WILSON BARBOSA TAVARES
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS, LÍQUIDAÇÃO E PREVIDÊNCIA	MARIA DE LOURDES MACIEL
SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA	ATANASIO CHAVES DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	CARLOS ALBERTO MEGALHANS SAUD MENEZES
SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÃO E ENERGIA	JOAO JOSÉ DE SOUZA LEITE
SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	JOAQUIM D'ASSUNÇÃO F. DE SOUZA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ESPORTE	JOANA NEOLAIOS D. RODRIGUES
PROFESSOR-CHEFE DE ESCOLA	SALOMÃO FRANCISCO AMARAL
PROFESSOR-CHEFE DE ESCOLA	CARLOS BOBADILO GARCIA
PROFESSOR-CHEFE DE ESCOLA	BENEDITO DOMAS DE BEZENZI
PROFESSOR-CHEFE DE ESCOLA	JAIR PONTOURA CORREA
PROFESSOR-CHEFE DE ESCOLA	JOAO PIES PEDROSEMAN BASTOS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DEPARTAMENTO DE IMPRESSA OFICIAL DO MATO GROSSO DO SUL BRASIL C.B.E.O.F. 04.001.127/006-39

Órgão Oficial encarregado a publicação dos atos do Poder Executivo.
Lugar: Rua dos Poetas, Bloco 6-B, 1º andar, CEP 79 031-902, Fone (067) 726 4323 e (067) 726 4327, Fax (067) 726 3926.
POSTO CENTRAL: Edifício do Fórum - 1º andar - Av. Fernando Costa da Costa, CEP 79 002-820, Telefone 7825751.

Unidade de Atendimento e Impressão: IBEN OMAR COLTINHO ISMAEL.
Unidade de Atendimento e Impressão: IVETE VERLICK.

Pessoa de Atendimento: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

Unidade de Atendimento e Impressão: Atendimento ao Cliente.

que conduza as atividades pedagógicas em articulação com a direção

Art. 17 Cada turno de funcionamento terá o seu coordenador pedagógico

Parágrafo único O Secretário de Estado de Educação fixará o quantitativo de cargos de coordenador pedagógico.

Art. 18 A coordenação pedagógica será exercida por especialista de educação com habilitação em supervisão escolar ou orientação educacional.

Art. 19 O membro do magistério que deiver os cargos de especialista de educação e o de professor poderá exercê-los na mesma unidade escolar, compatibilizados os horários.

Seção V Da Inspeção Escolar

Art. 20 A unidade escolar contará com o serviço de inspeção escolar

Seção VI Da Secretaria

Art. 21 A unidade escolar contará com uma secretária.

Parágrafo único O secretário da unidade escolar será indicado pelo colegiado, inexistindo este, o diretor fará a indicação.

Seção VII Das Competências e Atribuições

Art. 22 Compete ao colegiado escolar:

- I - elaborar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação da comunidade em assembleia;
- II - participar da elaboração do projeto pedagógico e regimento escolar;
- III - deliberar sobre todos os assuntos pertinentes à unidade escolar;
- IV - avaliar a necessidade de se instalar novos cursos;
- V - estimular o aumento da eficiência da unidade escolar;
- VI - sugerir medidas de interesse para o ensino;
- VII - indicar falhas cometidas pelos integrantes dos corpos docente, discente e administrativo da unidade escolar;
- VIII - apreciar e emitir parecer sobre a execução financeira e as prestações de contas dos recursos geridos pelo diretor da unidade escolar;
- IX - aprovar o plano de aplicação financeira da unidade escolar;
- X - divulgar informações à comunidade referentes à aplicação dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;
- XI - analisar os resultados da avaliação interna e externa da unidade escolar e propor medidas para melhorar seu desempenho;
- XII - garantir a execução das determinações emanadas dos órgãos a que se subordinam;
- XIII - indicar a substituição do diretor e do diretor-adjunto;
- XIX - cumprir e fazer cumprir suas deliberações.

Art. 23 São atribuições do diretor da unidade escolar:

- I - representar a unidade escolar responsabilizando-se também com o colegiado escolar pelo seu funcionamento;
- II - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente e os objetivos propostos no projeto pedagógico da unidade escolar;
- III - manter atualizado o inventário dos bens públicos, zelando por sua conservação;
- IV - apresentar, anualmente, à comunidade os resultados da avaliação de desempenho e a movimentação financeira da unidade escolar, propondo ações que visem a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

V - coordenar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, consoante orientação do colegiado escolar;

VI - zelar pela fiel execução do projeto pedagógico, do regimento e do calendário escolar;

VII - decidir sobre as transgressões disciplinares dos alunos, ouvindo a coordenação pedagógica e o colegiado escolar;

VIII - submeter a apreciação do colegiado escolar as transgressões dos integrantes dos corpos docente e administrativo e as faltas graves dos alunos;

IX - executar as determinações emanadas dos órgãos a que se subordinam;

X - conceder férias regulamentares aos funcionários da unidade escolar;

XI - coordenar a elaboração e implementação do projeto pedagógico e do regimento escolar;

XII - submeter ao colegiado escolar o plano de aplicação dos recursos financeiros para avaliação e aprovação;

XIII - exercer outras atividades administrativas

Art. 24 São atribuições do diretor-adjunto

I - auxiliar o diretor, no exercício de suas funções;

II - substituir o diretor em seus impedimentos

Art. 25 São atribuições do inspetor escolar:

- I - proceder à verificação e avaliação da unidade escolar, quanto ao cumprimento das normas legais;
- II - apresentar proposições que contribuam para a reformulação da política educacional;
- III - propor ações que viabilizem a melhoria da qualidade da educação escolar;
- IV - identificar e avaliar as condições de funcionamento da unidade escolar nos aspectos pedagógico, físico e legal;
- V - orientar e assistir a unidade escolar na elaboração do projeto pedagógico e regimento escolar e na interpretação e cumprimento da legislação;
- VI - realizar e utilizar pesquisas que visem à melhoria do ensino;
- VII - incentivar a integração das unidades escolares, visando a troca de experiências pedagógicas;
- VIII - orientar e acompanhar o processo de criação de novos cursos e a organização da unidade escolar;
- IX - zelar pelo cumprimento da legislação vigente.

Art. 26 O exercício da inspeção não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal dos dirigentes da unidade escolar.

Art. 27 São atribuições do coordenador pedagógico:

- I - coordenar as atividades pedagógicas em consonância com os resultados obtidos na avaliação interna e externa;
- II - comunicar ao diretor e colegiado escolar os casos de transgressões disciplinares do corpo docente;
- III - participar das decisões sobre as transgressões disciplinares dos alunos;
- IV - promover o desenvolvimento do processo pedagógico de acordo com as diretrizes educacionais emanadas da Secretaria de Estado de Educação;
- V - organizar, acompanhar e avaliar o planejamento e a execução do trabalho pedagógico realizado pelo corpo docente da unidade escolar;
- VI - assessorar os professores técnica e pedagogicamente, de forma a adequar o seu trabalho aos objetivos da unidade escolar e aos fins da educação;
- VII - assistir os professores e alunos em seus problemas de relacionamento que estejam interferindo no processo ensino-aprendizagem;

VIII - propiciar condições de atendimento aos educandos portadores de necessidades especiais.

IX - criar condições de leitura, pesquisas e estudos sistematizados.

X - criar mecanismos efetivos de combate a evasão e a repetência no âmbito da unidade escolar, assegurando ambiente adequado voltado ao sucesso escolar do aluno.

XI - enviar anualmente à direção colegiada relatório sobre desempenho do corpo docente.

XII - coordenar a elaboração do projeto pedagógico e do regimento escolar juntamente com a direção colegiada.

XIII - desempenhar outras atribuições de natureza pedagógica.

Art 28 Compete ao secretário da unidade escolar os trabalhos pertinentes à vida escolar dos alunos, arquivamento e correspondência da escola e acompanhamento da vida funcional dos servidores.

Art 29 Na ausência do diretor e do diretor-adjunto da unidade escolar o coordenador pedagógico atenderá as questões de ordem administrativa e procederá a seu encaminhamento ao titular da função.

Capítulo IV

Do Patrimônio e do Regime Financeiro

Art 30 O diretor responderá pelos bens e recursos financeiros recebidos da Secretaria de Educação, das eventuais doações e dos demais recursos destinados a unidade escolar, bem como pela movimentação bancária dos suprimentos de fundos e pela Caixa de Assistência e Manutenção da Escola.

Parágrafo único O diretor submeterá a apreciação do colegiado escolar balancete mensal dos recursos da unidade escolar, sem prejuízo de outras obrigações legais.

Capítulo V

Do Corpo Docente e Corpo Discente

Art 31 O corpo docente é constituído pelos professores regularmente lotados na unidade escolar consoante os cursos oferecidos e quadros curriculares operacionalizados.

Art 32 O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na unidade escolar.

Capítulo VI

Do Corpo Administrativo

Art 33 A unidade escolar contará com um corpo próprio de funcionários, cujo quantitativo será fixado por ato do Secretário de Estado de Educação, conforme a tipologia.

Art 34 Cabe ao diretor da escola promover a distribuição do pessoal administrativo para atendimento dos diversos turnos de funcionamento.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais

Art 35 O diretor, o diretor-adjunto e o secretário da unidade escolar cumprirão carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, sendo 8 (oito) horas diárias, distribuídas de forma que estejam presentes em todos os turnos de funcionamento.

Art 36 As unidades escolares que vierem a funcionar excepcionalmente com turnos intermediários, os integrantes da coordenação pedagógica articular-se-ão de forma que esses turnos sejam atendidos por um dos coordenadores pedagógicos.

Art 37 As unidades escolares consideradas especiais terão suas estruturas definidas em regulamentação específica.

Art 38 As vagas remanescentes da lotação de todos os especialistas de educação, nas funções de coordenador pedagógico ou inspetor escolar, poderão ser ocupadas, em caráter excepcional, por professores efetivos, que responderão pela função até a lotação de um titular habilitado.

§ 1º O aproveitamento de professores dar-se-á desde que estes sejam portadores de diploma de conclusão de curso superior em pedagogia.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, a duração de cada turno de trabalho será de 4 (quatro) horas diárias, para cada cargo de 22 (vinte e duas) horas-aulas.

§ 3º A designação do inspetor escolar e do professor para o exercício da função de coordenador pedagógico dar-se-á por ato do Secretário de Estado de

Educação

Art 39 As eleições gerais para escolha do diretor, diretor-adjunto, membros do colegiado escolar, previstas para o ano de 1998, ocorrerão em todas as unidades escolares da rede estadual de ensino no dia 30 de novembro de 1998, e posse dos eleitos dar-se-á em 14 de dezembro do mesmo ano.

Parágrafo único Os diretores e diretores-adjuntos serão submetidos a curso de capacitação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas, a ser ministrado pelo Secretário de Estado de Educação.

Art 40 Ficam prorrogados até 14 de dezembro de 1998 os mandatos dos atuais diretores, diretores-adjuntos e membros do colegiado escolar das unidades escolares da rede estadual de ensino.

Art 41 A unidade escolar que vier a funcionar em data posterior à prevista no art. 39, será dirigida por um diretor *pro tempore* designado pelo Secretário de Estado de Educação pelo prazo de 90 (noventa) dias.

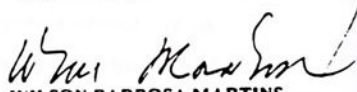
§ 1º Durante esse prazo serão realizadas eleições gerais para diretor, diretor-adjunto e colegiado escolar.

§ 2º Os eleitos cumprirão o restante do mandato até a realização das próximas eleições gerais.

Art 42 A direção colegiada adequará a este Decreto o regimento escolar no prazo de 30 (trinta) dias de sua vigência.

Art 43 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 5.868, de 17 de abril de 1991, o Decreto nº 8.277, de 7 de junho de 1995 e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 6 de novembro de 1998


WILSON BARBOSA MARTINS
Governador


MARIA DE LOURDES MACIEL
Secretária de Estado de Educação

SECRETARIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

RESOLUÇÃO SEFOP-MS Nº 1.292/98, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998.

Aprova a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa das Unidades Orçamentárias que mencionam e das outras providências.

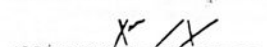
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e observado o contido no Parágrafo único do art. 25, da Lei nº 1.768, de 23 de julho de 1997, combinado com o art. 5º, do Decreto nº 9.013, de 29 de dezembro de 1997,

RESOLVE

Art 1º Fica aprovada a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa das Unidades Orçamentárias, discriminada no anexo desta Resolução.

Art 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 06 de novembro de 1998.


JOSÉ ANCELMO DOS SANTOS
Secretário de Estado de Finanças,
Orçamento e Planejamento

Anexo D

**Cópia do Diário Oficial do Estado de Mato
Grosso do Sul de 23/04/1999.**

**Publicação da Resolução/SED nº 1.340, de 20
de abril de 1999, que dispõe sobre o processo
eleitoral nas unidades escolares da Rede
Estadual de Ensino para escolha de Diretor,
Diretor Adjunto, Colegiado Escolar e dá outras
providências**



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Resolução/SED nº 1.340, de 20 de abril de 1999

Dispõe sobre o processo eleitoral nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino para escolha de Diretor, Diretor Adjunto, Colegiado Escolar e de outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no parágrafo único, do art. 13, do Decreto nº 9.231, de 6 de novembro de 1998,

RESOLVE:

Capítulo I

Das Eleições Gerais

Art. 1º Os Diretores, Diretores Adjuntos e Colegiados Escolares das escolas da Rede Estadual de Ensino serão eleitos por voto direto e secreto de igual valor para todos.

Art. 2º A eleição de Diretor e de Diretor Adjunto será simultânea a do Colegiado Escolar.

Art. 3º Poderão votar:

- I - pais ou responsáveis;
- II - professores;
- III - coordenadores pedagógicos;
- IV - funcionários administrativos;
- V - alunos da escola com idade mínima de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Cada pessoa terá direito a apenas um voto, mesmo que pertença a mais de um segmento ou tenha mais de um filho matriculado na unidade escolar.

Art. 4º O Diretor, o Diretor Adjunto e os membros do Colegiado Escolar que serão eleitos nos anos 1999 e 2000 terão o seu mandato encerrado no mesmo período daqueles que foram eleitos em 30 de novembro de 1998.

Art. 5º A eleição, em todas as unidades escolares, dar-se-á entre os candidatos que tenham suas candidaturas homologadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 6º Os candidatos, tão logo tenham homologada a sua candidatura, poderão tornar público seu plano de ação.

Art. 7º A eleição para Diretor e Diretor Adjunto será considerada válida se o número de votantes for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do total de eleitores.

§ 1º Não ocorrendo o previsto neste artigo, será anulada a eleição, cabendo ao Colegiado Escolar indicar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o Diretor e o Diretor Adjunto que exercerão as funções até as próximas eleições gerais.

§ 2º Na hipótese de não haver Colegiado Escolar, caberá ao Secretário de Estado de Educação, depois de ouvir a comunidade escolar, designar servidor(es) do Grupo Magistério da referida Secretaria para exercer(em) a(s) função(ões) de Diretor e de Diretor Adjunto, se couber, pelo período de 01 (um) ano, após o qual serão realizadas novas eleições.

Art. 8º É facultativo o voto dos pais de alunos maiores de 15 anos, não sendo computado para efeito de *quorum*.

Art. 9º Sempre que não houver candidato a eleição, ou se esta vier a ser anulada em razão do número de votantes ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do total de eleitores, aplicar-se-á o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 7º, desta Resolução.

Capítulo II

Da Eleição do Diretor e do Diretor Adjunto

Art. 10 Poderá candidatar-se a Diretor ou a Diretor Adjunto o membro do magistério que comprovar possuir os requisitos mínimos necessários para o exercício da função.

§ 1º Os requisitos mínimos a que se refere este artigo são:

I - pertencer ao Grupo Magistério, do Quadro Permanente ou Suplementar, e ter sua lotação em unidade integrante da estrutura da Secretaria de

Estado de Educação.

II - possuir, no mínimo, licenciatura de nível superior, comprovada, através de diploma, certificado de colação de grau ou atestado de conclusão de curso consoante Resolução/SED nº 1.337, de 25 de março de 1999;

III - apresentar plano de ação trienal em consonância com o projeto político-pedagógico da unidade escolar.

§ 2º O membro do magistério poderá se inscrever para concorrer à eleição em uma única unidade escolar.

Art. 11 Os candidatos a Diretor e a Diretor Adjunto deverão compor chapa nas unidades escolares que comportarem tais funções.

Art. 12 Na contagem dos votos, observado o disposto no artigo 7º desta Resolução

I - tratando-se de candidato único (ou chapa única), será considerado eleito(a) o candidato (ou a chapa) que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos apurados;

II - em caso de mais de um candidato (ou chapa), será eleito(a) o(a) que obtiver a maioria simples dos votos apurados.

Art. 13 O membro do magistério, que tiver sido indiciado em sindicância ou processo administrativo disciplinar em que tenha sido comprovada sua culpabilidade, ficará impedido de se candidatar ao exercício das funções de Diretor, Diretor Adjunto e membro do Colegiado Escolar por 1 (uma) eleição, a partir da data da publicação do resultado do julgamento em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º Em se tratando de processo criminal, o membro do magistério ficará impedido de se candidatar, enquanto durarem os efeitos da pena.

§ 2º Caso a conclusão do processo administrativo disciplinar ou civil criminal ocorra com comprovação de culpabilidade durante o exercício da função, o membro do magistério eleito perderá imediatamente o mandato.

Capítulo III

Da eleição do Colegiado Escolar

Art. 14 Os integrantes do Colegiado Escolar serão eleitos pelos seus respectivos segmentos, com o *quorum* mínimo de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 15 Ficam impedidos de concorrer a eleição do Colegiado Escolar as pessoas que:

- I - tiverem qualquer grau de parentesco entre si;
- II - pertencerem a administração da Associação de Pais e Mestres (APM) ou da caixa de assistência e manutenção da escola, e a direção da unidade escolar;
- III - tiverem sido indiciadas em processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar no qual foi comprovada sua culpabilidade;
- IV - forem condenadas em processo criminal, enquanto durarem os efeitos da pena.

§ 1º O impedimento a que se refere este artigo, será por 1 (uma) eleição, a contar da data de publicação do resultado do julgamento em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 2º Não poderão concorrer a eleição do Colegiado Escolar, como representantes da comunidade externa, os alunos e pais que, sendo funcionários públicos, tenham lotação na mesma unidade escolar.

Art. 16 O membro eleito do Colegiado Escolar, que tiver sido indiciado em sindicância ou processo administrativo disciplinar ou civil criminal, perderá imediatamente o mandato caso seja comprovada sua culpabilidade.

Capítulo IV

Da Comissão Eleitoral

Art. 17 As eleições de Diretores, Diretores Adjuntos e Colegiados Escolares serão coordenadas por uma Comissão Eleitoral, composta por, pelo menos, 1 (um) professor, 1 (um) funcionário administrativo, 1 (um) coordenador pedagógico, 1 (um) pai e 2 (dois) alunos, ou 2 (dois) pais e 1 (um) aluno.

Parágrafo único. O aluno menor de 18 anos, para integrar a Comissão Eleitoral, deverá apresentar prévia autorização dos pais ou responsável.

1999 - ANO INTERNACIONAL DO IDOSO. "UMA SOCIEDADE PARA TODAS AS IDADES".

Art. 18 São atribuições da Comissão Eleitoral:

I - homologar ou indeferir a candidatura dos inscritos, após verificação da documentação necessária;

II - encaminhar a Secretaria de Estado de Educação a relação nominal dos candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação da candidatura;

III - divulgar oficialmente, por meio de Edital, as candidaturas homologadas para Diretor, Diretor Adjunto e membro do Colegiado Escolar, no prazo de 24 horas, a contar da data de encerramento das inscrições;

IV - garantir a divulgação dos planos de ação dos candidatos a Diretor, a Diretor Adjunto e a membro do Colegiado Escolar, em assembleia única, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a homologação das candidaturas;

V - estabelecer e regulamentar normas e critérios para o processo eleitoral, desde a campanha eleitoral até o dia das eleições;

VI - garantir que seja respeitado o prazo de 24 horas antes da data da realização das eleições para o encerramento da campanha eleitoral;

VII - providenciar as folhas de assinatura e divulgar a listagem dos aptos ao voto, até 03 (três) dias úteis antes da realização das eleições;

VIII - elaborar a cédula eleitoral;

IX - providenciar as urnas necessárias;

X - fazer escala dos componentes das mesas eleitorais;

XI - providenciar modelo de relatório das mesas eleitorais;

XII - receber, averiguar e julgar, no prazo de 48 horas, as denúncias recebidas até 3 (três) dias antes das eleições;

XIII - averiguar e julgar imediatamente as denúncias recebidas nos 2 (dois) dias que antecedem o pleito eleitoral, incluindo o dia da eleição;

XIV - divulgar o processo eleitoral e criar mecanismos que garantam a participação da comunidade;

XV - coordenar os trabalhos de contagem dos votos realizados pelas mesas eleitorais;

XVI - elaborar ata de resultado final, com indicação do candidato ou da chapa eleita, e registrar os recursos impetrados durante o processo eleitoral;

XVII - declarar eleito e dar posse ao candidato (ou chapa) que obtiver maior número de votos;

XVIII - declarar nula a eleição, nos casos previstos por esta Resolução

Capítulo V**Das Disposições Gerais**

Art. 19 A Secretaria de Estado de Educação fará ampla divulgação das eleições escolares

Art. 20 As Eleições Gerais previstas ocorrerão no dia 6 de maio, das 8 as 21 horas

Art. 21. Aos Diretores e Diretores Adjuntos eleitos será oferecido, pela Secretaria de Estado de Educação, curso de capacitação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas

Art. 22. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções/SED nº 1.303, de 9 de novembro de 1998, nº 1.320 e nº 1.330, de 9 de fevereiro de 1999, e as disposições em contrário

Campo Grande, 20 de abril de 1999


PEDRO CESAR KEMP GONÇALVES
Secretário de Estado de Educação

Resolução/SED nº 1.341, de 22 de abril de 1999

Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série na Escola Estadual de Itaporã, com sede no município de Itaporã/MS, e das outras providências

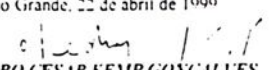
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a legislação vigente para o Sistema Estadual de Ensino de Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o que consta no Processo nº 13.012204/99,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série na Escola Estadual de Itaporã, com sede no município de Itaporã/MS, a partir do ano de 1999

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Campo Grande, 22 de abril de 1999


PEDRO CESAR KEMP GONÇALVES
Secretário de Estado de Educação

Resolução/SED nº 1.342, de 22 de abril de 1999

Autoriza o funcionamento do Ensino Médio na Escola Estadual Lino Villachá, com sede no município de Campo Grande/MS, e das outras providências

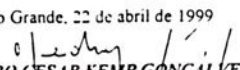
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a legislação vigente para o Sistema Estadual de Ensino de Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o que consta no Processo nº 13.000124/99,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Ensino Médio na Escola Estadual Lino Villachá, com sede no município de Campo Grande/MS, a partir do ano de 1999

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Campo Grande, 22 de abril de 1999


PEDRO CESAR KEMP GONÇALVES
Secretário de Estado de Educação

Resolução/SED nº 1.343, de 22 de abril de 1999

Autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série na Escola Estadual Etelvio Pereira Martins, com sede no município de Rio Brilhante/MS, e das outras providências

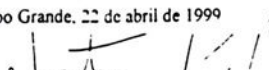
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a legislação vigente para o Sistema Estadual de Ensino de Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o que consta no Processo nº 13/012600/99,

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série na Escola Estadual Etelvio Pereira Martins, com sede no município de Rio Brilhante/MS, a partir do ano de 1999

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Campo Grande, 22 de abril de 1999


PEDRO CESAR KEMP GONÇALVES
Secretário de Estado de Educação

Anexo E

**Cópia de parte do Manual: Como elaborar o
Plano de Desenvolvimento da Escola;
aumentando o desempenho da escola por meio
do planejamento eficaz**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz

*Antônio Carlos da Ressurreição Xavier
José Amaral Sobrinho*

FUNDESCOLA
Brasília - 1999

Copyright Antônio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho
1ª edição - fevereiro de 1998

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que citada a fonte, e obtida a autorização por escrito, dos autores [telefax (061) 346.7913].

Os direitos de reprodução deste manual foram cedidos para utilização nas escolas públicas que participam da implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, no âmbito do Programa FUNDESCOLA/MEC.

Xavier, Antônio Carlos da Ressurreição. Amaral Sobrinho, José.

Como elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola; aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. 2ª ed. / Antônio Carlos da Ressurreição Xavier, José Amaral Sobrinho - Brasília: Programa FUNDESCOLA, 1999.

197 p.

1. Gestão escolar 2. Escola pública - planos 3. Desenvolvimento escolar. I Amaral Sobrinho, José II. Título III. Programa FUNDESCOLA IV. FUNDESCOLA.

Revisão Final:
Denise Oliveira

Projeto Gráfico:
Cloves Bacellar

Esta obra foi editada e publicada para atender objetivos do Programa FUNDESCOLA, em conformidade com o Acordo de Empréstimo Número 4311BR com o Banco Mundial, no âmbito do Projeto BRA 98/011 do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Todos os direitos reservados.

Síntese

.....	5
Visão geral do processo de elaboração do PDE	13
A quem se destina este manual	15
Como usar este manual	17
O que é o PDE	19
Estrutura do PDE	20
Etapas da elaboração e implementação do PDE	21
Quem elabora e implementa o PDE	25
 <i>Capítulo 1</i>	
ETAPA 1 - Preparação do PDE	29
Preparando-se para o PDE	31
 <i>Capítulo 2</i>	
ETAPA 2 - Análise Situacional	35
Efetuando a análise situacional da escola	37
- Coleta de dados	37
- Análise de dados	40
Questionário 1 - Perfil e Funcionamento da Escola	45
- Ficha-resumo do funcionamento da escola	47
Questionário 2 - Análise dos Fatores Determinantes da Eficácia Escolar	63
- Ficha-resumo dos fatores de eficácia	65
Questionário 3 - Avaliação Estratégica da Escola	83
- Ficha-resumo da avaliação estratégica da escola	85
Documento-Síntese da Análise Situacional	103



<i>ETAPA 3 - Definição da Visão Estratégica e do Plano de Suporte Estratégico</i>	115
Definindo a visão estratégica e o plano de suporte estratégico	117
Visão estratégica	122
Valores	125
Visão de futuro	129
Missão	133
Objetivos estratégicos	138
Plano de suporte estratégico	143
- Estratégias	144
- Metas	146
- Plano de ação	158
 <i>ETAPAS 4 e 5 - Execução, Acompanhamento e Controle</i>	165
Execução, acompanhamento e controle	167
 <i>Formulários para Apresentação do PDE</i>	181
Formulário 1 - Identificação e Caracterização da Escola e dos Responsáveis pela Elaboração do PDE	184
Formulário 2 - Síntese da Análise Situacional	186
A - Perfil e Funcionamento da Escola	186
B - Fatores Determinantes da Eficácia Escolar	188
C - Avaliação Estratégica da Escola	189
D - Fatores Críticos de Sucesso da Escola	191
Formulário 3 - Visão estratégica	192
A - Nossos Valores	192
B - Nossa Visão de Futuro	192
C - Nossa Missão	193
D - Nossos Objetivos Estratégicos	193
Formulário 4 - Objetivos Estratégicos, Estratégias e Metas	194
Formulário 5 - Plano de Suporte Estratégico - Plano de Ação	195

O Plano de Desenvolvimento da Escola é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar e pais de alunos). O PDE define o que é a escola, o que ela pretende fazer, aonde ela pretende chegar, de que maneira e com quais recursos. É um processo coordenado pela liderança da escola para o alcance de uma situação desejada, de uma maneira mais eficiente e eficaz, com a melhor concentração de esforços e de recursos.



No PDE, a escola analisa o seu desempenho passado, seus processos, suas relações internas e externas, seus valores, sua missão, suas condições de funcionamento e seus resultados. A partir dessa análise ela projeta o seu futuro, define aonde quer chegar, que estratégias adotará para alcançar seus objetivos, que processos desenvolverá, quem estará envolvido em cada processo e qual o perfil de saída de seus alunos.

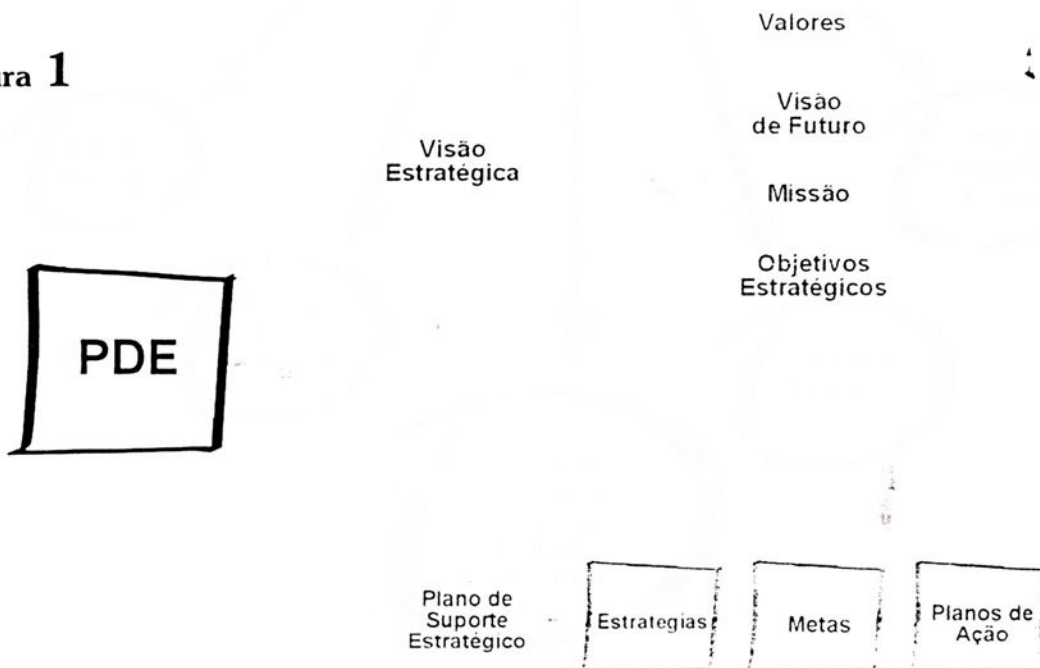
Assim, o PDE busca transformar a visão da escola em realidade. Não lida apenas com decisões futuras e sim, principalmente, com o futuro das decisões que são tomadas cotidianamente na escola. Não é uma tentativa de eliminar os riscos, mas de abordar e administrar os riscos de maneira eficiente e eficaz.

O PDE compõe-se de duas partes: **visão estratégica** e **plano de suporte estratégico**. Na visão estratégica a escola identifica os **valores** que defende; a sua **visão de futuro**, ou o perfil de sucesso que deseja alcançar no futuro; sua **missão**, que constitui a sua razão de ser; e seus **objetivos estratégicos**, isto é, os grandes alvos a serem alcançados num período de dois a cinco anos. No plano de suporte estratégico a escola define, a partir de seus objetivos estratégicos, o conjunto de **estratégias**, **metas** e **planos de ação** que transformarão a visão estratégica em realidade.



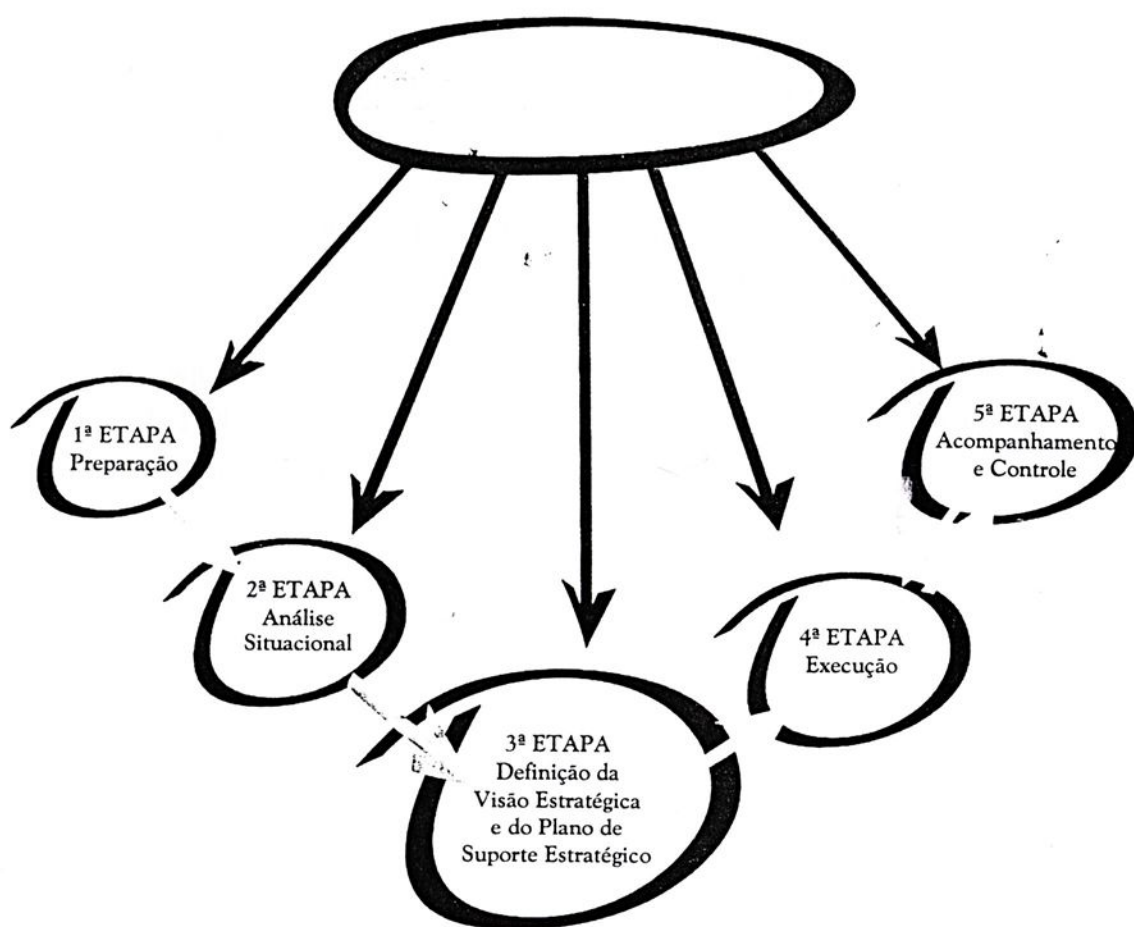
A figura 1 mostra uma representação gráfica do PDE, cujos componentes serão detalhadamente analisados nos capítulos dois a cinco.

Figura 1



Da preparação à implementação, o PDE desdobra-se em cinco etapas, conforme figura 2, abaixo:

Figura 2



1. **Preparação:** etapa em que a escola se organiza para a elaboração do PDE, define os passos a serem seguidos, identifica as responsabilidades, promove o estudo do **manual** e divulga o processo a toda a comunidade escolar.
2. **Análise Situacional** (diagnóstico): etapa em que é efetuado um levantamento de dados e informações sobre a qualidade da escola em seus diferentes aspectos. Nesta etapa a escola reflete sobre o significado desses dados e informações para obter uma melhor compreensão do que está sendo feito e do que deve ser feito para melhorar o desempenho da escola. O diagnóstico é condição indispensável para que a escola possa elaborar sua visão estratégica e seu plano de suporte estratégico.
3. **Definição da visão estratégica e do plano de suporte estratégico:** etapa de elaboração da visão estratégica (valores, visão de futuro, missão e objetivos estratégicos da escola) e do plano de suporte estratégico (estratégias, metas e planos de ação), para a implementação dos objetivos estratégicos.
4. **Execução:** etapa em que os planos de ação estabelecidos pela escola são implementados.
5. **Acompanhamento e controle:** etapa de verificação da execução dos planos de ação e de adoção de medidas corretivas, quando necessário.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações a serem executadas ao longo das cinco etapas do PDE. Nos capítulos seguintes (dois a cinco) cada uma dessas etapas será detalhadamente analisada.

Nº	O QUE (Ações)	QUEM (Responsável)	QUANDO (Prazo)
Etapa de Preparação			
01	Constituir o Grupo de Sistematização.	Diretor	1ª semana
02	Indicar o coordenador do PDE.	Diretor	1ª semana
03	Estudar o manual do PDE.	Diretor	1ª semana
04	Esclarecer a comunidade escolar sobre o PDE e o processo de elaboração.	Diretor	1ª semana
Etapa da Análise Situacional			
05	Efetuar o levantamento do perfil e funcionamento da escola (Questionário 1) e preencher a ficha-resumo 1.	Coordenador do PDE	2ª semana
06	Efetuar a análise dos fatores determinantes da eficácia escolar (Questionário 2) e preencher a ficha-resumo 2.	Coordenador do PDE	2ª e 3ª semanas
07	Proceder à avaliação estratégica da escola (Questionário 3), junto aos membros do Grupo de Sistematização, e preencher a ficha-resumo 3.	Coordenador do PDE	2ª e 3ª semanas
08	Elaborar o Documento-Síntese da Análise Situacional.	Coordenador do PDE	4ª semana
Etapa da Definição da Visão Estratégica e Plano de Suporte Estratégico			
09	Realizar a primeira reunião do Grupo de Sistematização (Reunião de Minuta) para a elaboração da primeira versão do PDE.	Diretor	5ª semana
10	Realizar 1ª rodada das reuniões de apoio.	Líderes de objetivos	5ª e 7ª semanas
11	Realizar a segunda reunião do Grupo de Sistematização (Reunião de Consenso) agregando as sugestões dos grupos de apoio.	Diretor	8ª semana
12	Realizar a 2ª rodada das reuniões de apoio.	Líderes de objetivos	9ª semana
13	Realizar a terceira reunião do Grupo de Sistematização (Reunião de Comprometimento) para a elaboração da versão final do PDE.	Diretor	10ª semana
14	Apresentar o PDE para a comunidade escolar e colegiado (se houver).	Diretor	11ª semana



Etapas da Execução e do Acompanhamento e Controle			
15	Acompanhar e controlar a execução do PDE.	Coordenador do PDE	A partir da 12ª semana e ao longo do período de execução do PDE.
16	Divulgar o PDE.	Diretor	A partir da 12ª semana e ao longo do período de execução do PDE.



Os prazos acima são apenas sugestões e devem ser dimensionados de acordo com as condições objetivas de cada escola.

Quem elabora e implementa o PDE

O processo de elaboração e implementação do PDE é coordenado pela liderança da escola com apoio e participação da comunidade escolar. Isso não significa, no entanto, que todos devam participar de tudo. Embora todos possam e devam opinar, é importante e necessário criar uma estrutura que garanta a elaboração e a implementação do PDE de maneira organizada e eficaz. A estrutura sugerida neste **manual** compõe-se dos seguintes elementos:



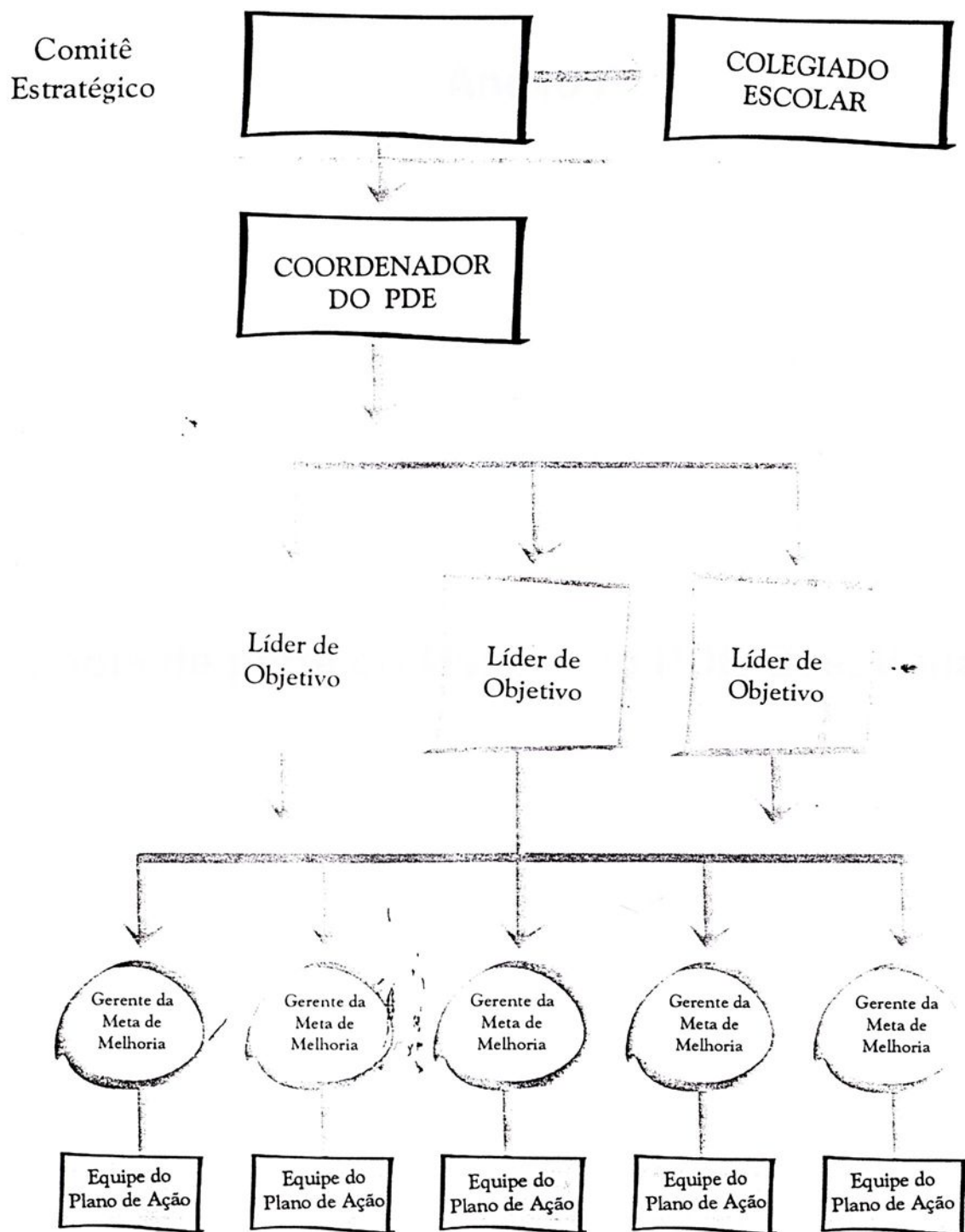
- a) **Grupo de Sistematização do PDE:** equipe composta pela liderança formal da escola (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, orientador, secretário). É aconselhável que o grupo conte com um ou dois representantes dos professores. Esse grupo é liderado pelo diretor da escola, deve conter naturalmente poucos membros e a sua composição ideal vai depender da estrutura da escola. Em escolas que têm mais de um turno, por exemplo, todos os turnos devem estar representados. Não é necessário que o grupo conte com representantes da comunidade externa (pais de alunos). Esta se fará representar no Comitê Estratégico (ver abaixo).
- b) **Comitê Estratégico:** composto pelo Grupo de Sistematização e pelo Colegiado Escolar (quando existe), é a instância máxima para o acompanhamento e controle da execução do PDE. Quando não há o Colegiado Escolar, o Comitê Estratégico deve incluir, além dos membros do Grupo de Sistematização, representantes dos pais, dos professores e dos alunos.
- c) **Coordenador do PDE:** membro do Grupo de Sistematização, indicado pelo diretor da escola, com aprovação do grupo. Responde diretamente à direção da

escola. A função do coordenador é secretariar executivamente o Grupo de Sistematização e coordenar as ações que devem ser tomadas para a elaboração, execução, acompanhamento e controle do PDE. Um candidato natural ao cargo de coordenador do PDE é, geralmente, o coordenador pedagógico da escola.

- d) **Líderes de Objetivos Estratégicos:** pessoas indicadas pelo Grupo de Sistematização para coordenar as atividades relacionadas a cada objetivo estratégico definido no PDE. Haverá tantos líderes quantos forem os objetivos estratégicos que a escola decidir alcançar.
- e) **Gerentes das Metas de Melhoria:** pessoas indicadas pelo Grupo de Sistematização e pelos líderes de objetivos para gerenciar a execução das metas de melhoria que o PDE da escola estabelecer. Cada objetivo estratégico pode ter diversas metas de melhoria e a cada meta está associado um plano de ação, de maneira que haverá tantos gerentes quantas forem as metas (e seus respectivos planos de ação) que a escola quiser desenvolver.
- f) **Equipes dos Planos de Ação:** cada plano de ação tem uma equipe composta por pessoas indicadas pelos gerentes das metas de melhoria, em acordo com os líderes de objetivos, para atuar no respectivo plano de ação. O número de membros de cada equipe varia de acordo com a necessidade do trabalho a ser executado. As pessoas indicadas para fazerem parte da equipe de um dado plano de ação devem ser aquelas que estão diretamente ligadas ao problema a ser solucionado e que têm capacidade técnica para tanto.

A figura 3, a seguir, representa esquematicamente a estrutura para a elaboração e implementação do PDE.

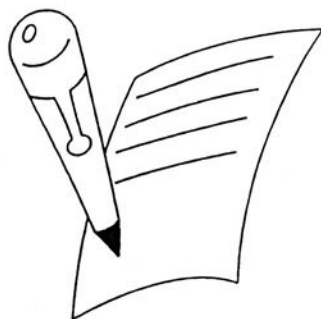
Figura 3



Anexo F

Cópia de parte do Manual do PDE Questionário





Questionário 2

Análise dos Fatores Determinantes da Eficácia Escolar

ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EFICÁCIA ESCOLAR



Para efetuar a Análise dos Fatores Determinantes da Eficácia Escolar, a equipe escolar deve seguir os seguintes passos:

- 1) O Grupo de Sistematização deve definir quem estará envolvido na análise e em quais áreas. A análise dos fatores deve envolver as pessoas que mais diretamente estejam ligadas ao assunto que será analisado.
- 2) Cada característica precisa ser cuidadosamente analisada e pontuada de acordo com as alternativas constantes da seguinte escala:

- 1 = Nunca / Muito fraca
- 2 = Raramente / Fraca
- 3 = Às vezes / Regular
- 4 = Na maioria das vezes / Bom
- 5 = Sempre / Muito bom

Toda pontuação deve ser baseada em evidências objetivas, em fatos e dados, sem “achismo”.

- 3) Após a pontuação, a escola deverá selecionar, em cada grupo da lista de fatores, os requisitos e as características mais problemáticos, priorizando-os por ordem de importância, isto é, de acordo com o seu possível impacto na melhoria da aprendizagem dos alunos.
- 4) Dentre as características e requisitos analisados, a escola deverá efetuar uma primeira seleção de quais ela pretende atacar para, posteriormente, considerá-los com mais atenção ao elaborar seus planos de ação.

- 5) Essa seleção deverá ser colocada na Ficha-resumo 2, apresentada após o Questionário 2 relativo aos fatores determinantes da eficácia escolar.



1. Efetividade do processo de ensino-aprendizagem

Requisitos	Características	Escala
1. Currículo organizado e articulado	1.a) A escola possui e utiliza parâmetros curriculares;	1 2 3 4 5
	1.b) Os conteúdos para cada disciplina e para cada série ou ciclo são organizados de forma seqüencial;	1 2 3 4 5
	1.c) Os professores sabem qual o conteúdo a ser trabalhado em cada série ou ciclo e em cada disciplina;	1 2 3 4 5
	1.d) Os professores sabem qual o conteúdo trabalhado no ano anterior por outro professor;	1 2 3 4 5
	1.e) As etapas e níveis de aprendizado a serem alcançados pelos alunos são claramente definidos;	1 2 3 4 5
	1.f) Os objetivos de aprendizagem a serem alcançados pelos alunos podem ser medidos.	1 2 3 4 5
2. Proteção do tempo de aprendizagem	2.a) Os eventos escolares e assuntos administrativos são organizados e tratados com um mínimo de interrupção das aulas;	1 2 3 4 5
	2.b) O tempo previsto para cada matéria é claramente definido e seguido pelos professores;	1 2 3 4 5
	2.c) Os professores começam e terminam as aulas pontualmente;	1 2 3 4 5
	2.d) A interrupção de aula devido a ausência de professores, reuniões, recessos, etc. é mínima;	1 2 3 4 5
	2.e) Os professores dispõem de um plano de aula pronto quando os alunos entram na sala de aula;	1 2 3 4 5
	2.f) A transição entre atividades desenvolvidas em sala de aula é rápida;	1 2 3 4 5
	2.g) Há normas em relação a atrasos e faltas tanto para professores quanto para alunos.	1 2 3 4 5
3. Práticas efetivas dentro de sala de aula	3.a) A maior parte do tempo dos alunos na escola é dedicada a atividades de aprendizagem;	1 2 3 4 5
	3.b) O ritmo de instrução é ajustado de modo a atender aos alunos que aprendem com maior ou menor rapidez;	1 2 3 4 5
	3.c) Os alunos que não terminam as tarefas durante a aula são orientados para fazê-las depois da aula, para que mantenham o ritmo da turma;	1 2 3 4 5

Requisitos	Características	Escala
	3.d) As disciplinas críticas recebem maior atenção por parte da escola e dos professores;	1 2 3 4 5
	3.e) Os professores conhecem as necessidades da turma e dão atenção individual e estímulo aos alunos com dificuldades;	1 2 3 4 5
	3.f) Os professores explicam aos alunos os objetivos das lições e da matéria numa linguagem simples e clara;	1 2 3 4 5
	3.g) Os alunos sabem com antecedência o que é esperado deles;	1 2 3 4 5
	3.h) Os professores estabelecem uma relação entre a lição passada e a lição presente, lembrando aos alunos os conceitos ou habilidades-chave estudados anteriormente;	1 2 3 4 5
	3.i) Os professores estimulam a curiosidade e o interesse dos alunos relacionando o conteúdo da lição com coisas relevantes do dia-a-dia dos alunos;	1 2 3 4 5
	3.j) Durante as aulas, os professores fazem perguntas sobre pontos-chave da lição para verificar a compreensão e estimular o raciocínio dos alunos;	1 2 3 4 5
	3.k) Exercícios, tarefas e provas são corrigidos e devolvidos rapidamente;	1 2 3 4 5
	3.l) Os professores fazem elogios e críticas construtivas aos alunos em sala de aula.	1 2 3 4 5
4. Estratégia de ensino diferenciada	4.a) Os professores usam técnicas variadas de ensino, incluindo tarefas e deveres individuais, discussão em sala, trabalho em grupo, exercícios e monitorias;	1 2 3 4 5
	4.b) Os professores utilizam rádio, vídeo e outros materiais interativos, quando disponível;	1 2 3 4 5
	4.c) Os alunos são ativamente engajados nas atividades de sala de aula.	1 2 3 4 5
5. Deveres de casa freqüentes	5.a) Os professores passam dever de casa regularmente;	1 2 3 4 5
	5.b) Os alunos fazem o dever de casa regularmente;	1 2 3 4 5
	5.c) O conteúdo e a freqüência do dever de casa são adequados à idade e ao ambiente familiar dos alunos;	1 2 3 4 5

Requisitos	Características	Escala
	5.d) Os deveres de casa são passados em quantidade suficiente e em nível de dificuldade adequado para consolidar e ampliar seu conhecimento;	1 2 3 4 5
	5.e) O professor corrige com os alunos e comenta todos os deveres de casa realizados.	1 2 3 4 5
6. Avaliação contínua do rendimento dos alunos	6.a) Os professores monitoram continuamente o progresso dos alunos e sabem quantos e quais alunos estão em dificuldades em cada disciplina/conteúdo;	1 2 3 4 5
	6.b) Há coleta de dados, arquivos e relatórios sobre o desempenho dos alunos;	1 2 3 4 5
	6.c) A avaliação do desempenho dos alunos em todos os níveis é adequada aos objetivos de ensino;	1 2 3 4 5
	6.d) A equipe escolar utiliza os resultados de testes e relatórios de avaliação para localizar problemas potenciais e propor soluções;	1 2 3 4 5
	6.e) A equipe escolar utiliza essas informações para fazer revisões da forma como o currículo é trabalhado na escola;	1 2 3 4 5
	6.f) A escola utiliza padrões de desempenho para avaliar a aprendizagem dos alunos com base nos parâmetros curriculares.	1 2 3 4 5
7. Rotina da sala de aula organizada e disciplinada	7.a) O professor circula na sala de aula auxiliando os alunos nas atividades, quando necessário;	1 2 3 4 5
	7.b) O professor planeja, no começo do ano, como trabalhará sua disciplina durante o ano letivo, informando os alunos sobre seu plano de trabalho;	1 2 3 4 5
	7.c) Os professores podem mostrar a qualquer pessoa seu plano de curso e explicar a sua utilidade;	1 2 3 4 5
	7.d) O plano de curso do professor contém informação sobre a matéria, como ensiná-la, como avaliá-la;	1 2 3 4 5
	7.e) As regras e procedimentos disciplinares na sala de aula são conhecidos por todos;	1 2 3 4 5
	7.f) Os professores reforçam comportamentos positivos e socialmente corretos dos alunos, principalmente daqueles que apresentam problemas de comportamento;	1 2 3 4 5



Requisitos	Características	Escala				
	7.g) Os professores param rapidamente distúrbios que ocorrem na sala de aula, evitando assim que a classe inteira seja perturbada;	1	2	3	4	5
	7.h) Os problemas de disciplina são resolvidos na sala de aula, sem necessidade de encaminhar os alunos à direção.	1	2	3	4	5



2. Clima Escolar

Requisitos	Características	Escala
1. Estabelecimento de altos padrões de ensino	1.a) Os professores têm claros os objetivos de aprendizagem que devem ser alcançados por todos os alunos;	1 2 3 4 5
	1.b) Durante o tempo dedicado às aulas, os professores se concentram nas atividades de ensino;	1 2 3 4 5
	1.c) O diretor e os professores são capazes de citar as metas e os objetivos curriculares da escola para outras pessoas, inclusive para os pais dos alunos;	1 2 3 4 5
	1.d) O diretor e os professores comunicam aos alunos as metas de aprendizagem e de comportamento estabelecidas;	1 2 3 4 5
	1.e) Os alunos com dificuldades de aprendizagem recebem auxílio, estímulo e apoio para atingir o nível de aprendizagem esperado;	1 2 3 4 5
	1.f) O diretor e os professores monitoram regularmente o progresso acadêmico e comportamental dos alunos;	1 2 3 4 5
	1.g) O diretor acompanha, com frequência, o desempenho dos professores e o desenvolvimento de seus programas curriculares;	1 2 3 4 5
	1.h) A escola dispõe de parâmetros para o desempenho de professores e alunos;	1 2 3 4 5
	1.i) Os padrões que definem o êxito acadêmico, são claros e conhecidos por todos os professores e alunos.	1 2 3 4 5
2. Altas expectativas em relação à aprendizagem dos alunos	2.a) No contato com pais e alunos, diretor e professores expressam sua confiança na capacidade de aprendizagem dos alunos, independentemente de raça, classe social ou outras características pessoais;	1 2 3 4 5
	2.b) O diretor, no contato com professores, expressa sua confiança na capacidade de aprendizagem dos alunos.	1 2 3 4 5
3. Comunicação regular entre o diretor, professores, pais e a comunidade	3.a) O diretor promove reuniões freqüentes com o corpo docente;	1 2 3 4 5
	3.b) A comunicação da escola com os pais e a comunidade é freqüente;	1 2 3 4 5
	3.c) Os pais entram em contato com o diretor por iniciativa própria;	1 2 3 4 5
	3.d) O diretor envolve-se em atividades organizadas pela comunidade;	1 2 3 4 5

Requisitos	Características	Escala
	3.e) A escola promove eventos na escola para a comunidade;	1 2 3 4 5
	3.f) A direção da escola procura envolver os pais nas decisões relativas à melhoria da escola e enfatizam que a sua participação faz muita diferença no desempenho das crianças.	1 2 3 4 5
4. Grande visibilidade do diretor e fácil acesso	4.a) O diretor participa das assembléias escolares, supervisionando o bom andamento dos trabalhos;	1 2 3 4 5
	4.b) O diretor é encontrado facilmente na escola, fora de seu gabinete;	1 2 3 4 5
	4.c) O diretor permanece na escola durante o período de atividades escolares.	1 2 3 4 5
5. Ambiente escolar bem organizado e agradável	5.a) O nível de ruído externo é baixo e não compromete as atividades desenvolvidas dentro da sala de aula;	1 2 3 4 5
	5.b) As turmas são de tamanho adequado;	1 2 3 4 5
	5.c) A escola é limpa, organizada e tem aparência atrativa;	1 2 3 4 5
	5.d) As aulas iniciam-se imediatamente, no horário;	1 2 3 4 5
	5.e) As tarefas, os livros e os materiais a serem utilizados são preparados antes do início das aulas.	1 2 3 4 5
6. Normas e regulamentos escolares	6.a) A escola possui um código de conduta escrito que especifica as normas de comportamento para alunos e professores;	1 2 3 4 5
	6.b) O código de conduta é de conhecimento dos alunos e professores;	1 2 3 4 5
	6.c) As normas de disciplina são aplicadas pronta e integralmente para todos;	1 2 3 4 5
	6.d) Os procedimentos referentes à disciplina são rotineiros e de fácil e rápida aplicação;	1 2 3 4 5
	6.e) O comportamento positivo dos alunos é reforçado e estimulado.	1 2 3 4 5
7. Os níveis atuais de desempenho acadêmico são melhores que os anteriores	7.a) Os históricos acadêmicos recentes mostram evolução favorável em relação às médias nacionais/estaduais.	1 2 3 4 5
8. O êxito acadêmico é reconhecido pela escola	8.a) A escola reconhece, oficialmente, o sucesso acadêmico, por meio de cerimônias e prêmios.	1 2 3 4 5

Requisitos	Características	Escala
9. Confiança dos professores no seu trabalho	9.a) Os professores consideram-se capazes de ensinar bem;	1 2 3 4 5
	9.b) Os professores sentem-se à vontade com os materiais de aprendizagem e têm idéias sobre como ensinar, integrando-os às tarefas de sala de aula.	1 2 3 4 5
10. Compromisso e preocupação da equipe escolar com os alunos e com a escola	10.a) Os alunos confirmam que os professores estão comprometidos com o ensino e se preocupam com eles;	1 2 3 4 5
	10.b) Os professores estabelecem altos padrões de trabalho e comportamento;	1 2 3 4 5
	10.c) Os professores, administradores e pais se referem à escola como um lugar onde há atenção e cuidado em relação aos alunos;	1 2 3 4 5
	10.d) O absenteísmo e a falta de pontualidade dos professores são vistos como um problema na escola.	1 2 3 4 5
11. Trabalho em equipe	11.a) Os professores planejam as atividades de ensino de forma cooperativa;	1 2 3 4 5
	11.b) Os professores trocam idéias entre si;	1 2 3 4 5
	11.c) Os professores e administradores trabalham em conjunto para tratar de questões de interesse da escola.	1 2 3 4 5



3. Envolvimento dos Pais e da Comunidade

Requisitos	Características	Escala
1. Apoio material e financeiro da comunidade	1.a) A comunidade contribui voluntariamente com a escola com ajuda monetária, alimentos ou com material de ensino.	1 2 3 4 5
2. Comunicação freqüente entre corpo docente e pais	2.a) A escola promove eventos que permitam contato entre pais e professores;	1 2 3 4 5
	2.b) Os professores comunicam-se freqüentemente com os pais.	1 2 3 4 5
3. Participação da comunidade na gestão da escola	3.a) Os pais têm participação nas reuniões do colegiado;	1 2 3 4 5
	3.b) Os pais sabem quem é seu representante no colegiado.	1 2 3 4 5
4. Envolvimento dos pais na aprendizagem	4.a) Os pais participam de reuniões de avaliação na escola;	1 2 3 4 5
	4.b) Os pais acompanham os deveres de casa dos filhos;	1 2 3 4 5
	4.c) Há evidência de leitura, conversações e brincadeiras dirigidas no lar.	1 2 3 4 5

4. Desenvolvimento do Patrimônio Humano

Requisitos	Características	Escala
1. Formação adequada	1. a) Todos os professores possuem a qualificação mínima para lecionar na série em que lecionam (curso normal para 1ª - 4ª séries e licenciatura plena para 5ª - 8ª séries);	1 2 3 4 5
	1. b) Os professores demonstram ter domínio da matéria que ensinam (exemplo: receberiam nota elevada em teste baseado na matéria que lecionam);	1 2 3 4 5
	1. c) Os professores participam de cursos de reciclagem com frequência;	1 2 3 4 5
	1. d) A escola providencia com frequência treinamento para o seu pessoal técnico.	1 2 3 4 5
2. Experiência apropriada	2. a) Todos os professores são experientes;	1 2 3 4 5
	2. b) O desempenho do professor dentro de sala de aula é avaliado.	1 2 3 4 5
3. Estabilidade	3. a) A taxa de rotatividade de professores a cada ano é baixa.	1 2 3 4 5
4. Jornada de trabalho em tempo integral	4. a) A maioria dos professores permanece na escola durante todo o dia.	1 2 3 4 5
5. Compromisso da equipe com os objetivos da escola	5.a) Os professores são comprometidos com os objetivos e metas da escola;	1 2 3 4 5
	5.b) Todos os professores e funcionários conhecem os objetivos e metas da escola;	1 2 3 4 5
	5.c) Os supervisores ou coordenadores orientam o corpo docente sobre práticas de ensino e prestam assistência quando necessário;	1 2 3 4 5
	5.d) A escola avalia seu desempenho e de seus professores, bem como o seu esforço para mudança.	1 2 3 4 5

5. Gestão Participativa de Processos

Requisitos	Características	Escala
1. Conselho/ Colegiado Escolar atuante	1.a) A escola dispõe de um Colegiado ou Conselho Escolar com funções e atribuições bem definidas;	1 2 3 4 5
	1.b) O colegiado ou conselho funciona de maneira permanente.	1 2 3 4 5
2. Independência na captação e alocação de recursos	2.a) O diretor é capaz de demonstrar que os insumos escolares adquiridos com os recursos provindos do governo, da comunidade e dos pais são alocados de acordo com as necessidades educacionais detectadas pela escola.	1 2 3 4 5
3. Escolha do diretor	3.a) A escola (professores e funcionários) junto com a comunidade participa do processo de seleção do diretor.	1 2 3 4 5
4. Planejamento das ações	4.a) A escola define seus objetivos, suas metas, estratégias e os planos de ação para alcançá-los conjuntamente;	1 2 3 4 5
	4.b) O diretor e os professores tomam decisões conjuntas relativas ao horário escolar, aos livros-texto e outros materiais usados, etc.	1 2 3 4 5
5. Objetivos claros	5.a) Os objetivos da escola são claramente definidos e aceitos pela comunidade escolar;	1 2 3 4 5
	5.b) Todos na escola sabem o objetivo do seu trabalho;	1 2 3 4 5
	5.c) A escola tem autoridade para decidir sobre horários escolares, equipamentos e material necessários, esquemas de trabalho e métodos preferidos;	1 2 3 4 5
	5.d) A escola dispõe de critérios para determinar a eficácia escolar;	1 2 3 4 5
	5.e) A escola estabelece metas de excelência.	1 2 3 4 5
6. Rotina organizada	6.a) A escola dispõe de procedimentos administrativos bem definidos e padronizados;	1 2 3 4 5
	6.b) Tudo na escola é feito conforme proposto pelos procedimentos;	1 2 3 4 5
	6.c) As pessoas na escola conhecem todos os procedimentos para executar bem o seu trabalho;	1 2 3 4 5
	6.d) Cada pessoa na escola está informada e treinada para executar bem suas tarefas;	1 2 3 4 5
	6.e) Todos na escola sabem medir e avaliar o resultado de seu trabalho;	1 2 3 4 5
	6.f) Todos os dados necessários ao gerenciamento da escola são levantados de forma competente;	1 2 3 4 5

Requisitos	Características	Escala				
	6.g) Todos os problemas que surgem na escola são comunicados à direção;	1	2	3	4	5
	6.h) Todas as atividades e processos desenvolvidos na escola são documentados e otimizados;	1	2	3	4	5
	6.i) Todas as informações circulam de maneira rápida e correta entre setores e colaboradores.	1	2	3	4	5

6. Instalações e Materiais

Requisitos	Características	Escala
1. Disponibilidade de recursos necessários	1.a) Os professores e alunos dispõem de materiais adequados que permitem atividades diversificadas dentro de sala de aula;	1 2 3 4 5
	1.b) O prédio e o pátio dispõem de suprimento de água.	1 2 3 4 5
2. Instalações adequadas da escola	2.a) O prédio e o pátio escolar são bem conservados e têm aparência atrativa;	1 2 3 4 5
	2.b) As salas de aula são em número suficiente para todas as turmas;	1 2 3 4 5
	2.c) As salas de aula são de tamanho adequado;	1 2 3 4 5
	2.d) A escola possui uma biblioteca ou cantos de leitura;	1 2 3 4 5
	2.e) A escola possui um espaço administrativo e de apoio ao professor;	1 2 3 4 5
	2.f) A escola possui um espaço para lazer (recreio, merenda, etc.);	1 2 3 4 5
	2.g) Os banheiros são em número suficiente e estão em condições de uso;	1 2 3 4 5
	2.h) A claridade e a temperatura das salas de aula são adequadas.	1 2 3 4 5
3. Instalação adequada nas salas de aula	3.a) Há carteiras disponíveis para todos os alunos;	1 2 3 4 5
	3.b) Há assentos disponíveis para todos os alunos;	1 2 3 4 5
	3.c) Há mesa e cadeira para o professor;	1 2 3 4 5
	3.d) Há quadro-negro, giz e material de apoio visual em cada sala de aula.	1 2 3 4 5
4. Livros-texto e outros materiais de leitura	4.a) As crianças podem identificar seus livros-texto e descrever seu conteúdo;	1 2 3 4 5
	4.b) Todos os alunos podem identificar outros materiais de leitura.	1 2 3 4 5
5. Material escolar	5.a) Todos os alunos possuem caderno, papel, lápis, borracha, etc.	1 2 3 4 5

Instruções para preenchimento

Nas fichas a seguir devem ser apresentados:

- 1) os requisitos e características mais problemáticos para cada fator de eficácia, de acordo com a pontuação obtida e seu maior impacto na aprendizagem. Para cada fator listar no máximo três requisitos e para cada requisito no máximo três características;
- 2) dois ou três fatores a serem priorizados pela escola, observando-se para a escolha o critério de maior impacto sobre desempenho do aluno. Para cada fator priorizado listar no máximo dois requisitos e para cada requisito até duas características.



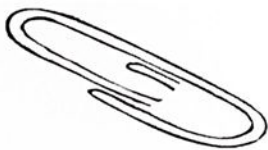
1) Identificar requisitos e características críticos dos fatores (máximo de três requisitos por fator de eficácia e de três características para cada requisito):

Fatores de Eficácia	Requisitos	Características
Efetividade do processo de ensino-aprendizagem	• • •	
Clima escolar	• • •	
Envolvimento dos pais e da comunidade	• • •	
Desenvolvimento do patrimônio humano	• • •	
Gestão participativa de processos	• • •	• • • • • • •
Instalações e materiais	• • •	• • • • • • •



2) Requisitos e características que devem ser atacados prioritariamente (citar no máximo três fatores, não mais do que dois requisitos por fator e não mais do que duas características por requisito, lembrando-se que obrigatoriamente dois fatores devem estar presentes: efetividade do processo de ensino-aprendizagem e gestão participativa de processos):

Fator de Eficácia	Requisitos	Características
Efetividade do processo de ensino-aprendizagem	•	
	•	
Gestão participativa de processos	•	
	•	
	•	
	•	



Esta Ficha-resumo fará parte do Documento-Síntese da Análise Situacional.

